

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

ISABELA AMBLARD

**“SOBRE SER LIVRE, LOUCO E VICIADO”:
PROCESSOS IDENTITÁRIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE CORREDORES DE RUA**

RECIFE
2017

ISABELA AMBLARD

**“SOBRE SER LIVRE, LOUCO E VICIADO”:
PROCESSOS IDENTITÁRIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE CORREDORES DE RUA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Fatima Maria Leite Cruz

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A493s Amblard, Isabela.
 “Sobre ser livre, louco e viciado” : processos identitários e
 representações sociais de corredores de rua / Isabela Amblard. – 2017.
 186 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora : Profª. Drª. Fatima Maria Leite Cruz.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2017.
 Inclui Referências, apêndices e anexos.

 1. Psicologia. 2. Identidade (Psicologia). 3. Representações sociais. 4.
 Atleta. 5. Exercícios físicos. 6. Atividade física. 7. Corredores de rua. I.
 Cruz, Fatima Maria Leite (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-099)

ISABELA AMBLARD

**“SOBRE SER LIVRE, LOUCO E VICIADO”:
PROCESSOS IDENTITÁRIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE CORREDORES DE RUA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 21/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fatima Maria Leite Cruz
(Presidente/Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Afonso Antonio Machado
(Examinador Externo)
Universidade Estadual Paulista

Profa. Dra. Alda Judith Alves Mazzotti
(Examinadora Externa)
Profa. Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Estácio de Sá

Profa. Dr. José Luís Simões
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra-da-Fonseca
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho aos meus pais, Celia e
Etienne Amblard, meus grandes exemplos.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me, nesse momento, repetindo um ritual vivenciado em 2012, na conclusão da dissertação de mestrado: o tão esperado momento de agradecer. Naquela situação já foi difícil expressar em palavras tamanha gratidão às pessoas que me ajudaram e, agora, me parece ainda mais por se tratar de um caminho mais longo, complexo, repleto de emoções e aprendizados na vida pessoal e acadêmica, bem como de pessoas com as quais pude compartilhar as dores e os prazeres vivenciados nesses quatro anos do doutorado. Tentarei fazê-lo já ciente de que palavras jamais seriam suficientes para dizer o quanto lhes sou grata.

Agradeço, inicialmente, a Deus, pela oportunidade de ter ao meu lado pessoas especiais, dispostas a aceitar o que eu pude lhes oferecer (mesmo que, em diversos momentos, fosse muito menos do que elas merecessem) e a me ofertar tudo o que eu precisava em termos de inspiração, acolhimento, atenção, esperança, amor e amizade. Sem elas, eu não teria conseguido concluir essa fase e me superar em momentos tão difíceis desse trajeto. Agradeço ainda pela saúde, sabedoria e força para enfrentar os momentos mais difíceis.

Agradeço a minha orientadora, Fátima Maria Leite Cruz, pela proximidade, confiança, convívio estreito, cuidado e pela possibilidade de, mais uma vez, ter embarcado comigo em mais uma pesquisa. Fatima é daquelas professoras que, em poucos minutos de conversa, já é possível perceber o quanto ela sente prazer em ensinar e o quanto se doa às pesquisas que orienta. Sorte a minha, por ter tido a oportunidade de conviver de maneira muito próxima por sete anos: nossa parceria foi iniciada no mestrado, consolidada no doutorado e estendida à vida, com toda a certeza. Não houve sequer um momento em que eu não tenha me sentido grata por tê-la como orientadora, pois além das orientações fundamentais ao desenvolvimento desse trabalho, o seu empenho e dedicação continuaram a me surpreender até o último dia de escrita dessa tese, quando demos as mãos para que pudéssemos cruzar a linha de chegada juntas.

A minha mãe, Celia Amblard, pelo amor incondicional, pela cumplicidade que sempre existiu entre nós e por perceber, em pouco tempo, como me sentia e, conseqüentemente, do que precisava: de sua presença silenciosa, de uma longa conversa e desabafo, de um beijo afetuoso, de um abraço apertado, ou em meio a tantas outras percepções suas, de uma simples água de coco, que já demonstrava muita coisa. Sua presença foi fundamental à minha caminhada, especialmente por vir sempre acompanhada de um sorriso largo e de palavras dóceis de fé e esperança.

Ao meu pai, Etienne Amblard, pelas brincadeiras diárias, preocupação constante e investimento incansável na minha educação e formação, desde cedo me fazendo entender os

sentidos de família, disciplina, dedicação, estudo e trabalho. É fácil até compreender as influências que tive para me tornar perfeccionista, haja vista a sua preocupação constante com níveis de exigência referendados por padrões de qualidade extremamente altos. Agradeço pelo apoio constante em minha trajetória acadêmica.

Aos meus irmãos, Camila e Henrique, agradeço pelas contribuições na coleta com os questionários e por sempre estarem disponíveis para mim a qualquer momento, entendendo também a minha ausência nas poucas situações de lazer entre irmãos, tão importantes para nós, especialmente quando moramos a tantos quilômetros de distância. Agradeço ainda pelas lições de luta e superação compartilhadas, que tanto me ajudaram a enfrentar os obstáculos vivenciados até aqui, e ainda pelo apoio e amor que alimentam nossas relações e se constituem como marcas de nossa família.

Meus agradecimentos à minha avó Lourdes e tia Ludovica, pelo amor dispendido, pela ausência de visitas mais frequentes e pela compreensão da minha rotina, sem cobranças.

Ao meu noivo, Eduardo, pela paciência, compreensão, cumplicidade, bom humor e amor. Obrigada pelos momentos felizes que vivemos e por ter suportado momentos tão difíceis ao meu lado, especialmente quando o cansaço e as noites mal dormidas influenciavam diretamente meu estado de humor. Agora estamos prontos para seguir em frente com outros projetos, pois o do doutorado nós já concluímos.

Ao professor Afonso Antonio Machado, pelo acolhimento desde o primeiro momento em que me conheceu, pela energia contagiante de nossos encontros, pelas provocações presentes em seus textos e/ou palestras que me fazem refletir e querer sair do lugar comum nas pesquisas, bem como pela sua participação na minha banca de qualificação, com contribuições tão importantes.

Ao professor José Luís Simões por estar presente em mais um momento da minha vida acadêmica, de forma colaborativa e compreensiva.

A professora Alda Judith Alves Mazzotti e ao professor Jorge Lyra, por terem aceitado o convite para participar da minha defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em especial Fatima Santos e Isabel Pedrosa, pelo apoio em momentos importantes. A Benedito Medrado e João Cavalcanti, obrigada pelo suporte e acolhimento com as questões burocráticas.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão de bolsa em parte do doutorado.

Ao professor Antônio Roberto Rocha Santos, pela parceria desde 2008, pelo incentivo para que eu seguisse carreira acadêmica, pela disponibilidade e generosidade de sempre, e por

mostrar-se como referência de profissional ético e competente na Psicologia do Esporte. Agradeço ainda a torcida dos colegas da Psicologia do Esporte de Recife, em especial, Rosângela, Bárbara, Heitor, Cristina e Marlêda.

Aos meus amigos fiéis, por estarem sempre comigo: os mais antigos, com compreensão, momentos de desabafo e leveza nos encontros reais e/ou virtuais: Viviane, Kraminho, Fábio, Patrícia, Mirella, Lilian, Tamiris, Maressa e Nathália; e os recém-chegados, em especial Vanessa e Flávia, “presentes do doutorado”, que me ajudaram a seguir em frente. Agradeço ainda a toda a turma 2 do PPG pelo apoio fundamental em momentos importantes, especialmente Diogivânia e Yuri.

Aos demais orientandos de Fatima (Fernando, Etiane, Valéria, Raiza e Érika), com quem pude aprender, compartilhar conhecimentos, momentos de pesquisa e análise de dados essenciais à conclusão deste trabalho. E, a Miguel, Marina, Leidi e Mozart pela preocupação e recepção afetuosa de sempre.

Meu agradecimento especial aos corredores de rua que deram alma a essa pesquisa, e aos profissionais de Educação Física, parceiros(as) e amigos(as), que me ajudaram na pesquisa de campo, Riselle, Deco, Higo, André, Leguito, Rhenan, Fernando Guimarães e Thiago.

[...] Existe algo muito universal nessa sensação, no modo como o ato de correr combina dois de nossos impulsos primais: sentir medo e sentir prazer. Corremos quando estamos assustados, quando estamos em êxtase, quando queremos fugir dos problemas e para curtir momentos de felicidade. E, quando as coisas pioram, corremos mais ainda [...] (McDOUGALL, 2010, p. 20).

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi compreender os processos identitários implicados nas representações sociais de corredores de rua construídas pelos próprios sujeitos. Por corredores de rua compreendemos aqueles que praticam uma atividade física em espaços públicos, com a finalidade de lazer, sem ganhos financeiros e sem pretensões de se tornarem profissionais. O enfoque psicossocial no embasamento da Teoria das Representações Sociais e na Teoria da Identidade Social, de Henri Tajfel, fundamenta a ideia de que o meio social é permeado por objetos, saberes, práticas e fenômenos estruturantes das interações entre as pessoas, difundidos mediante distinções entre o “universo de opiniões” e os sentidos compartilhados nos diversos grupos. Os processos identitários são constituídos nas relações intra/intergrupos e na diversidade de sentidos apresentada aos objetos pelos marcadores socioculturais e experiências dos sujeitos. A tese aqui defendida é de que a atividade física é motor de subjetivação e evidencia a concepção de integralidade do sujeito pela superação da dicotomia corpo/mente, pois praticar atividade física leva os sujeitos a processos identitários pela construção de vínculos com os grupos e a possibilidades de reconhecimento/alteridade implicadas na relação com o *outro*. Da pesquisa empírica participaram 128 corredores de rua, praticantes da atividade por lazer, de ambos os sexos e idade igual ou acima de 18 anos. O método seguiu três etapas: o acompanhamento dos participantes nas rotinas de treinos; a aplicação do questionário de completamento de frases e hierarquização de sete frases curtas e incompletas; e a realização de entrevistas narrativas. A construção da análise dos dados foi realizada com o software Iramuteq e a análise de conteúdo de Bardin. Nos resultados, interpretamos que a condição de *ser atleta* é constituída por uma série de atributos implicados no seu reconhecimento e identidade: *força*, *superação*, *disciplina* e *comprometimento*, valorados positivamente pelo grupo e meio social. Os participantes se reconhecem como atletas e, ao mesmo tempo, apresentam diferenciações e ambiguidades nos seus modos de ser e agir em relação às normas das práticas esportivas: sentidos de *liberdade*, *loucura* e *vício* justificam suas experiências e identificação com a corrida de rua como lazer e os marca como pessoas “diferentes” e singulares.

Palavras-chave: Identidade. Representações sociais. Corredores de rua. Atleta. Atividade física.

ABSTRACT

The objective of this study was to comprehend the identity processes implicated on social representations of amateur runners. Amateur runners are comprehended by those who practice physical activity in public spaces, having leisure as a goal, without any financial benefits nor goals to become a professional athlete. The psychosocial focus on the Social Representation and Social Identity Theories, by Henri Tajfel, are based on the idea that the social environment is permeated by objects, knowledge, practices and structural phenomenon in personal interaction, disseminated through distinctions between the “universe of opinions” and the senses shared in various groups. The identity processes are constituted of intra/intergroup relations and in the sense diversity presented to the objects by social cultural markers and subject’s experiences. The thesis defended here is that physical activity is a motor of subjectivities and evidences the subject integrality conception by overcoming the body/mind dichotomy, because practicing physical activity leads subjects to identity processes by building links within groups and the possibilities of recognition/alteration implied in the relation with the *other*. A group of 128 amateur runners participated in this study; the subjects were practitioners of leisure activity, of both genders and age equal to or above 18 years old. The methods had three phases: monitoring subjects in their practice routines; the application of a sentence completion questionnaire and prioritization of seven short and incomplete sentences; and the implementation of narrative interviews. Data analysis was completed using Iramuteq software and the Bardin analysis content. The interpretation of the results concluded that the condition of *being an athlete* is constituted of a series of implied attributes in the recognition and identity: *strength*, *overcoming*, *discipline* and *compromise*, positively valued by the group and the social environment. The subjects recognize themselves as athletes and, at the same time, presented differentiations and ambiguities in their way of being and acting in relation to the sport practice norms: sense of freedom, madness and addiction justify their experiences and identification of amateur running as leisure and it marks them as “different” and singular people.

Key words: Identity. Social representations. Street marathon. Athlete. Physical activity.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 -** Perfil dos corredores de rua participantes da pesquisa (questionários)
- Tabela 2 -** Perfil dos corredores de rua participantes da pesquisa (entrevistas)
- Tabela 3 -** Provas oficializadas pela CBAAt e federações estaduais
- Tabela 4 -** Número de inscritos – Maratona Internacional Maurício de Nassau
- Tabela 5 -** Perfil dos participantes: escolaridade
- Tabela 6 -** Perfil dos participantes: frequência de treinos por semana
- Tabela 7 -** Perfil dos participantes: participação em eventos/integrantes de grupos
- Tabela 8 -** Perfil dos participantes: tipos de provas percorridas
- Tabela 9 -** Perfil dos participantes: tempo de prática na corrida de rua
- Tabela 10 -** Perfil dos participantes: prática anterior de esporte e/ou exercício físico
- Tabela 11 -** Perfil dos participantes: faixa etária e sexo
- Tabela 12 -** Universos semânticos do *corpus* da pesquisa
- Tabela 13 -** Representações Sociais de corredor de rua
- Tabela 14 -** Representações Sociais de corredores de rua
- Tabela 15 -** Representações Sociais de *ser atleta*
- Tabela 16 -** Identificação dos corredores de rua como atletas
- Tabela 17 -** Reconhecimento de pertença no *endogrupo*
- Tabela 18 -** Alteridade dos corredores de rua na relação com o *exogrupo*
- Tabela 19 -** Liberdade e autonomia dos processos identitários

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A COMPREENSÃO DO LAZER ENQUANTO UMA DAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	19
2.1	DA CATEGORIA TRABALHO AOS SENTIDOS DE LAZER NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO SOCIAL.....	20
2.2	INDUSTRIALIZAÇÃO, MUNDO DO TRABALHO E TEMPO LIVRE: DE QUAL LAZER SE FALA?.....	22
2.3	LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER.....	24
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL ENQUANTO FOMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS.....	26
2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DO RECIFE/PE.....	27
2.6	A ATIVIDADE FÍSICA COM A FINALIDADE DE LAZER E SUAS FUNÇÕES NO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	29
2.7	A CORRIDA DE RUA COMO ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER.....	32
3	ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: AUTORIA DOS SUJEITOS NA CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM ESTILO DE VIDA ATIVO.....	36
3.1	O JOGO COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL E EXPRESSÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	39
3.2	AS CORRIDAS DE RUA, A AUTONOMIA DO CORPO E O MOVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA INTEGRADO À CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE.....	46
3.3	O CORREDOR DE RUA E SEU CORPO: AMBIGUIDADE ENTRE A DOR E O PRAZER.....	49
4	IDENTIDADE: COMO OS CORREDORES DE RUA SE RECONHECEM?.....	53
4.1	A IDENTIDADE SOCIAL DE <i>SER ATLETA</i>	63
4.2	O CORPO, A ATIVIDADE FÍSICA E OS SENTIMENTOS QUE EMERGEM COMO MARCADORES IDENTITÁRIOS.....	65
5	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMPREENSÃO DE FENÔMENOS COMPLEXOS.....	70

5.1	AS RAÍZES HISTÓRICAS DA PSICOLOGIA SOCIAL: APROXIMAÇÕES E TENSIONAMENTOS.....	72
5.2	DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS ÀS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	75
5.3	A ABORDAGEM ESTRUTURAL DE ABRIC E A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL.....	78
5.4	OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OBJETIVAÇÃO E ANCORAGEM.....	79
5.5	AS FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	80
5.6	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS.....	81
5.7	SISTEMAS REPRESENTACIONAIS: A TRAMA DE SENTIDOS COMPARTILHADOS NA VIDA COTIDIANA.....	82
5.8	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICAS SOCIAIS: CONSTRUÇÃO DINÂMICA E INTERCAMBIANTE.....	85
6	MÉTODO.....	88
6.1	NATUREZA DA PESQUISA.....	88
6.2	OS PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	88
6.3	A PESQUISA PILOTO.....	96
6.4	OS CUIDADOS ÉTICOS.....	97
7	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	99
7.1	CONHECENDO O CAMPO DA PESQUISA.....	99
7.2	O CAMPO DA PESQUISA E OS PARTICIPANTES: PRIMEIRAS IMPRESSÕES E ACHADOS.....	101
7.3	O CONTATO COM OS CORREDORES DE RUA.....	103
7.4	OS CORREDORES DE RUA EM SUAS ROTINAS.....	105
7.5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	111
7.5.1	O corredor de rua e suas ‘diferenças’: sentidos de <i>liberdade</i>, <i>loucura</i> e <i>vício</i>.....	112
7.5.1.1	O corredor de rua é <i>livre</i>	112
7.5.1.2	Os corredores de rua são <i>loucos</i>	124
7.5.1.3	Os corredores de rua são <i>viciados</i>	129
7.5.2	<i>Ser atleta e corredor de rua: aproximações e tensionamentos nos processos identitários</i>.....	132

7.5.2.1	Os sentidos de <i>ser atleta</i>	132
7.5.2.2	Reconhecimento e alteridade na construção das identidades: <i>eu, nós, eles</i>	135
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICE A – Especificidades técnicas da corrida de rua.....	163
	APÊNDICE B – Questionário de complemento de frases.....	168
	APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	172
	APÊNDICE D – Dicionário semântico.....	175

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objeto de investigação os processos identitários nas representações sociais de corredores de rua (Apêndice A) construídas pelos próprios sujeitos. Apresentamos a tese de que assumir a autoria nos projetos de vida se apresenta como um marcador que emerge na corrida de rua, enquanto atividade física de lazer, e contribui nos processos de subjetivação e na construção de identidades dos sujeitos.

A relevância desse estudo justifica-se pelo realce da atividade física na atual contextualização de sociedade e, a despeito dessa valorização, poucas pesquisas na área da Psicologia contemplam o recente resgate da integrada relação corpo/atividade psíquica. A escassez de literatura na área torna pertinente essa tese porque traz à tona na Psicologia como ciência e profissão a recente compreensão das atividades físicas de modo geral, no desenvolvimento humano e, especialmente, no momento de fomento à cultura esportiva em todas as suas dimensões. Na atualidade, o tema se torna recorrente no senso comum, promovido pela mídia, o que levou à crescente procura das pessoas por atividades físicas de lazer, sobretudo, após à realização da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) no Brasil.

Os questionamentos relacionados ao objeto da tese surgem baseados em dois aspectos: inicialmente, a crítica social ao alto investimento de dinheiro e a implantação de políticas públicas na estruturação dos megaeventos esportivos. Afinal, como tais políticas têm repercussão no desenvolvimento humano, nas relações, nos contextos urbanos? Como a estruturação de espaços públicos voltados às atividades físicas de lazer e o fomento de tais práticas podem contribuir à saúde, bem-estar e qualidade de vida da população?

Como um segundo aspecto, questionamos o posicionamento da Psicologia acerca dos efeitos da prática de atividade física. Se, anteriormente, os ganhos com a prática de atividade física se referiam apenas à condição física, orgânica, na atualidade, investigamos os benefícios diante da concepção de integralidade em que os sujeitos são compreendidos. A cisão corpo/mente fundamentada pela Psicologia Clássica parece não ser suficiente para abarcar a complexidade dos sentidos atribuídos à teia de relações que as atividades físicas envolvem.

Entendemos que tal complexidade delinea a investigação via interdisciplinaridade na qual Psicologia, Sociologia, Educação Física e Saúde possam dialogar. Enquanto contribuição à Psicologia, pensamos em investigar a compatibilidade entre os preceitos básicos do lazer e

das atividades físicas e os sentidos positivados que estes oferecem ao desenvolvimento humano e à construção da identidade.

Segundo Camargo (1992), em toda escolha de lazer, o princípio da busca do prazer se faz presente, mesmo quando a atividade é iniciada com esforço para se alcançar o relaxamento agradável ou a sensação posterior de “estar em forma”; ou quando é finalizada de maneira entendiante, pois houve um esforço para torná-la positiva.

Interessa-nos compreender: o que mobiliza os praticantes de atividade física a se manterem em uma atividade desgastante, de treinamentos e competições, que lhes demanda tempo? Quais as semelhanças e diferenças nas práticas e experiências de corredores de rua, num comparativo com a identidade de atleta? O que demarca os processos identitários deste grupo? Qual é o sentido de prazer construído pelos sujeitos nessa busca incessante pela superação?

Em pesquisa anterior, no curso de mestrado, intitulada “*A gente anda com o bom e o mau ao lado: representações sociais da vitória/derrota segundo atletas do esporte de alto rendimento*”¹ (AMBLARD, 2012), embora não tenha sido o objetivo do estudo, apareceram nos achados idealizações à condição de *ser atleta*, ou seja, uma série de atribuições e características ao cumprimento desta atividade, parecendo que no alcance de todos esses requisitos, a vitória é garantida. No referido estudo, vitória apareceu como superação de si, e não necessariamente do outro (no caso, dos adversários), mesmo sendo este um marcador no esporte de alto rendimento, tendo em vista que a competição e a consagração de campeões são os aspectos valorizados neste meio esportivo, cuja meta é a mais alta performatividade.

Sentir-se pertencente a um grupo de referência, reconhecido por suas características, atribuições e comportamentos, pareceu-nos significativo aos atletas do alto rendimento (AMBLARD, op. cit.), e tal problemática nos incitou a refletir em um polo oposto ao esporte de alto rendimento, os corredores de rua, que a priori estariam na contraposição à cultura esportiva do rendimento mercadológico. Buscamos, assim, aprofundar a compreensão de como eles se veem, se reconhecem e julgam serem vistos pela sociedade.

O interesse inicial da pesquisadora para estudar o campo das atividades físicas também emergiu da história de vida pela experiência como atleta do esporte de alto rendimento da infância à juventude e, mais recentemente, como corredora de rua com a finalidade de lazer. A escolha da atividade física das corridas é considerada, na atualidade, uma das mais

¹ Pesquisa realizada com o apoio da CAPES, para obtenção do título de Mestre, no curso de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, defendida em 2012.

praticadas pelas pessoas (SALGADO; CHALCON-MIKAHIL, 2006), em vários países e condições geopolíticas e socioculturais.

A partir da experiência com corredores de rua, no cotidiano dos treinos, a pesquisadora começou a questionar-se em relação às divergências e semelhanças dessa atividade com o esporte de alto rendimento e estas reflexões sugeriram alguns tensionamentos a serem compreendidos pela Psicologia.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender nas RS de corredores de rua os processos identitários implicados, e os objetivos específicos: identificar os sentidos compartilhados de corredores de rua e suas implicações com o lazer e a saúde, investigar os marcadores socioculturais que auxiliam no processo de construção de identidades; analisar as semelhanças e diferenças das RS de *ser atleta*, relacionadas às RS de corredor de rua; cotejar os sentidos de ser atleta aos atributos dos atletas do alto rendimento.

Justificamos a escolha de analisar a corrida de rua e suas implicações nos sujeitos pela abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais (TRS), devido a possibilidade de compreender a interação, as trocas comunicativas, o sentido de alteridade, e as influências nos modos de ser e agir no mundo (MOSCOVICI, 2009). A TRS busca compreender como determinado grupo constrói um conjunto de saberes que são hierarquizados e influenciam suas condutas e práticas sociais, afinal, pretendemos não somente conhecer o conteúdo das representações de corredores de rua, mas tentar explicar como estes praticantes pensam acerca desta atividade física; o porquê deste pensamento; a forma que ele se organiza e estrutura (ALMEIDA, 2005), bem como compreender as relações que os sentidos compartilhados pelos corredores de rua sobre essa atividade trazem à construção de suas identidades.

Acreditamos que o presente trabalho poderá fomentar publicações sobre práticas voltadas à atividade física de lazer como promotoras do desenvolvimento humano, bem como contribuir com reflexões sobre a implicação dos marcadores do esporte e da cultura esportiva nos processos identitários.

Este trabalho é composto por cinco capítulos teóricos e um capítulo empírico. No primeiro capítulo, discutimos a perspectiva do lazer em um contexto geral, no qual retomamos desde os aspectos históricos relacionados à construção de lazer na articulação com o mundo do trabalho e tempo livre às políticas públicas e demarcação da corrida de rua como uma atividade física de lazer.

O segundo capítulo discorre sobre os parâmetros atuais de atividade física, saúde e qualidade de vida, no qual o jogo aparece como uma das possibilidades de atividade física e

construção de um estilo de vida ativo, reforçado pela autonomia do corpo na ambiguidade das sensações experimentadas pelos sujeitos e sua constituição identitária.

No terceiro capítulo, o debate se volta às perspectivas teóricas que dialogam com o enfoque psicossocial dessa pesquisa, com a finalidade de compreender os processos identitários dos corredores de rua e os sentidos de pertença/não pertença social, ancorados no reconhecimento e alteridade com o *outro* nas relações grupais. Além disso, atenção especial é dada à identidade social de *ser atleta* e aos marcadores identitários evidenciados nesse processo.

O quarto capítulo é dedicado à TRS como referencial teórico metodológico que fundamenta o estudo e prevê compreensão e explicação aprofundada dos fenômenos sociais. O foco do debate se volta ao senso comum, à contextualização histórica sobre o surgimento dessa teoria e suas relações com a Psicologia Social, aos processos de construção das RS e suas funções, aos sistemas representacionais tecidos nas relações entre os objetos sociais, e às abordagens que auxiliaram no desenvolvimento da teoria.

O método utilizado na pesquisa é explicitado no quinto capítulo, no qual anunciamos a natureza qualitativa da pesquisa, os procedimentos adotados na construção dos dados e os cuidados éticos envolvidos.

O sexto capítulo se refere à análise dos dados e discussão dos resultados, no qual apresentamos o campo da pesquisa, o contato com os corredores de rua, a aproximação de suas rotinas e o detalhamento dos procedimentos, os instrumentos adotados, os processos de construção e análise dos dados e os resultados interpretados.

Por fim, tecemos as considerações finais, apontando os principais achados e sugestões para novas pesquisas, a partir de novas questões que sugerem outras temáticas de investigação pertinentes ao campo dos processos interativos e do desenvolvimento humano.

2 A COMPREENSÃO DO LAZER ENQUANTO UMA DAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os significados atribuídos ao lazer foram construídos distintamente através dos tempos, ou seja, as dimensões política, histórica, social e cultural envolvidas nesse processo o constituíram. Deste modo, para compreender o lazer, hoje, como um campo dotado de características próprias, definimos sua relação com a categoria trabalho e, com momentos de “não trabalho”, articulado ou não às vivências de manifestações culturais construídas socialmente pela humanidade (GOMES, 2003). Outra perspectiva compreende o lazer como um meio de alcançar o prazer e o bem-estar, ou seja, diante de um viés hedonista, seria uma forma de acesso à liberdade (CHEMIN, 2011).

No contexto ocidental, o lazer apresenta traços específicos, constitutivos da civilização nascida da revolução industrial e, embora a categoria trabalho seja essencial à sua compreensão, ele não pode ser reduzido apenas a esta condição, pois é permeado por uma série de situações complexas e influências diversas de um contexto multifacetado (DUMAZEDIER, 2012), o qual será mais aprofundado adiante.

No conhecimento do senso comum, as categorias não trabalho, ócio, lazer, tempo livre e divertimento têm sido utilizados como sinônimos (CHEMIN, 2011), no entanto, sugerimos uma diferenciação a tais termos. O não trabalho, a partir de uma análise bem simples do termo, se refere ao tempo em que o sujeito não está dedicado à atividade laboral, produtiva e remunerada. Ao ócio, Camargo (1992, p. 19) atribui um sentido diferenciado, “[...] pois ele acentua a ideia de um certo período de ausência de atividade compulsória em razão de uma determinada causa”. Já o lazer, segundo Dumazedier (2012), não pode ser reduzido a uma atividade livre, caracterizada por satisfação imediata, ou contrária à atividade profissional apenas. É definido por oposição ao conjunto de necessidades e obrigações do cotidiano, ou seja, não há um significado em si mesmo, pois é construído a partir das vivências das pessoas, das práticas que adotam em seu cotidiano e da forma que tais aspectos se relacionam e reagem uns aos outros. Afinal, uma atividade de lazer pode ser assim considerada para um grupo de pessoas e, para outro, apresentar um significado diferente.

2.1 DA CATEGORIA TRABALHO AOS SENTIDOS DE LAZER NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO SOCIAL

Segundo Camargo (1992), na modernidade, a industrialização ganha destaque e traz grandes diferenças relacionadas ao cotidiano dos trabalhadores, impondo uma cultura própria: de economia, alta produtividade, acúmulo de bens e capital, e fixa mudanças bruscas no contexto laboral. No meio rural, o trabalho era iniciado e concluído no período em que havia luz solar, com eventuais pausas impostas pelo cansaço, chuva, domingos, feriados e entressafas. Dentre as características do trabalho rural, ainda permanece, nas indústrias, a longa jornada laboral nos picos de safra, no entanto, sem o contato que se tinha anteriormente com a natureza, os animais e a família. A este respeito,

Ainda hoje, a linha de montagem, implacável, não obedece um ritmo natural de trabalho e repouso. O relógio de ponto marca o início dos turnos. Os gestos exigidos são artificiais, repetitivos. A única pausa, para a refeição, não respeita os limites de cada um: é coletiva e determinada pelas necessidades da produção. Mais: rompe-se a relação entre tempo de trabalho e produto do trabalho. O trabalho passou a ser fragmentado, de difícil compreensão, dada a sua complexidade tecnológica. Em síntese, a um tempo natural, humano, uno, integral, do campo, a indústria opôs um tempo artificial, alienado da produção, que não se integra nem à dinâmica familiar (CAMARGO, op. cit., p. 35-36).

O Fordismo e o Taylorismo são modelos de organização da produção industrial que, no século XX, transformaram o trabalho fabril, exigindo o aumento de velocidade no ritmo de trabalho, bem como inaugurou a divisão de tarefas entre os funcionários, para maior rapidez na sua realização. Esperava-se do operário o desempenho da sua função no menor tempo possível, assim, não mais existia o labor como criação, o trabalho se tornara repetitivo, apenas reação aos movimentos impostos ao seu corpo, pelo ritmo de trabalho. A partir daí, o trabalhador não teve mais conhecimento sobre o completo processo de produção, do início ao fim, devido a sua especialização em uma área apenas, o que fragmentou a apropriação sobre o produto. Passou-se a valorizar, portanto, a produção em larga escala, por meio do controle do tempo de execução, o que trouxe profundas repercussões à construção do sujeito social, no sentido da passividade e subserviência (ANTUNES, 1995).

O trabalho industrial prevê, assim, um distanciamento do entretenimento, do lúdico, em oposição ao que ocorria no campo, onde tais necessidades eram satisfeitas no ritmo da própria atividade laboral: no manuseio da terra, nas danças tradicionais das culturas, nos cantos e jogos, na interação entre os companheiros. No campo, não havia separação nítida entre trabalho e repouso, nem tampouco entre trabalho e divertimento, ou trabalho e cultura.

Já no mundo industrial inexistia o vínculo entre trabalho e lazer, pois, na linha de montagem, com extensa carga horária laboral, a organização e estrutura do trabalho não permitem qualquer abertura à distração pela possibilidade de comprometer o trabalho da equipe, e isso acarretar prejuízos à produtividade. No início da industrialização, o tempo que restava ao trabalhador era reservado para dormir, pois diversão, entretenimento e prazer não se mostravam como necessidades (ALBORNOZ, 1998; CAMARGO, 1992; DUMAZEDIER, 2012).

Em 1917, após algumas mobilizações pela redução da jornada de trabalho, a segunda grande greve ocorrida no Brasil trouxe um marco de reivindicação quanto à criação do final de semana livre, o qual previa a interrupção do trabalho aos sábados à tarde e sua retomada nas segundas-feiras pela manhã. Além disso, nesse mesmo ano, o primeiro Projeto de Lei que regulamentava a jornada de trabalho de oito horas foi entregue ao Congresso Nacional, promulgada no governo Vargas (1930 – 1945) que garantiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Essa legislação garantiu aos trabalhadores alguns benefícios até então inexistentes: o salário mínimo, a regulamentação das férias e da aposentadoria, bem como a legalização da jornada de oito horas de trabalho, tema este que veio à tona novamente apenas em 1978, com a reivindicação de jornada semanal de 40 horas. Assim, dentre os questionamentos que surgem acerca dessa tentativa de redução da jornada semanal, nos deparamos com aspectos éticos, políticos e econômicos referentes ao uso do tempo livre:

[...] o que os trabalhadores vão fazer com esse tempo livre suplementar? Não haverá aumento dos índices de alcoolismo? A medida não estimulará a degradação dos costumes? O país vai suportar que se trabalhe menos? As empresas não vão falir? (CAMARGO, 1992, p. 44).

Percebe-se que o lazer não existia enquanto possibilidade de uso de tempo livre, nem tampouco com fins de desenvolvimento pessoal, ou ainda pensava-se no tempo livre como algo negativo que, portanto, traria prejuízos às pessoas, aos padrões de ordem da sociedade, e ainda à condição econômica do país e das empresas. Melo e Alves Junior (2012) afirmam que os trabalhadores se reuniam nesses momentos de lazer e, juntos, constataavam a opressão e criavam estratégias de luta e resistência. As diversões, por sua vez, eram compreendidas como perigosas, pois se opunham à ideia de trabalho árduo e, ao mesmo tempo, mantinham um estilo de divertimento antigo, bem diferente do desejável nessa nova ordem de sociedade, “[...] por exemplo, touradas e brigas de galo, entre outras formas tradicionais de diversão,

foram perseguidas em muitos países, consideradas costumes bárbaros e atrasados” (MELO; ALVES JÚNIOR, op. cit., p. 09).

As dificuldades para controlar as atividades a serem realizadas no tempo livre dos trabalhadores se mostram como um problema ainda bem atual. Será que este tempo livre tem sido dedicado ao lazer ou está sendo utilizado para a execução de outra atividade laboral? Ou ainda, como contabilizar o tempo gasto no trânsito, ou com o transporte e longos deslocamentos para o local de trabalho, a administração do lar, os cuidados familiares, o sono, as refeições? As políticas de acesso à cultura garantem esse direito como um aspecto do desenvolvimento humano que não pode ser secundarizado?

Afinal de contas,

[...] nas modernas cidades urbano-industriais o lazer configura-se como parte do tempo livre, fruto da fragmentação dos tempos e espaços sociais. Assim como as diversas esferas da vida social, o lazer foi subjugado aos ditames da lógica da produtividade (GOMES, 2003, p. 63).

Na atualidade, com as múltiplas demandas da vida moderna e sua velocidade resta, cada vez menos, um tempo livre aos trabalhadores. Destacamos a teorização de Camargo (1992), por trazer uma concepção integrada em relação ao trabalho, tempo livre e atividades de lazer. Para o autor, em diversos países, inclusive no Brasil, os trabalhadores tendem a preservar um período relativamente homogêneo de tempo livre, independente das variações de horas trabalhadas. As variações se mostram em outros itens de consumo de tempo, sobretudo nos deslocamentos nos espaços urbanos e também em especial nas obrigações familiares e cuidados pessoais (alimentação, higiene e sono). Tais dados demonstram que o lazer se beneficia da redução da jornada de trabalho, muito embora o tempo gasto com outras obrigações e necessidades do cotidiano não permita para a maioria da população, a experiência de tempo livre.

2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO, MUNDO DO TRABALHO E TEMPO LIVRE: DE QUAL LAZER SE FALA?

No debate sobre o lazer, a industrialização e a ocorrência do fenômeno da urbanização são processos relevantes, na medida em que a migração das pessoas dos campos para as cidades se tornou uma prática recorrente. A urbanização passou a acontecer de modo autônomo e, não apenas, dependente da industrialização. É comum que cidades surjam sem a base industrial prévia, por necessidade de distribuição de produtos criados pela indústria.

Neste hiato entre produção e condições de vida, os valores e costumes passam a ser repensados e reconstruídos de acordo com as novas demandas aparentes advindas das cidades, como exemplo, citamos o poder absoluto da família, do trabalho e da religião (CAMARGO, 1992; DUMAZEDIER, 2012), que passam a ser ressignificados e a assumir distintos contornos da anterior vida rural.

Na configuração trazida pela industrialização, implicações desse formato se expressam nas relações de poder, nas quais, o pai de família, assim como o chefe político e o líder religioso têm o poder diminuído e contestado, juntamente com os valores arraigados às suas condutas, anteriormente controlados por uma geografia e rede de relações restritas. Diante do despreparo para o trabalho urbano, o cotidiano das pessoas, amplo e diferente daquela que estavam adaptadas, é modificado, em especial o trabalho industrial dos pais, com a emergência de uma multiplicidade de contatos que substitui a intimidade dos habitantes dos pequenos núcleos onde viviam, e os graus de parentesco com os quais se relacionavam, pela afinidade de gostos, interesses e aspirações que também são modificados (CAMARGO, 1992).

No mundo industrial, os movimentos sociais urbanos, já existentes, parecem ganhar mais velocidade no surgimento de aspirações novas, ao mesmo tempo em que demonstram maior engajamento entre as pessoas e as ações propostas e realizadas. Um exemplo dessa organização são as diferentes configurações e luta dos trabalhadores, a partir de associações e legalização dos sindicatos; a luta dos jovens, por uma sociedade mais autêntica, que inclua uma maior participação política, menos autoritária, e mais referendada no prazer; os idosos, envolvidos em reivindicações para serem reconhecidos como pessoas íntegras, com o direito de decisão sobre sua vida e uso do tempo livre, resultantes da aposentadoria e, por fim, o empenho das mulheres, em busca de condições igualitárias no que diz respeito ao direito de acesso ao trabalho, remuneração e tempo de lazer (CAMARGO, op. cit.).

Quanto às questões de gênero implicadas no lazer, Marcellino (2007) refere o desfavorecimento das mulheres em comparação aos homens, por não terem muito tempo de usufruto do lazer devido à dupla jornada de trabalho desenvolvida, após sua inserção no trabalho formal. As mulheres estão presentes no mundo do trabalho e simultaneamente ainda permanecem na responsabilidade de realizar, individualmente, as tarefas domésticas e obrigações familiares do lar, em especial, o cuidado com os filhos, embora já se perceba variações e mudanças qualitativas nessa gestão do âmbito privado. Stoppa et al. (2011) afirmam que, embora as mulheres tenham conquistado um lugar social de maior reconhecimento nas últimas décadas, continuamos a viver em uma sociedade machista que

privilegia o masculino, e nem se atenta aos direitos amplos das demais expressões de gênero, na perene perpetuação da subordinação e exclusão nas diversas áreas da vida social: empregos, salários, participação política e lazer, ainda sonegados ou direitos inferiorizados.

Outra questão relevante nesse debate acerca do lazer diz respeito aos espaços públicos que possibilitam as práticas de lazer, distintos dos espaços privados das casas, seja em ruas, bares, locais de trabalho, parques e centros culturais ou de convivência, no dizer do teórico da área, “Nos dias de hoje, o lazer funda uma nova moral de felicidade. É um homem incompleto, atrasado e de certo modo alienado, aquele que não aproveita ou não sabe aproveitar seu tempo livre” (DUMAZEDIER, 2012, p. 25). Certamente, tal atividade não se retroalimenta pelo sujeito em particular, o que requer políticas públicas para a área, como se discute a seguir.

2.3 LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Os indicadores culturais, sociais, políticos e econômicos têm relevância na oferta e significados construídos acerca das atividades de lazer, na medida em que as pessoas não têm a liberdade plena na escolha do que gostariam de fazer, seja por impedimentos em face às condições financeiras ou por entraves no âmbito social ou cultural. No entanto, o campo do lazer traz uma amplitude de possibilidades quando no cotejo dessa oferta com as escolhas relacionadas à vida profissional, familiar e religiosa, por exemplo, que parecem restringir as pessoas a um padrão ou estilo de vida condicionado (CAMARGO, 1992; MELO; ALVES JÚNIOR, 2012).

Outro aspecto a se considerar é a falta de equidade da oferta de lazer, pois o crescimento de práticas relacionadas ao lazer não é igual para todas as pessoas em todas as camadas sociais, haja vista a insuficiência ou inexistência de equipamentos recreativos ou culturais coletivos, a falta de recursos familiares e as dificuldades relacionadas ao exercício profissional impedem ou retardam a sua efetivação. Nesses casos, a necessidade acentuada de lazer tende a determinar estados de insatisfação (DUMAZEDIER, 2012). No Brasil, especialmente com a Constituição Federal de 1988, o lazer ganhou um espaço de reconhecimento de sua vitalidade, no art. 6º, em que é apontado como direito social, ao lado da educação e saúde (CHEMIN, 2011). Há, ainda,

[...] outros artigos do mesmo diploma legal que inferem importância direta ou indireta a esse direito: o preâmbulo constitucional, que é uma espécie de proclamação de princípios dos artigos que seguem – como o 1º, III, que trata da dignidade humana, ou seja, para atingi-la também é necessário que a vida

tenha lazer; o art. 7º, IV, que refere o salário mínimo, que seja capaz de atender a necessidades básicas do trabalhador e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social; o art. 170, que fala da ordem econômica fundada na valorização do trabalho para assegurar existência digna; o art. 182, que trata da política do desenvolvimento urbano para garantir o bem-estar dos habitantes; o art. 21, §3º, em que o Poder Público incentivará o lazer com forma de promoção social; o art. 225, que fala do direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à qualidade de vida; o art. 227, em que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, diversos direitos, entre eles, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, dentre outros (CHEMIN, op. cit., p. 42).

Essa inserção representou um grande avanço na obrigatoriedade de construção de políticas públicas de lazer nos órgãos governamentais, embora ainda sejam embrionárias, “[...] perpetuando determinadas imprecisões conceituais, como sua dissociação do fórum da cultura e sua ligação direta e linear ao esporte” (MELO; ALVES JUNIOR, 2012, p. 18). Segundo os mesmos autores, as secretarias vinculadas ao lazer recebem menos investimento financeiro, como se houvesse uma rígida hierarquia das necessidades humanas e, portanto, a educação, saúde, qualidade de vida e outras urgências sociais são vistas como mais importantes, a partir de uma escala de prioridades que pode ser questionada no campo das políticas públicas.

Para Almeida e Gutierrez (2004), as políticas públicas de lazer deveriam ser articuladas também à educação, à saúde, e à qualidade de vida, no compartilhamento de objetivos e recursos, do incentivo à sociabilidade espontânea. E, além de serem integradas, as políticas públicas, programas e projetos sociais precisariam de continuidade e serem aperfeiçoados de uma administração à outra, tendo em vista que o foco principal é voltado aos participantes, e não à imagem dos partidos políticos vigentes responsáveis pela implementação dos benefícios (CHEMIN, 2011).

A perspectiva que previa o desenvolvimento das atividades físicas de lazer tornou-se realidade a partir de sua popularização, com o fomento às políticas públicas que, por sua vez, constituem-se como um marcador de desigualdades sociais e disciplinamento dos corpos (CAMARGO, 1992). Segundo Proni (2008), as políticas governamentais, nesse contexto, podem contribuir ao reforço de valores coletivos à comunidade local, na medida em divulgam conhecimentos, propiciam diálogos, promovem o bem-estar social e valorizam a educação para cidadania.

A ausência do Estado na construção de políticas públicas que garantam o direito ao lazer para todos os trabalhadores restringe, ainda mais, o número de pessoas que poderiam

usufruir desse direito, haja vista que este ficou entregue ao mercado. Diante dessa perspectiva, percebemos a atividade física de lazer como um espaço em que se afirmam estilos de vida prestigiados na sociedade de consumo contemporânea, em prol da saúde e estética, conforme mencionam Giovanni (2005) e Angeli (2008) sobre o esporte, e que ampliamos às atividades físicas, mesmo que ainda não haja a democratização do lazer como direito fundamental, para todos(as).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL ENQUANTO FOMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS

Em meados do século XIX o termo esporte foi sendo introduzido nos periódicos publicados no Rio de Janeiro, e naquela ocasião, o Brasil apresentava interesse em modernizar-se, pois, “[...] ser moderno era desejar ser estrangeiro” (DE JESUS, 1999, p. 29) e, portanto, se aproximar das práticas reconhecidas por um padrão de civilidade apregoadado pelo ideário burguês em vigência na Europa.

Segundo Melo (2010), as primeiras informações acerca da prática esportiva no Brasil eram coletadas através de jornais e revistas, importados por brasileiros que moraram no continente europeu e/ou por estrangeiros que se estabeleceram na cidade. Até então, as atividades reconhecidas como esportes eram compreendidas como práticas que, atualmente, seriam reconhecidas como atividades físicas de lazer, por proporcionar a diversão. Às camadas populares incluíam-se as atividades de lazer com animais, tais como corridas de cachorro, de pombo-correio, brigas de galo e touradas e que foram, posteriormente, extintas assim como ocorreu na Inglaterra.

O exercício de atividades nestas configurações não era visto por um viés saudável pela sociedade e mostrava-se embutida nessa avaliação, preconceito por envolver esforço muscular e, portanto, seriam destinadas às classes populares, dada a diferenciação das atividades braçais e intelectuais predominante naquela época (DE JESUS, 1999; MELO, 2010). Para Bracht (2005), as diferentes classes sociais vinculavam expectativas, percepções e entendimentos distintos quanto à prática de atividades físicas, na medida em que os mais pobres esperavam obter uma musculatura atlética e saúde, enquanto os mais ricos buscavam a compensação psíquica e a estética corporal, com fins de beleza e elegância. O mesmo autor menciona, ainda, como um fator importante ao fomento da prática de atividades físicas com a finalidade de lazer, o seu efeito compensador dos problemas da vida urbana crescentemente tecnologizada.

A partir deste enfoque, tal atividade passa a ser considerada como um direito e um dever do Estado para toda a população, com políticas públicas e o oferecimento de equipamentos específicos de lazer nos centros urbanos (STOPPA et al., 2011). De fato, o Estado tem realizado intervenções que fomentam a prática de atividades físicas, com objetivos relacionados à integração nacional, educação cívica, preservação da saúde da população, melhoria da qualidade de vida, oferecimento de oportunidades de lazer, dentre outros (BRACHT, 2005).

Mais recentemente, a indústria de entretenimento popular apresentou plena expansão, na medida em que novos hábitos foram incorporados ao cotidiano das cidades brasileiras em decorrência da ampliação das formas de lazer oferecidas e da *refuncionalização* dos espaços públicos, reconhecidos por alguns autores como um processo de *laicização* ou *dessacralização* da vida cotidiana (DE JESUS, 1999). As atividades de lazer ganham, então, visibilidade, a partir da reconfiguração dos espaços públicos, bem como da disseminação midiática acerca dos efeitos positivos das atividades físicas, relacionados à saúde e ao bem-estar.

Vale salientar, todavia, que, anteriormente, não era apenas a questão dos espaços públicos e seu estado precário de conservação o entrave à aceitação dessa cultura esportiva. Dois outros aspectos se destacam: o primeiro se referia ao histórico e tradição cristã na realidade brasileira, que se contrapunham à visibilidade do corpo e exposição dos músculos na contextualização do esporte moderno, na tentativa de exercer um controle severo aos impulsos carnavais; o segundo aspecto envolve o sentido negatizado compartilhado pelas parcelas dominantes da sociedade sobre os espaços públicos, ainda muito associados ao trabalho, convivência e interação dos escravos (DE JESUS, op. cit.).

As políticas públicas, por sua vez, se amoldam à contextualização da sociedade movida pela velocidade, pragmatismo e consumismo, nesse momento histórico, e que impregna os valores contemporâneos no campo da atividade física e lazer. Esse compartilhamento de sentidos se expande às relações sociais, com rebatimento na construção da identidade dos sujeitos (MASCARENHAS, 2009; PRONI, 2008) e nos seus estilos de vida.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA CIDADE DO RECIFE/PE

Nas duas últimas décadas, têm se instaurado na cidade de Recife o fomento à cultura esportiva, mediante programas de políticas públicas para realização de atividades físicas sem

custo, em ambientes públicos, como é o caso do programa “Academias da Cidade”, fundado por João Paulo Lima, em 2002, na ocasião, prefeito da cidade. Tal programa foi desenvolvido em prol da democratização de acesso à prática de atividades físicas regulares, pela população em geral, com a instalação de espaços promotores de atividades físicas nos mais diversos bairros da cidade, de níveis socioeconômicos distintos, com a finalidade de saúde e cidadania. Esta iniciativa municipal, atualmente, conta com 33 polos que prestam serviços à comunidade, contribuindo à conscientização de parte da população sobre a necessidade de desenvolvimento de atividades físicas (PREFEITURA DO RECIFE, 2016).

Vale salientar que, no que se refere às políticas públicas de esporte e lazer, o padrão histórico dominante é seletivo, fragmentado, excludente e setorizado (SILVA et al., 2011). Na atualidade, tem-se um retrocesso nessa concepção de oferta de política pública de lazer, considerando que os equipamentos esportivos distribuídos pelos bairros e centros, tendem a suprir as necessidades da classe mais favorecida economicamente.

No caso da cidade de Recife, tomamos como exemplo dessa oferta desigual, a ciclo faixa com espaços demarcados aos domingos e feriados, nas zonas nobres da cidade, bem como o aumento na extensão de ciclovias em determinadas localidades, como na Avenida Boa Viagem; na Zona Norte, a criação de uma academia de ginástica ao ar livre no Parque da Jaqueira; e na zona sul, na Avenida Boa Viagem, a realização de eventos de corridas de rua, promovidos com o apoio do Governo do Estado de Pernambuco e/ou da Prefeitura da Cidade de Recife, além da reestruturação do Parque Santana, e a construção do Parque Dona Lindu e do Parque da Macaxeira, sem que haja investimento público nas periferias e morros da cidade.

A este respeito, o Parque Dona Lindu é um exemplo, sendo um centro de convivência localizado em uma região altamente privilegiada, à beira mar da Praia de Boa Viagem, que possibilita a prática de atividades físicas de lazer, além de ofertar apresentações de dança e música, exposições, oficinas e seminários, a baixo custo, financiado pelo poder público. Em tese, a democratização das atividades de lazer é um objetivo da gestão pública, no entanto, a exemplo do Parque Dona Lindu, a localização deste espaço parece reforçar a ideia de que o seu usufruto é acessível apenas para poucos.

Posicionamo-nos a favor das iniciativas da gestão pública no fomento à promoção de atividades de lazer, no entanto, questionamos sobre a pertinência dos referidos programas que tendem a atender às necessidades de lazer das classes mais favorecidas economicamente, ao passo que a população mais necessitada de equipamentos esportivos e culturais para o desenvolvimento da cultura de lazer não é atendida nesses quesitos, nem tampouco naqueles mais básicos ao seu cotidiano, como é o caso do transporte. Se a presença da ciclo faixa nos

domingos e feriados promove o bem-estar e lazer da elite, a sua ausência é demarcada no cotidiano dos trabalhadores que utilizam as bicicletas como meio de transporte para o trabalho e não como atividade de lazer, o que marca ainda mais as diferenças sociais e o descaso com políticas públicas de fomento à qualidade de vida da população.

Além da renda, outros aspectos são importantes a serem analisados quando se tem essa constatação de processos de marginalização no acesso aos bens culturais, quais sejam: idade, gênero, local de moradia e nível cultural. Assim,

De qualquer forma, é importante lembrar que todo equipamento de lazer, bem planejado, prevê investimentos não apenas de construção como de manutenção e animação. Não importa quanto se tenha investido esteticamente na construção, as municipalidades têm de conscientizar-se de que não adianta apenas abrir as portas de seus monumentos para que a população os frequente. Ao cabo e ao fim, esses espaços são criações artificiais de uma política cultural, que precisa ser traduzida concretamente numa programação que atenda às necessidades da população e, assim, seja por ela sentida. A esta modalidade de ação educativa se dá o nome de animação cultural [...] (CAMARGO, 1992, p. 68-69).

Nesse sentido, o lazer possibilita a prática da participação social lúdica que tem como objetivo mostrar que o exercício de atividades voluntárias, desinteressadas, prazerosas e liberatórias pode proporcionar às pessoas uma vida cultural mais intensa, diversificada e equilibrada com as obrigações profissionais, acadêmicas/escolares, familiares, religiosas e políticas (CAMARGO, op. cit.). Dentre tantas opções voltadas a este fim, a prática de atividades físicas tem se mostrado, cada vez mais, uma alternativa àqueles interessados em reservar parte do seu tempo ao lazer.

2.6 A ATIVIDADE FÍSICA COM A FINALIDADE DE LAZER E SUAS FUNÇÕES NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Na Inglaterra, no século XIX, a corrida foi reconhecida como esporte e, portanto, parte do processo civilizador desenvolvido pelas camadas mais favorecidas da população inglesa. Já nos Estados Unidos, na década de 1970, a expansão desta prática se deu a partir da percepção de uma perspectiva de saúde, de promoção à tonificação dos músculos, à melhora do condicionamento físico e, portanto, à qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, a emergência da corrida de rua ocorreu num período entre as décadas de 1980 e 1990, estabelecendo-se definitivamente no início do século XXI enquanto uma prática apropriada pelas classes médias altas como consumo destinado à saúde, lazer e estética. Em outros países, a corrida de rua mostrou-se como ferramenta para difundir valores de distinção

social nos jovens (Inglaterra), solucionar problemas com gastos públicos na saúde (Estados Unidos) ou atender aos anseios narcísicos do exigente consumidor. Percebe-se, assim, que:

[...] a inserção da corrida no mundo moderno e contemporâneo, foi confirmada pelo interesse de pequenos grupos que vislumbraram na corrida-esporte, corrida-recreação e corrida-consumo um mecanismo efetivo para formação da personalidade, controle social e interesse de mercado (AUGUSTI; AGUIAR, 2011, p. 01).

As referências do processo de culturalização demarcam o distanciamento da atividade espontânea, anteriormente exercida pelas pessoas no cotidiano, pois a ciência e a tecnologia se encarregam de explicar detalhes sobre os movimentos corporais, submetendo, assim, os seus praticantes aos conhecimentos e adequação à prática aceita socioculturalmente, “[...] afinal, correr é natural; mas correr de tênis, GPS, *Ipod* e com orientação técnica profissional especializada – pagar para correr – é cultural [...]” (AUGUSTI; AGUIAR, op. cit., p. 01).

Para Camargo (1992) há necessidades básicas materiais e não materiais e para os estudiosos do lazer, os sonhos e as alegrias fazem parte dessas necessidades não materiais e, assim, somos apresentados a uma nova forma de reivindicar a dignidade humana, ou seja, a partir de um estágio de civilização que é inaugurado se exige uma releitura e posterior (re)conceituação da pobreza, do desenvolvimento e da identidade social dos povos, pertencentes aos países subdesenvolvidos.

As necessidades básicas apresentadas pelas teorias psicológicas no início da construção da ciência da psicologia eram a fome, a sede e o sexo, e no momento atual são várias em face dos diversos e ampliados níveis de estresse provocados pela convivência social, pelo trânsito, pelas condições de trabalho, bem como por todas as outras obrigações cotidianas que assumem cobranças e requerem performances com velocidade e aspectos plurais. Nesta contextualização estão sendo gestadas outras necessidades básicas, dentre as quais as atividades de lazer ganham destaque, por promoverem uma condição de relaxamento favorável às pessoas.

Para Bracht (2005), a atividade física trata-se de um valor associado à jovialidade, ao rendimento, à disposição para a competição. Em sua perspectiva, “ser esportivo” tem se configurado como uma solicitação social fundamental ao comportamento cotidiano, muito perceptível, inclusive, no âmbito da moda, do vestuário, e da adequação dos sujeitos aos padrões de uma sociedade consumista.

Nota-se, assim, retomando o objeto da investigação em pauta, que as corridas de rua apresentam-se como uma possibilidade de lazer de aparente inclusão social, mas que esta não se concretiza, pois nas práticas se evidenciam fatores excludentes que oportunizam a

participação diferenciada, sem equidade de direitos. Percebemos, portanto, conforme afirma Camargo (1992), que as iniciativas para a democratização de bens culturais parecem confrontar-se com diversos aspectos: tendem a beneficiar apenas aqueles que já tinham acesso aos bens; precisam demonstrar resultados expressivos, mediante a possibilidade de serem extintas; e, por vezes, relacionam a renda das pessoas ao fator de marginalização no acesso aos bens culturais. No caso específico das corridas de rua, a participação espontânea e desvinculada dos referenciais ditados pelo esporte profissional é uma “possibilidade” de acesso à proposta de integração corpo/mente que é ofertada a todas as pessoas.

De acordo com Dumazedier (2012), a construção de equipamentos recreativos ou culturais coletivos na perspectiva de viabilizar acessibilidade às pessoas de camadas sociais diferentes é um dos fatores com potencial de ampliação quantitativa e qualitativa do lazer, que apresenta três funções: descanso; divertimento, recreação, entretenimento; e desenvolvimento.

A função de descanso está diretamente relacionada à fadiga e é representada pela necessidade de repouso, pelo silêncio, bem como pelas pequenas ocupações sem objetivo normativo pré-estabelecido. Divertimento, recreação e entretenimento constituem a segunda função do lazer, interligados ao tédio, no sentido de distanciamento da rotina e ruptura com o universo cotidiano. Surge, então, a busca por uma vida de contemplação, compensação pelo esforço cultural e fuga para um contexto distinto daquele dos dias habituais.

A corrida de rua traz à tona, assim, um estilo de vida diferenciado e uma vida “jogada” pelo *homo ludens*, a qual prevê uma prática prazerosa, livre e descontraída, em detrimento a qualquer tipo de vida de compromisso, quando comparada às atividades profissionais e/ou outras obrigações do cotidiano.

A terceira e última função do lazer se refere ao desenvolvimento da personalidade, aliada à realidade do novo *homo socius*, em que o lazer permite a participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada da razão, e o oferecimento de mais possibilidades de integração voluntária à vida de grupos recreativos, culturais e sociais. Desta feita, a criação de novas formas de aprendizagem voluntária suscita condutas inovadoras, a libertação de obrigações profissionais e a presença de comportamentos que visem o seu desenvolvimento, dentro de um estilo de vida pessoal e social (DUMAZEDIER, op. cit.).

Vale salientar que tais funções supracitadas não se opõem, e se mostram interdependentes, em graus variados, em todas as situações de lazer: podem suceder-se, coexistir, manifestar-se isolada ou simultaneamente. Afinal,

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-

se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, op. cit., p. 34).

2.7 A CORRIDA DE RUA COMO ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER

A corrida de rua como atividade física de lazer tem feito parte da vida diária de milhões de pessoas e trazido benefícios a grande parte delas. Se, anteriormente, tal atividade se apresentava apenas por um viés competitivo, ou como prescrição para a saúde com fins terapêuticos, passou a ser exercida devido ao bem-estar que ela proporciona a seus praticantes, embora tal motivação não exclua o desejo pela melhoria de desempenho. Deste modo, mudanças no estilo de vida de seus praticantes foram percebidas, a partir da inclusão da corrida de rua no cotidiano. A este respeito, o consumo de roupas, calçados e informações sobre nutrição, treinamento, ingestão e eliminação de líquidos, bem como de diversas peculiaridades se tornaram parte do *mundo do corredor* (PULEO; MILROY, 2011).

Salgado e Chacon-Mikahil (2006, p. 92) reforçam a busca pelo bem-estar como novo sentido atribuído à corrida de rua, no detalhamento dos motivos que julgam pertinentes à sua prática, como “[...] a promoção da saúde, a estética, a integração social, a fuga do estresse da vida moderna, a busca de atividades prazerosas e competitivas”. Além desses aspectos, surge também a perspectiva da competição, pois classificar-se bem em uma competição parece mostrar-se como um atrativo diante do crescimento do número de provas com premiações em dinheiro ou em bens, patrocínios, prestígio social ou estar em evidência. No entanto, Dallari (2009) afirma que a maioria dos corredores paga pela sua própria inscrição, consciente da impossibilidade de receber uma recompensa financeira pelo resultado apresentado, pois o interesse destes participantes não é relacionado às conquistas das primeiras colocações, mas às sensações de prazer e satisfação que a interação com tal atividade lhes proporciona.

Segundo Dallari (2009), não há um perfil padrão para os corredores de rua, ou seja: condições técnicas ou econômicas, idade, gênero e tipo físico não são preditores à participação em tal atividade. Temos, portanto, a coexistência, em um mesmo evento, de corredores de diferentes gerações e com os mais variados corpos, no que diz respeito a peso, altura, composição corporal e deficiências. Além disso, essa diversidade reforça o seu caráter inclusivo, pois para praticar a corrida de rua não é preciso dispendir dinheiro, haja vista que, na maioria das vezes, os treinos ocorrem em espaços públicos, ao ar livre, e a vestimenta se resume a um short, uma camiseta e um par de tênis.

A adaptação às condições da corrida de rua também não requer maiores investimentos dos sujeitos, pois, segundo Pallarés (1981 apud MULLER; TAFNER, 2007), correr é um dos movimentos rítmicos naturais dos seres humanos, assim como andar, saltar, saltitar, girar, rolar e lançar. O aprendizado desses movimentos básicos se dá pela necessidade, interesse e vontade das crianças, constituindo-se como uma atividade própria da natureza humana. Portanto, na infância, o sujeito já corre para atender a algumas situações específicas; no decorrer da vida, continua a correr quando há alguma necessidade de deslocamento rápido, de um lugar a outro; utilizar a corrida como atividade física de lazer traz sentidos diferenciados daqueles até então relacionados, entretanto, os sujeitos o fazem por sentidos que dialogam com suas histórias, experiências e sensações experimentadas.

Na análise em uma perspectiva de inclusão, a referência à corrida de rua como atividade democrática é pertinente, tanto pela compreensão de que correr é uma ação da natureza humana e, por isso, acessível às pessoas sem dificuldades motoras ou deficiências físicas impeditivas desse movimento, quanto pela imprevisibilidade de segregação nesta atividade, em contraposição ao previsto por esportes praticados em campos, pistas ou quadras, os quais limitam o número de participantes e estabelecem padrões para reunir os considerados mais habilidosos em uma dada modalidade (DALLARI, 2009). Todavia, cabe a diferenciação entre correr e participar de uma prova de corrida de rua, pois na primeira descrição é possível a realização sem condição excludente, enquanto na segunda, a participação nos eventos de corrida de rua exige o *kit* oferecido pela organização para ser utilizado no dia da prova, mediante inscrição e pagamento de uma taxa.

Salienta-se que, embora a corrida de rua como atividade física seja extensiva à maioria das pessoas, tornar-se um corredor de rua requer um processo longo com exigências de adaptações físicas e psicológicas associadas às demandas da prática cotidiana, ainda que correr seja comum desde os primeiros anos de vida (DALLARI, op. cit.). Podemos afirmar que a maioria das pessoas pode praticar a corrida de rua, no entanto, nem todas que tiverem esse desejo conseguirão dar continuidade à atividade, pois há necessidades a serem satisfeitas como disponibilidade de tempo e disposição para correr, dedicação e disciplina nos treinamentos, bem como cuidados relativos à sua prática.

Cabe lembrar que tais condições se referem à corrida de rua com a finalidade de lazer, ou seja, em nível de participação, sem exigências quanto aos resultados. A prática nesses moldes pode requerer investimento em equipamentos esportivos fabricados com o auxílio da tecnologia para garantir melhor adaptação e desempenho dos praticantes, embora esse último aspecto não seja o objetivo principal da atividade. Os artefatos referidos podem fazer parte do

cotidiano dos corredores de rua, pois, conforme explicitado por Smit (2007), a partir do momento em que são utilizados pelos atletas do alto rendimento, tornam-se objetos de desejo, dada a consagração desses atletas como ídolos, autores de performances consideradas inatingíveis, e a qualificação atribuída enquanto grupo de referência contribuindo, segundo Rúbio (2001), para a disseminação de um tipo de conduta voltado à performance exitosa.

Deste modo, embora o consumo também se expresse nesse meio esportivo de corridas, estes equipamentos não se apresentam como essenciais à prática, já que independente do tênis calçado é possível desenvolver a atividade. No que diz respeito à preocupação com o desempenho desses participantes nos eventos, também não nos parece ser um fator relevante, já que não é tão comum haver disputas muito acirradas, decididas por milésimos de segundos, e nem esse é o objetivo da atividade para a maioria dos participantes.

Tamanha visibilidade conquistada pelas corridas de rua é decorrente, ainda, da importância dada aos espaços públicos que possibilitam a prática de atividades físicas, sendo gestada uma “nova” cultura esportiva, a qual prevê proximidade entre as atividades físicas de modo geral e as concepções de saúde, corpo ideal e indústria de lazer e entretenimento. Podemos afirmar que há uma invasão de estratégias de marketing e publicidade que passaram a fazer uso das atividades físicas, e em especial dos esportes, para impulsionar o ramo dos negócios e, assim, promover um novo estilo de vida a ser adotado. Desta feita, as imagens de corpos em movimento parecem ganhar espaço cada vez maior, tendo em vista o seu caráter imediatista e de perpetuação que parecem compreender um conjunto de valores pelos quais vale a pena lutar, pois se relacionam a um ideal de perfeição e de estética que leva o conjunto da sociedade a desejá-lo. Dessa maneira,

[...] o esporte, nesse processo, constituiu-se em poderosa representação de valores, sensibilidades e desejos que permeiam o ideário e imaginário da modernidade: a necessidade de superação de limites, o extremo de determinadas situações (comuns em um cenário em que a tensão e a violência foram constantes), a valorização da tecnologia, a consolidação de identidades nacionais, a busca de uma emoção controlada, o exaltar de um certo conceito de beleza. O seu desenvolvimento tem grande relação com uma sociedade que enfatizava as noções de produção, precisão, desempenho e disputa (MELO, 2010, p. 94).

Assim, as relações entre as características que o esporte moderno passou a apresentar e os ideais capitalistas, dentre os quais se incluem a competição, o consumo, a tecnologia, a ciência e a razão são, portanto, compatíveis e justificam os valores cultuados pelas práticas esportivas, o que reforça a ideia de que os eventos não surgem ou ocorrem de maneira descontextualizada e, sim, de modo coerente com os aspectos políticos, sociais, econômicos,

culturais com os quais estão envolvidos. Há de se considerar, ainda, o inverso, ou seja, o esporte como fórum de dramatização de conflitos de todas as ordens. Aqui, consideramos a construção de novas referências não apenas para a reconceitualização das práticas esportivas, iniciada em um passado remoto, mas às diversas possibilidades que, na atualidade, passaram a ser pensadas no campo das atividades físicas de lazer.

3 ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: AUTORIA DOS SUJEITOS NA CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM ESTILO DE VIDA ATIVO

Saúde é uma designação que costumava ser associada meramente à ausência de doenças, ancorada na concepção biológica e universal que previa relações de causa e efeito às determinações da natureza humana (OMS, 1946/2016), e que desconsiderava fatores sociais, culturais e históricos. Tal perspectiva se contrapõe à adotada mais recentemente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por este estudo, que compreende os objetos sociais a partir das relações construídas pelos sujeitos sociais em um contexto sócio-histórico e que busca a apreensão da complexa teia de componentes envolvidos nessa discussão.

O significado de saúde atualizado apresentado pela OMS amplia a perspectiva anterior e se refere a um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Tal concepção denota, portanto, preocupação com a integralidade do sujeito, sem limitá-lo a uma condição física/orgânica, embora faça alusão a um ideal de completude inatingível a qualquer ser humano. Tavares (2008) também supera a alusão à saúde como um *estado* mental ou fisiológico, considerando-a uma *existência* que engloba todos os estados temporários.

Adepto da perspectiva atual, Nahas (2013, p. 50) se refere à saúde como “uma condição humana com dimensões física, social e psicológica, caracterizada num contínuo com polos positivos e negativos”, os quais podem variar desde a capacidade de ter uma vida satisfatória, proveitosa, à associação com a morbidade e a mortalidade prematura. O controle da morbidade e mortalidade, segundo Fleck (2000), sempre foi prioridade nas políticas em saúde e na formação dos profissionais da área, no entanto, as últimas décadas têm apresentado preocupação também com o temário da qualidade de vida, o qual tem sido (re)construído, tal qual as mudanças ocorridas ao longo dos anos com a perspectiva de saúde.

Essa visão ampliada tem repercussões diretas nos modos da psicologia buscar compreender o desenvolvimento humano e os contextos desse desenvolvimento, haja vista a visão atual que supera a clássica cisão entre corpo/mente, biológico/psicológico, saúde/doença, bem estar/mal estar físico e conforto/desconforto psicológico. Compreendido como “a percepção de bem-estar resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano” (NAHAS, 2013, p. 15), o conceito de qualidade de vida aponta diferenciações nos parâmetros das referências que o balizavam. Se, anteriormente, salário, sucesso profissional e bens materiais eram mais valorizados como indicadores de qualidade, na atualidade, incluem-

se ainda satisfação no trabalho, realização pessoal, qualidade nas relações interpessoais e um novo foco que não é mais exclusivo para as demandas do mundo produtivo, e se volta também para a inclusão das opções de lazer a serem ofertadas e experimentadas pelos sujeitos.

Outros fatores influentes na qualidade de vida das pessoas se referem ao estado de saúde, longevidade, espiritualidade e prazer experimentado nas diversas experiências cotidianas, aspectos que são acrescentados ao atendimento às necessidades humanas básicas, essenciais a uma vida com qualidade, como: alimentação, moradia, educação e trabalho (NAHAS, op. cit.). A articulação da saúde e cuidados com o corpo como um dos indicadores da qualidade de vida pode ser explicado, porque a capacidade para realizar movimentos corporais com competência também influencia na qualidade de vida dos sujeitos, já que tal aspecto está diretamente relacionado ao aumento ou diminuição da autonomia, com consequências previsíveis ao cotidiano das pessoas (MANOEL, 2002).

Entende-se que, com referências tão diversas, os sentidos de qualidade de vida variam, a depender da percepção de cada um, arraigada à subjetividade e circunstâncias envolvidas, o que nos faz ressaltar o caráter mutável de sua constituição (NAHAS, 2013). Assim, ressaltamos o papel da atividade física nos benefícios proporcionados à melhoria do bem-estar e qualidade de vida de pessoas de todas as idades e condições socioeconômicas e que não se restringem aos efeitos físicos e fisiológicos apenas, mas também aos aspectos psicológicos envolvidos que reforçam, de modo geral, a melhoria na qualidade de vida ocasionada também por uma melhora de autoestima e autoconceito (NAHAS, op. cit.; WEINBERG; GOULD, 2008), logo, tem implicações na constituição da identidade.

Por atividade física entende-se “qualquer movimento corporal produzido pela musculatura esquelética – portanto voluntário, que resulte num gasto energético acima dos níveis de repouso” (NAHAS, 2013, p. 49). Dentre a gama de possibilidades incluídas nessa ampla conceituação, temos: atividades laborais, relacionadas a trabalho; atividades da vida diária (AVD), como vestir-se, andar, alimentar-se, tomar banho; o deslocamento realizado para ir de um lugar a outro; e as atividades de lazer, nas quais contemplamos a prática de exercícios físicos, esportes, dança, artes marciais, jogos, etc. (MANOEL, 2002; NAHAS, 2013), além dos afazeres requeridos nos cuidados e na manutenção da vida doméstica.

Destacamos, aqui, a distinção entre atividade física, exercício físico e esporte, pois, embora haja uma relação direta entre os seus significados, não são sinônimos. Exercício físico representa uma das formas de atividade física planejada, estruturada, repetitiva, que tem por finalidade desenvolver ou manter o nível de aptidão física, de habilidades motoras ou a

reabilitação orgânico-funcional (NAHAS, op. cit.). Já o esporte é compreendido como “[...] uma estrutura de sentido proporcionado pela cultura que atribui determinados significados aos diferentes movimentos humanos, numa clara inter-relação entre os planos individual e social [...]” (GARCIA, 2002, p. 329).

Enquanto atividade humana histórica e socialmente construída, que reflete e difunde valores, costumes e modos de produção de uma sociedade, o esporte não pode ser compreendido de maneira descontextualizada, pois não apresenta um significado em si. Depende, ainda, do uso que se faz dele, isto é, da forma que é instrumentalizado (BRASIL, 2009). O esporte, de modo geral, era compreendido como um jogo e diversão gratuita, muito embora a ele já fosse atribuído *status*, distinção e oportunidade de negócios pelos sujeitos favorecidos economicamente, espectadores de grandes espetáculos (MELO, 2010).

Como exemplo, citamos as modalidades esportivas tradicionais, denominadas atletismo, natação, vôlei, etc., que previram uma série de movimentos constituídos em determinado contexto e universalizado por instituições internacionais, devido às organizações dos megaeventos esportivos, para que todos os atletas pudessem competir entre si, em condições de igualdade. As referidas modalidades sofreram diversas adaptações às condições históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais, seja na pluralidade de dimensões associadas à sua prática, nas regras, nas vestimentas utilizadas pelos atletas, nas estruturas arquitetônicas promotoras dos eventos, ou em diversos aspectos, ali presentes (TUBINO, 2006).

Uma cultura esportiva passa a ser gerida na medida em que significados diversos são atribuídos às práticas esportivas, e cultuados como valores positivados no conjunto da sociedade. Assim, “As expectativas geradas em torno do esporte levam a determinados padrões de comportamento que irão, de certa forma, influenciar e por vezes determinar a conduta daqueles que optam pela sua prática” (RÚBIO, 2001, p. 47). Entendemos que tais condições exercem influência nas formas de ser e conviver dos sujeitos, disseminando informações não apenas sobre os esportes, mas sobre os referenciais de atividades físicas e de jogos reconstruídos de acordo com a diversidade de fatores implicados nos distintos contextos sócio-históricos referendados.

3.1 O JOGO COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL E EXPRESSÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Huizinga (1938/2000) é o primeiro teórico a referir-se ao jogo como uma atividade relevante à sociedade, especialmente porque, segundo ele, o jogo é anterior à cultura por já se fazer presente na relação entre animais e não apresentar nenhuma característica que o diferencie da ideia geral compartilhada pelo advento da civilização humana. Nesse sentido, o jogo impulsiona o desenvolvimento da civilização, sem se limitar à existência humana, ou seja, se constitui como uma categoria primária da vida, a qual se mostra evidente na denominação de *homo ludens*.

Tal termo se propõe a apresentar mais uma função humana, num mesmo patamar de importância daquelas evidenciadas pelo raciocínio do *homo sapiens* e pela fabricação de objetos do *homo faber* (ARENDT, 1958/2010), condição esta de construtor do mundo, bem diferente, portanto, daquela possível ao *animal laborans*, isto é, o homem responsável apenas pela produção do necessário à sua sobrevivência (HUIZINGA, 1938/2000).

O foco da discussão de Huizinga não se volta à realidade do jogo em si, mas ao reconhecimento do denominado ‘espírito de jogo’, o que nos mostra uma superação da realidade física e a contribuição ao desenvolvimento da humanidade, por julgar que a cultura se constrói a partir/na relação com o jogo:

[...] Daí se conclui necessariamente que, em suas fases primitivas, a cultura é um jogo. Não quer isto dizer que ela nasça *do jogo*, como um recém-nascido se separa do corpo da mãe. Ela surge *no* jogo e *enquanto* jogo, para nunca mais perder esse caráter (HUIZINGA, op. cit., p. 125, grifo do autor).

Nesse sentido, as manifestações culturais estariam permeadas pelo sentido de jogo e, segundo Caillois (1958/1990), mais especificamente, de uma espécie deles, os de competição regrada, haja vista que Huizinga omite a descrição e a classificação dos jogos, como se todos respondessem às necessidades comuns e exprimissem a mesma atitude psicológica. Por muito tempo, os jogos eram vistos a partir de seus instrumentos e acessórios, sem enfatizar o que Caillois passou a considerar fatores centrais à sua constituição e compreensão, tais como: sua natureza, suas características, suas leis e o tipo de satisfação por ele proporcionada.

Caillois (1958/1990) considera a contribuição de Huizinga relevante pelo seu pioneirismo nos estudos sobre jogos em nossa sociedade, no entanto, dentre outros pontos de tensão que sua teorização provoca, apresenta um questionamento central à sua tese no tocante à relação proposta por ele entre jogo e cultura. A concepção de que tudo provém do jogo é

difícil de ser aceita, tendo em vista que, para Caillois, definir uma cultura em função de seus jogos traz uma limitação à sua compreensão, pois não é possível definir, sem uma análise prévia, quais jogos concordam com os valores institucionais vigentes, confirmando-os e fortalecendo-os, e quais se mostram de modo contraditório, como formas de compensação ou válvulas de escape diante do próprio contexto.

Não há, portanto, diferenças entre o que o jogo e/ou a cultura podem revelar. Os jogos mais comuns demonstram tendências, gostos e formas cotidianas de pensamento e de ação construídos por gerações e transmitidos na cultura, e nela ressignificados, transformados e/ou contestados, ao mesmo tempo em que treinam os jogadores nessas virtudes e erros, sancionando neles os hábitos e as preferências. Deste modo, a preferência por determinados jogos possibilita a descrição de aspectos morais e características condizentes com o perfil de seus praticantes e o contexto situacional referido. A este respeito,

Não seria um absurdo esboçar o diagnóstico de uma civilização a partir dos jogos que nela prosperam de uma forma especial. De fato, sendo os jogos fatores e imagens de uma cultura, daí decorre que, em certa medida, uma civilização, uma época, pode ser caracterizada pelos seus jogos. [...] Os jogos fomentam hábitos, criam reflexos. Supõem um determinado tipo de reações e, conseqüentemente, convidam a que se considerem brutais, fingidas, provocantes e desleais, as reações contrárias (CAILLOIS, op. cit., p. 102-103).

Segundo Huizinga (1938/2000), o jogo constitui-se em uma ação livre, vivenciada como fictícia, por situar-se em um ambiente diverso ao da vida cotidiana, em tempo e espaço circunscritos, praticada de acordo com regras específicas e destituída de interesses econômicos. Se, num passado remoto, esse era o significado do jogo, embora já houvesse modalidades de jogos lucrativos, com a finalidade de gerar riqueza ou condições de subsistência, nos dias atuais compreende-se que a partir do momento em que há ganhos dessa ordem, os que ali estão deixam de ser reconhecidos como jogadores e passam à condição de trabalhadores, ou seja, de atletas profissionais.

A atividade, portanto, não seria mais coerente com uma de suas características fundamentais: a entrega espontânea do jogador à ação, de livre vontade e exclusivo prazer, ciente de que a qualquer momento tem a possibilidade de deixar de jogar e envolver-se com uma atividade ociosa ou mais fecunda. Nesse caso, citamos como exemplo as premiações realizadas em grandes espetáculos esportivos, como os Jogos Olímpicos, nas quais os atletas que conquistam os três melhores lugares recebem quantias em dinheiro pelos seus feitos, evidenciando níveis de produtividade elevados e remuneração alta por seus desempenhos e êxitos conquistados.

A concepção de jogo apresentada nessa perspectiva da meritocracia é pautada numa lógica de produtividade associada à profissionalização, na medida em que o jogo é visto como uma atividade sem seriedade ou fecundidade e, portanto, oposta ao trabalho, “[...] tal como o tempo perdido opõe-se ao tempo bem entregue” (CAILLOIS, 1958/1990, p. 9). Tal sentido contraditório entre jogo/trabalho se deve à interpretação de natureza estéril, improdutiva, que muitas vezes é atribuída ao jogo. Assim, percebemos a compatibilidade de tais aspectos de produtivismo à cultura brasileira e regime capitalista, na qual impera a ideia de rendimento, resultado, lucro em tempo e intensidades velozes e como possibilidade de mobilidade social às camadas excluídas socialmente.

O sentido e irrelevância dada ao jogo como uma atividade secundarizada tem como referência o sofrimento que é simbolicamente atribuído ao trabalho, exatamente porque dentre os principais sentidos à sua prática, tem-se a busca de alegria e divertimento, mesmo que se trate de um jogo extenuante e/ou a sua prática também provoque algum sofrimento com treinos excessivos e a exigência de abdicar de outros prazeres e alegrias da vida cotidiana aos que não são atletas (AMBLARD; CRUZ, 2015).

Outro aspecto fundante na relação jogo/trabalho diz respeito à liberdade no exercício do primeiro, haja vista que pode ser abandonado a qualquer momento, basta o jogador não desejar mais dar continuidade ao jogo e, assim, rapidamente retomaria suas atividades cotidianas, que ocorrem fora do mundo do jogo. O principal motivo que mantém as pessoas interessadas no jogo, portanto, é a possibilidade de sentirem prazer em uma atividade que não emana obrigatoriedade (CAILLOIS, 1958/1990).

Os desejos dos jogadores, por sua vez, tendem a variar em dois sentidos extremos: *paidia* e *ludus*. *Paidia* se constitui como um prazer desinteressado, “[...] uma agitação imediata e desordenada, uma recreação espontânea e repousante, habitualmente excessiva, cujo caráter improvisado e desregrado permanece como sua essência, para não dizer única, razão de ser” (CAILLOIS, op. cit., p. 48). Já o *ludus* está relacionado ao gosto pela resolução de uma dificuldade gratuita do jogo em que a superação de obstáculos ou adversários se caracteriza como força motriz à sua realização e/ou continuidade no jogo. Nesse caso, o jogo deixaria de ser prazeroso a um jogador bem treinado, ou que apresentasse habilidade significativamente superior ao seu adversário, se lhe fosse possível a vitória sem esforço.

A compreensão de Caillois (1958/1990) sobre os desejos que mobilizam os sujeitos ao interesse pelos jogos (*paidia/ludus*) está aliada à classificação destes em quatro categorias fundamentais, de acordo com os princípios que os governam, quais sejam: *agôn*, *alea*,

mimicry e *ilinx*. *Agôn* se refere aos jogos de competição, nos quais há rivalidade entre os jogadores e se baseia em qualidades como rapidez, resistência, habilidade.

Torna-se ilusório pensar na condição igualitária do jogo, pois, por mais cuidados que se tenha no planejamento, não é possível ter o controle das variáveis que podem influenciar o desempenho dos participantes, a começar pelas condições climáticas e a possibilidade de uns serem mais afetados do que outros, se pensarmos na posição do sol (na frente ou nas costas do jogador) e no vento, por exemplo, (CAILLOIS, op. cit.) além dos aspectos subjetivos que são demandados em cada história de vida, em particular. Assim,

O interesse do jogo é, para cada um dos concorrentes, o desejo de ver reconhecida a sua excelência num determinado domínio. É a razão pela qual a prática do *agôn* supõe uma atenção persistente, um treino apropriado, esforços assíduos e vontade de vencer. Implica disciplina e perseverança. Abandona o campeão aos seus próprios recursos, incita-o a tirar deles o melhor proveito possível, obriga-o, finalmente a servir deles com lealdade e dentro de limites fixados que, sendo iguais para todos, acabam, em contrapartida, por tornar indiscutível a superioridade do vencedor. O *agôn* apresenta-se como a forma pura do mérito pessoal e serve para o manifestar (CAILLOIS, op. cit., p. 35, grifo do autor).

No caso das motivações presentes na vida em sociedade e pelas quais os jogadores seriam levados a participar de jogos voltados à competição, observa-se: a necessidade de afirmação, aliada ao desejo de se mostrar o melhor; o prazer do desafio, de alcançar recorde e/ou da dificuldade superada; o desejo de ser avaliado em quesitos como força, habilidade, rapidez, resistência, equilíbrio e astúcia; o estabelecimento e respeito às regras, bem como a tentação de transgredi-las (CAILLOIS, op. cit.).

Em oposição ao *agôn*, temos a *alea*, que envolve jogos nos quais os seus resultados não dependem do jogador, mas da sorte que lhe é lançada e da tentativa de vencer o destino e não um adversário, conforme a categoria anterior. Deste modo, o jogador se apresenta com passividade ao jogo na medida em que sua participação nega a necessidade do treino, regularidade, bem como não requer o uso de habilidades, força ou qualquer outra qualidade que possa ter, basta-lhe apenas ter sorte e aguardar com receio e expectativa um resultado no qual não pode intervir. A função da *alea* é promover condições de igualdade a todos, negando-se a valorizar superioridades naturais ou adquiridas dos sujeitos.

Questionamos se tais condições de igualdade promovem aos sujeitos satisfação semelhante àquelas experimentadas em situações em que eles podem exercer a autoria nas suas ações, afinal, o prazer vivenciado em um jogo no qual o resultado independe do empenho ou esforço de seu jogador é o mesmo àquele em que sua intervenção é fundamental à

atividade? A autoria no exercício dos jogos é relevante aos sentidos construídos sobre os jogos e a participação dos sujeitos?

Na *mimicry*, os jogadores assumem papéis de determinados personagens que não se referem ao que são verdadeiramente, pois se tratam de jogos fictícios, atividades estas que incluem invenções constantes, sem obedecer a regras precisas, diferentemente da maioria dos jogos. Nas vivências das crianças é frequente observar a imitação dos adultos em suas atividades e papéis sociais, e o prazer na imitação está na experiência de ser o *outro* e, quando relacionamos essa manifestação imitativa infantil com as competições esportivas entre jovens e adultos, sinalizadas pelo agôn, além dos jogadores, os espectadores também, ao assistirem um evento esportivo, se identificam com os atores/atletas ali presentes, pois: “A mera identificação com o campeão constitui já uma *mimicry* semelhante àquela que faz com que o leitor se reconheça no herói do romance e o espectador no herói do filme” (CAILLOIS, op. cit., p. 42, grifo do autor).

O reconhecimento de parceiros para a realização dos jogos também é relevante, pois conforme teorizado por Carvalho et al. (2006), a Psicologia tem se debruçado sobre a formação de vínculos e da rede de relações mediante a importância da inseparabilidade do sujeito do *outro* social. Nesse sentido, a realização de interações sociais viabilizadas pelos jogos ocorre mediante critérios de seletividade dos parceiros que, por sua vez, se referem à identificação dos sujeitos com os *outros* e às atribuições de valor dispendidas às qualidades das relações estabelecidas, tendo em vista a estruturação dos vínculos mais esporádicos, eventuais, fortuitos e aqueles mais permanentes.

Dentre os tipos de jogos propostos por Caillois (1958/1990), aqueles que demonstram a busca por vertigem são denominados de *ilinx*. A aceitação em submeter-se a tais jogos e, portanto às condições que eles oferecem, vem da tentativa de romper com a estabilidade da percepção e equilíbrio do seu corpo, para que sinta uma espécie de espasmo, transe e/ou perturbação capaz de, por um instante, dissipar a realidade de maneira brusca. Os jogos que incluem procedimentos como queda, rotação rápida, derrapagem, velocidade, proporcionam uma vertigem natural ao sujeito, devido a sua movimentação repentina ou também por ocasião de uma máquina que oportunize tais sensações. A procura e identificação com esse tipo de jogo pode estar associado ao gosto normalmente reprimido pela desordem e destruição.

Destacamos as atitudes psicológicas que levariam os sujeitos a escolher os tipos de jogos com os quais se envolvem: a ambição por triunfo em uma competição regulamentada e regida pela meritocracia (*agôn*), a espera ansiosa e passiva experimentada em situações em

que os sujeitos contam apenas com a sorte ou o azar (*alea*), o gosto pela simulação e desenvolvimento de um personagem (*mimicry*) e a busca pela vertigem (*ilinx*). Assim, a finalidade do jogo é propiciar uma satisfação formal, ideal, circunscrita e mantida distante da realidade cotidiana, no entanto, o próprio Caillois (op. cit., p. 66) lança questionamentos que nos fazem refletir sobre a corrupção dos jogos, quais sejam:

[...] o que sucederá então quando for rejeitada toda e qualquer convenção? E quando o universo do jogo deixar de ser estanque? E quando houver contaminação com o mundo real, onde cada gesto tem consequências inelutáveis?

Teríamos, deste modo, uma tentativa de subordinação dos sujeitos às exigências específicas dos jogos:

[...] O que era prazer torna-se ideia fixa; o que era divertimento torna-se paixão, obsessão e fonte de angústia. Está corrompido o princípio do jogo. [...] No fundo, não há adulteração do jogo, o que há é erro e desvio de uma das quatro impulsões primárias que presidem aos jogos. Não se trata de um caso excepcional, pois surge sempre que o instinto considerado não encontra, na categoria de jogo que lhe corresponde, a disciplina e o apoio que o cativam, ou sempre que recusa contentar-se com semelhante engodo (CAILLOIS, op. cit., p. 66).

No momento do jogo, o respeito às regras é uma condição para que este ocorra dentro de sua normalidade, ou seja: o jogador não age exatamente da forma que lhe convém, pois, nos momentos que antecedem o início do jogo, eles estabelecem um pacto no qual todos afirmam conhecer, estar de acordo e respeitar suas normas, acordadas para aquele âmbito. Quando as leis aplicadas ao jogo não são respeitadas, em uma competição formal, suas consequências podem estar relacionadas a penalizações ou ao seu término, o que não ocorre no campo da política ou religião, por não haver um acordo sobre as condições impostas àquele momento.

Com este entendimento temos que o jogo é comumente visto como uma atividade sem consequências à vida real, pois, com o seu término, os jogadores voltam à condição inicial. Há de se compreender que tal concepção utiliza os ganhos financeiros como referência, ou seja, a gratuidade é o que justifica tal descrédito e, nesse sentido, nem mesmo os denominados “jogos a dinheiro” criam riquezas, na medida em que eles têm o poder apenas de movimentá-las: “Assim, desde o primeiro instante, cada um de nós se convence de que o jogo não passa de uma fantasia agradável e de uma vã distração, quaisquer que sejam o cuidado que nele se ponha, as faculdades que nele se mobilizem, o rigor que ele exija” (CAILLOIS, op. cit., p. 9).

Tal compreensão não nega os diversos benefícios possíveis de serem observados na prática do jogo, pois além de tratar-se de uma atividade lúdica, divertida, também oportuniza aprendizados importantes à superação de dificuldades cotidianas, mesmo que este não seja o seu objetivo. Isto é: as pessoas não buscam os jogos com fins de aumentar competências necessárias ao trabalho, nem tampouco para se desenvolverem como profissionais de áreas específicas, no entanto, enquanto jogador, as experiências daquele meio acabam por serem aproveitadas em outras situações e/ou contextos (CAILLOIS, op. cit.).

Caillois atribui qualidades formais ao jogo, que não se referem a conteúdos, na tentativa de universalizar princípios elementares aplicáveis a qualquer jogo, independente das condições de contextos diversos. Trata-se de uma tarefa complexa e que até parece contrapor-se a uma interpretação baseada em uma perspectiva sócio-histórica e cultural, todavia, ele o faz e, ainda assim, considera diferenciações de condições temporais, sociais, materiais e psicológicas nas quais se relacionam diretamente ao jogo e outros aspectos. Dentre tais características universais, temos segundo o autor:

[...] o jogo como uma atividade:

1. – *livre*: uma vez que, se o jogador fosse a ela obrigado, o jogo perderia de imediato a sua natureza de diversão atraente e alegre;
2. – *delimitada*: circunscrita a limites de espaço e de tempo, rigorosa e previamente estabelecidos;
3. – *incerta*: já que seu desenrolar não pode ser determinado nem o resultado obtido previamente, e já que é obrigatoriamente deixada à iniciativa do jogador uma certa liberdade na necessidade de inventar;
4. – *improdutiva*: porque não gera nem bens, nem riqueza nem elementos novos de espécie alguma; e, salvo alteração de propriedade interior do círculo dos jogadores, conduz a uma situação idêntica à do início da partida;
5. – *regulamentada*: sujeita a convenções que suspendem as leis normais e que instauram momentaneamente uma legislação nova, a única que conta;
6. – *fictícia*: acompanhada de uma consciência específica de uma realidade outra, ou de franca irreabilidade em relação à vida normal (CAILLOIS, op. cit., p. 29-30, grifo do autor).

Vale salientar, no entanto, que, para o referido autor, as duas últimas características opõem-se e, portanto, não podem coexistir, ou seja: os jogos não podem ser regulamentados e fictícios ao mesmo tempo, pelo fato de um aspecto excluir necessariamente o outro. Além disso, outro fator relevante a Caillois (1958/1990, p. 59) é que o jogo pressupõe uma prática coletiva, isto é: não há jogo individual, faz-se necessário o diálogo com outros atores sociais, estando estes presentes ou não, afinal de contas,

[...] deixaríamos rapidamente de nos divertir, se acaso não houvesse nem concorrentes nem espectadores, por imaginários que fossem. Nestes variados exercícios surge um elemento de rivalidade já que cada um tenta ofuscar os seus rivais, talvez invisíveis, ausentes, realizando inéditas proezas,

aumentando a dificuldade, estabelecendo recordes precários de tempo, velocidade, precisão e altura, alcançando a glória, mesmo que só para si, por uma qualquer proeza difícil de igualar. [...]

Para este autor, percebemos que o prazer está fundamentalmente associado à avaliação da habilidade do jogador, pois, mesmo que seus objetivos estejam relacionados a questões pessoais, há sempre o *outro* que participa como espectador, adversário ou referência à atividade praticada e que, de certo modo, interfere na forma que esse jogo é desenvolvido. Nesse sentido, tem-se a passagem de um divertimento solitário a um prazer de competição (CAILLOIS, op. cit.) associado à busca da superioridade e da superação do *outro* e, sobretudo, de si mesmo (AMBLARD; CRUZ, 2015).

Citamos a corrida de rua e as possibilidades de interação social tecidas nesse contexto como promotoras de mudanças significativas nos sentimentos experimentados pelos sujeitos e nas avaliações realizadas sobre si e sobre o *outro*, tanto no que diz respeito a características pessoais e atributos para o desenvolvimento de tal atividade física, quanto no comparativo do desempenho em si, seja durante os treinos ou nos eventos de corrida de rua. Apresentamos tais eventos como jogos já popularmente conhecidos em outros países há bastante tempo e introduzidos, há alguns anos, no Brasil. A corrida de rua conta com grande participação popular e é reconhecido como uma das atividades físicas mais praticadas no país (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015).

3.2 AS CORRIDAS DE RUA, A AUTONOMIA DO CORPO E O MOVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA INTEGRADO À CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE

Nesta pesquisa optamos por não qualificar a corrida de rua enquanto esporte ou exercício físico, dada a diversidade histórica e cultural de sentidos possíveis associados a tal atividade, nos diferentes grupos sociais. Assim, a compreensão é da corrida de rua como atividade física o que amplia o repertório de possibilidades construído pelos sujeitos na interação com os demais objetos sociais, e se alinha às perspectivas psicossociais que norteiam esse estudo, bem como ao pensamento social explicitado em pesquisa, a qual permitia aos participantes livre declaração sobre a natureza da prática realizada: se esporte ou atividade física, e o posterior reconhecimento, pela maioria das pessoas, da corrida como atividade física, o que reforça ainda mais a nossa escolha (MINISTÉRIO DO ESPORTE, op. cit.) e endossa a importância dos sujeitos terem uma vida ativa, mediante a prática regular de

atividade física, tendo em vista os danos causados à saúde pelo sedentarismo (NAHAS, 2013).

De crianças a idosos, todos os sujeitos estão vulneráveis aos seguintes riscos provocados pelo sedentarismo: elevados níveis de obesidade, fator de risco para doenças degenerativas, doenças coronarianas, hipertensão, diabetes, depressão e outras condições de cronicidade. Tais fatores têm sido associados a um estilo de vida, reconhecido por fatores da vida moderna que depõem contra a saúde, como alimentação inadequada, estresse elevado e inatividade física² (NAHAS, op. cit.; SILVA; SAMPAIO, 2011). Atentamos, ainda, aos gastos públicos elevados com os tratamentos médicos e doação de medicamentos, que poderiam, atualmente, existir em menores proporções caso houvesse mais políticas públicas de saúde e lazer que fomentassem a prática de atividades físicas como essencial à vida dos sujeitos, haja vista a sua ação na prevenção de doenças e na promoção da saúde.

O fomento a um estilo de vida ativo é considerado um critério de qualidade de vida, sobretudo, com vistas à saúde, considerando que as pessoas se movimentem mais, especialmente no contexto das sociedades industrializadas, regido por princípios fordistas, tayloristas, e marcado pela presença das máquinas, em substituição ao trabalho manual, reduzindo os movimentos corporais anteriormente dispendidos para as atividades laborais (NAHAS, 2013; RODRIGUES, 2008), de vida diária e até de lazer, agora, com produtos tecnológicos e virtuais. Nesse contexto, o corpo humano tornou-se

[...] uma mera peça de uma gigantesca máquina que, além de componentes mecânicos, integra componentes biológicos. [...] Assim, o corpo “antigo” apresenta-se como insuficiente e incapaz para as novas tarefas que dele se esperam. É preciso desenvolver a “formação” e o “treino” para que ele seja capaz de enfrentar novos desafios (RODRIGUES, 2008, p. 16).

O autor se refere ao distanciamento entre as exigências cotidianas designadas ao corpo e as reais possibilidades deste em cumprir com tais demandas, como, por exemplo, aquelas relacionadas à realização de movimentos cada vez mais rápidos. Assim, para solucionar tal condição de limitação do corpo, o treinamento e o desenvolvimento de recursos tecnológicos que auxiliem respostas à altura das expectativas contemporâneas, parecem superar a produtividade que seria viável aos sujeitos em momento histórico anterior, no qual não eram previstos os respectivos artefatos, dentre os quais estão: o automóvel, o aparelho celular e o computador.

² Considera-se *inativo* um sujeito que apresente um estilo de vida com o mínimo de atividade física, equivalente a um gasto energético inferior a 500kcal por semana, no qual seriam contabilizados as atividades domésticas, de locomoção, trabalho e lazer (NAHAS, 2013).

No campo da atividade física, pensamos que o desenvolvimento tecnológico é analisado numa perspectiva ampliada, a qual prevê não apenas os aspectos materiais que propõem uma melhor adaptação dos sujeitos às situações em que precisam executar os movimentos específicos da atividade, a exemplo de vestimentas e calçados produzidos com o intuito de melhorar o rendimento, mas às contribuições em termos de informações científicas capazes de propiciar melhorias à saúde e qualidade de vida das pessoas. Nesse caso, referimo-nos à formulação de novos medicamentos, à invenção de estratégias de intervenção para a atuação eficaz dos profissionais de saúde e da difusão de conhecimentos que, por sua vez, ocasiona a reelaboração das informações e a produção de novos saberes construídos pelo senso comum.

Os avanços tecnológicos são, portanto, utilizados com a finalidade de propor melhorias à saúde, ao rendimento ou à autonomia dos sujeitos, a depender dos objetivos destes com a prática de atividade física, em busca de estratégias com fins de: atingir os resultados esperados com maior facilidade; melhorar o condicionamento físico durante o treinamento; buscar mecanismos mais eficientes à promoção do relaxamento dos músculos após a fadiga provocada pelo excesso de atividade física; propor formas de controlar a dor e lançar estratégias de enfrentamento para lidar com o sofrimento situacional provocado por ela.

No caso de o objetivo dos sujeitos ser o controle da dor, Azevedo e Samulski (2003) apresentam diversas técnicas psicológicas utilizadas com essa finalidade, dentre as quais se destacam duas, que têm se mostrado mais efetivas: as técnicas motivacionais, caracterizadas por autoinstruções positivas e de caráter motivacional; e as técnicas de regulação da tensão corporal, que propõe o relaxamento e mudança postural para atingir a regulação do nível de tensão muscular e, em consequência, o controle da dor.

Questionamos, todavia, os riscos a que os sujeitos ficam vulneráveis com o uso de técnicas como as mencionadas, bem como à naturalização da dor e as tentativas de superá-la a qualquer custo, por vezes ultrapassando limites na prática de atividades físicas que, conforme Weinberg e Gould (2008), podem acarretar lesões musculares, ósseas ou outros danos causados à saúde. Desta feita, a relação fundamentada pela Psicologia entre a concepção orgânica/biológica e o funcionamento/comportamento dos sujeitos se mostra evidente, reforçando um debate antigo sobre a dicotomia corpo/mente.

Tal dualidade tem sido objeto de interesse ao longo da história, embora perspectivas teóricas embasadas na concepção de integralidade (WALLON, 1942/2008) já tenham superado este paradigma de tradição cartesiana. Nesse caso, o desenvolvimento humano passou a ser visto como um processo de transformações decorrentes da integração

organismo/meio e das dimensões humanas/funcionais, responsáveis pela compreensão do sujeito em sua condição integral, através da interação entre a afetividade, a psicomotricidade e a cognição.

A Psicologia no Esporte e no Exercício também nos apresenta a possibilidade concreta de associar essa junção corpo/mente, haja vista as referências que reforçam a melhoria do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, quando relacionadas à prática constante de atividade física. Se, em outro momento histórico, a racionalidade separou o corpo e a mente, no sentido de uma cisão entre os trabalhos mentais, possíveis apenas à burguesia, e os trabalhos braçais, àqueles pertencentes às classes mais pobres, aliados à condição subestimada com que eram vistos, na atualidade, o resgate dessa junção corpo/mente é explicitado através da participação em atividades físicas como forma de fomento a um estilo de vida saudável.

A concretude dessas práticas possibilita a expansão da afetividade, das relações interpessoais, da capacidade motora, do desenvolvimento cognitivo, ou seja, das dimensões físicas, mentais e sociais, as quais sintetizam o conceito de saúde e de desenvolvimento humano, seja para as crianças que precisam de propostas de atividades mais abertas, nas quais seja trabalhada a ludicidade, em atividades ao ar livre e de lazer, seja para os adolescentes e adultos que também carecem desses espaços de sociabilidade e liberdade.

3.3 O CORREDOR DE RUA E SEU CORPO: AMBIGUIDADE ENTRE A DOR E O PRAZER

Na atualidade, a despeito da compreensão de que o corpo precisa ser compreendido como conflituoso, autônomo e, diferentemente da perspectiva lançada na Revolução Industrial, de um corpo obediente, bem comportado, que responde aos estímulos de modo coerente e domesticado, a liberdade pretendida ainda é condicionada a padrões e normativas mobilizados pelos contextos sócio-históricos. Um dos aspectos que pode dar concretude a essa liberdade é a autonomia do corpo que se expressa através da identidade construída pelos sujeitos, inclusive por intermédio da dor, como uma afirmação positiva da diferença perante o *outro* (RODRIGUES, 2008), pois, a dor prova a existência de um sujeito, na medida em que se trata de sentimento singular e faz com que, naquele momento, desvie o olhar do mundo externo e foque apenas em si.

A depender da intensidade com que a dor é sentida, todo o corpo pode voltar-se para ela, numa submissão física que anula toda e qualquer vontade, afinal de contas, a dor é a responsável pela história do corpo, “[...] toda dor é autobiográfica, toda dor, no limite, é não a

biografia, o relato da história de um corpo, mas o próprio corpo, o próprio contador da história” (TAVARES, 2008, p. 87). Com a corrida de rua, os corpos de seus praticantes são marcados pelas suas histórias de dores, superação de limites, produtividade e autonomia exercida no cotidiano, ao trilhar os caminhos mais diversos, com liberdade, sem precisar cumprir um ritmo, um tempo, ou um *script* específico, proposto externamente.

Se compreendermos a dor como aprisionamento do corpo e do sujeito, o sentido de liberdade parece diretamente relacionado a um corpo sadio, cujas dores físicas permanecem em níveis muito baixos e controlados. Entretanto,

[...] uma vida absolutamente saudável, isenta de dor, nunca poderá sentir a libertação da dor. Isso, em vez de ser considerado um bem para uma vida, poderá ser considerado um mal, uma falta; como se pudéssemos dizer de uma biografia: ele teve muita coisa, teve quase tudo, nunca teve uma dor, foi feliz, mas faltou-lhe a sensação de libertação de uma dor. Sem esta a vida não está completa (TAVARES, op. cit., p. 90).

Aliada à dor e a esperada libertação provocada por ela, o prazer é apresentado por um viés que traz o sentido de completude à vida, como se não fosse possível ter a real compreensão sobre as sensações e experiências vivenciadas pelo corpo sem experimentar das ambiguidades dor/prazer e aprisionamento/libertação. Ressalta-se a sutil diferença entre a libertação e a ausência da dor: um sujeito que experimenta dessa libertação sofreu com as sensações provocadas pela dor e é capaz de saborear o prazer por não mais senti-la, em oposição àquele que não a sente e, por sua vez, “sofre” pela ausência, sem a possibilidade de experimentar o sentido de liberdade que lhe sucede e o prazer, vivido de forma tão intensa quanto o auge de sua dor (TAVARES, op. cit.).

Questionamos, então, sobre as dores experimentadas pelos corredores de rua e a aparente ambiguidade não apenas nessas situações explicitadas, mas na corrida de rua como atividade física, pois esta é capaz de proporcionar melhorias à saúde e qualidade de vida dos sujeitos, ao mesmo tempo em que pode também lesar os corpos pelo abuso da prática e busca incessante pela superação de limites. Quais os sentidos de ser corredor de rua, haja vista os apontamentos ambíguos apresentados pela prática, afinal? Superar os limites estaria relacionado ao prazer experimentado com a libertação da dor ou podemos pensar numa aproximação com situações de risco? Ousamos refletir sob a perspectiva de Caillois (1958/1990) voltada à compreensão da atitude dos sujeitos na escolha dos jogos com os quais se identificam.

O risco envolvido no exercício da corrida de rua, por não ter o prévio conhecimento e controle das situações a serem vivenciadas nos espaços públicos, embora distinto daquele

proposto por Rodrigues (2008) em atividades “radicais”, a exemplo da asa-delta e da *mountain bike*, por exemplo, pode provocar a liberação da adrenalina³, bem como semelhante aumento da incerteza sobre o resultado e o prazer do praticante. Em síntese, os corredores de rua podem buscar tal atividade física pelos mais diversos motivos, pois, ao mesmo tempo em que há uma associação com o risco, tem-se uma procura da corrida de rua com a finalidade de bem-estar, a qual, segundo Rodrigues (op. cit.) exclui situações de extremo esforço ou risco, fixando-se na busca pelo prazer. Cabe, aqui, o destaque à endorfina como neurotransmissor liberado durante a prática de exercícios, com ação analgésica e capaz de estimular a sensação de bem-estar, conforto e melhoria no estado de humor (NAHAS, 2013), ou seja: a liberação de endorfina se mostra como mais uma justificativa responsável por tornar a atividade física prazerosa. Na tentativa de obter cada vez mais prazer, observa-se a prática incessante das atividades físicas de lazer, como é o caso da corrida de rua, que, por outro lado, pode levar os sujeitos ao vício e conseqüente dependência, causando prejuízos à saúde e ao cotidiano destes praticantes.

Pensamos que, nesse caso, a dopagem natural, por meio da endorfina, se faz presente. Trata-se de um doping por referimo-nos a um vício que leva determinados sujeitos à manutenção da prática, independente das circunstâncias, para livrá-los da dor e/ou vazio de lidar com a abstinência. Atentar a esse processo psicofisiológico pelo qual os corredores de rua estão sujeitos é fundamental para que possamos compreendê-los, pois é o que o faz com que eles ressignifiquem seus valores, seus estilos de vida, bem como diversos objetos sociais e experiências.

Segundo Cunha e Silva (2008, p. 117), “O corpo treinado é um corpo viciado, pois necessita de exercício para se manter [...]”, ou seja, ao experimentar as sensações de bem-estar provocadas pela prática contínua de atividades físicas de lazer, dificilmente conseguirá viver sem elas. Deste modo, o treino passa a ser visto como um processo de controle e vigilância sobre o sujeito, ao mesmo tempo em que o corpo, com o objetivo de ser cada vez mais eficaz e ativo, e em busca de liberdade, confronta-se com a limitação que lhe é peculiar. Numa tentativa de superar-se continuamente, a compreensão de ser seu próprio obstáculo faz do corpo um objeto que se torna limitativo da ação desejada e dos prazeres a serem

³ [...] hormônio produzido pelas glândulas suprarrenais. Age em situações de estresse aumentando as frequências cardíaca e respiratória, dilatando as pupilas e aumentando a temperatura interna dos músculos (maior circulação), o que prepara o nosso corpo para ação (lutar ou fugir) em situações de ameaça (real ou imaginária) (NAHAS, 2013, p. 303).

experimentados, o que configura, também, elementos constitutivos da identidade, como apresentaremos no próximo capítulo.

4 IDENTIDADE: COMO OS CORREDORES DE RUA SE RECONHECEM?

Adotamos, neste estudo, a perspectiva psicossocial para fundamentar a compreensão de identidade, dada a sua pertinência na explicação do processo de interação social que permite aos sujeitos a elaboração de crenças e conhecimentos sobre si e sobre os outros. O conceito de identidade aqui discutido não se apresenta como um construto linear, e sim, dinâmico, haja vista as ambiguidades, contradições e tensionamentos do cotidiano e da inserção política dos sujeitos aos grupos com os quais se identificam e/ou se diferenciam. A discussão ora proposta acerca da identidade utilizou como referenciais teóricos fundamentais: Berger e Luckmann (2012, 2014), Tajfel (1982), Bauman (2005) e Hall (2014), a partir de algumas aproximações possíveis entre suas construções.

A compreensão de ser humano aqui adotada reforça aquela anunciada nos estudos no campo da TRS, a que entende o sujeito como um ser com o *outro*, ou seja, existe a partir da/na relação e interação. Enquanto sujeito⁴ social, ao mesmo tempo em que se considera a singularidade do ser humano, atenta-se também à constituição das diversas relações construídas por/entre eles nos diversos contextos em que se inserem. Tal consideração contrapõe-se às perspectivas: liberal, na qual o ser humano é percebido como um “indivíduo”, independente dos *outros*; e a visão de totalidade, a qual concebe o ser humano apenas como fragmento de um todo, sem atentar à sua condição particular, subjetiva (GUARESCHI, 2009).

O ser humano é biologicamente social, ou seja, seu organismo o possibilita à construção e convivência em um mundo com os *outros*, cujas condições impostas tanto pela natureza quanto pela sociedade estabelecem limites entre si. A dialética natureza/sociedade é própria à condição humana e se manifesta renovada em cada indivíduo que, por sua vez, se desenvolve de acordo com a predisposição para a sociabilidade do *homo sapiens sapiens*, em uma situação sócio-histórica já estruturada, que o auxilia a tornar-se membro da sociedade local, dos contextos particulares, bem como do pertencimento ao gênero humano. Além da sociabilidade, as características essenciais da espécie e gênero humanos incluem: consciência, individualidade, corporalidade específica e formação histórico-social da identidade pessoal (BERGER; LUCKMAN, 2014, 2012).

Na consciência do indivíduo, o sentido de si se constitui pelas relações construídas entre ele e as experiências. Comumente, as associações referentes a essas construções não são

⁴ Vale salientar que, independente das denominações sujeito/indivíduo, utilizadas neste capítulo, a interpretação da condição humana foi pensada a partir dos processos de interação com o *outro*, pois, na literatura, embora os autores referendados concordem com tal concepção, percebemos variações no modo de nomeá-las. No caso desse estudo, respeitaremos a forma utilizada pelos autores em questão.

realizadas entre os acontecimentos passados e os atuais “[...] mas com um tipo de experiência, um esquema de experiência, uma máxima comportamental, uma legitimação moral, etc., derivados de muitas experiências e armazenados no conhecimento subjetivo ou tomados do acervo social do conhecimento” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 15-16). A referência, portanto, diz respeito aos modos de ser e agir dos indivíduos num panorama histórico-social, na medida em que são formados esquemas tipificadores da realidade da vida cotidiana, ou seja: padrões comportamentais vigentes na sociedade, utilizados por eles e elas como referências. A expectativa social gerada para que as pessoas reajam de determinadas formas em situações específicas desencadeia uma obrigação recíproca às suas condutas, ao passo que ações são transformadas em instituições sociais, com tendências para lidar de uma forma e não de outra (BERGER; LUCKMANN, op. cit.).

O conceito de comunidades de vida, teorizado por Berger e Luckmann (2012), nos possibilita o entendimento de ações realizadas com regularidade e reciprocidade em relações sociais estáveis, duradouras, cujos integrantes creditam confiança institucional na continuidade dessas comunidades. Quanto à formação de tais comunidades, diversas possibilidades oportunizam a sua existência e sentidos distintos as mantêm em interação, como, por exemplo: as comunidades de vida relacionadas ao nascimento, nas quais a expectativa é de constituição da família; existem, ainda, aquelas construídas de forma imprevisível, com modelos variados por uma adaptação à continuidade das relações sociais; e, ainda, outras que carecem de uma iniciação, constituindo-se de modo distinto dos padrões predominantes. O fato é que para tais comunidades se prolongarem, há um mínimo de compartilhamento de sentido e identidade na interpretação da realidade.

Essa condição, na atualidade, não é tão simples e comum, pois os mesmos autores aludem a uma série de mudanças ocasionadas pela modernidade às condições externas da existência humana, nas fases e condições de vida, nos ritos de passagem e na subjetividade, isto é, sentimentos, visões de mundo, valores e a identidade pessoal que antes eram previsíveis e vivenciados sem maiores distinções. Na atualidade, o pluralismo de valores que se expressa socialmente com mais envergadura traz inúmeras possibilidades aos campos social, cultural, intelectual, por exemplo, e, assim, a autoevidência nos hábitos e escolhas dos indivíduos, passa a permear um núcleo relativamente pequeno e de difícil definição.

Dizem Berger e Luckmann (op. cit., p. 62): “A autoevidência é o campo do saber inquestionavelmente certo. A perda da autoevidência abala esse campo: sei cada vez menos, por isso tenho opiniões diferentes”, assim como possibilidades também distintas e, principalmente, diante da sociedade de direitos, há mais liberdade de expressão da diversidade

humana. Tais aspectos, apesar de serem valorados pelos autores por mostrarem-se distintos na sociedade pré-industrial, tendem a trazer prejuízos à estabilização de sentido, pois “Torna-se mais difícil não só a manutenção da concordância nos processos em que se forma a identidade pessoal, mas também é mais difícil promover a comunhão de sentido nas comunidades de vida” (BERGER; LUCKMANN, op. cit., p. 79).

Assim, o *outro*, afeta a interação nos modos mais diversos e podem não mais estar relacionados aos papéis sociais tipificados, pois, os indivíduos podem mostrar-se divergentes, bem como de formas inimagináveis até então, ou ainda contraditórias em um mesmo espectro, caracterizando a dimensão do imponderável na existência humana. Vale salientar, ainda, que os graus de interesse e intimidade dos sujeitos com as experiências influenciam a interpretação da realidade que adotam, pois cada interpretação é dotada de sentido subjetivo e, portanto, a aproximação ou distanciamento tende a aumentar ou diminuir o anonimato das experiências. Dessa maneira, compreende-se que “A realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações, que vão se tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do ‘aqui e agora’ da situação face a face” (BERGER; LUCKMAN, 2014, p. 51).

Desta feita, por meio de objetivações, isto é, de manifestações que viabilizam a tradução de signos até então abstratos em elementos de um mundo comum, a interação e a comunicação acerca dos objetos sociais são viáveis. Como exemplo, as expressões corporais e fisionômicas apresentadas na vivência de situações específicas e que visam explicitar os sentimentos experimentados em determinados momentos, todavia, os sinais podem apresentar significados distintos quando no contato com desconhecidos ou pessoas com quem não houve uma aproximação maior, e, portanto, dificultar a compreensão das intenções subjetivas dos *outros*, especialmente daqueles oriundos de comunidades de vida diferentes (BERGER; LUCKMANN, op. cit.).

A subjetividade/objetividade nos apresenta um processo dialético, composto por três momentos: a exteriorização, a interiorização e a objetivação, já mencionada. Assim,

[...] A apropriação subjetiva da identidade e a apropriação subjetiva do mundo social são apenas aspectos diferentes do *mesmo* processo de interiorização, mediatizado pelos *mesmos* outros significativos. [...] Sua formação na consciência significa que o indivíduo identifica-se agora não somente com os outros concretos, mas com uma generalidade de outros, isto é, com uma sociedade (BERGER; LUCKMANN, op. cit., p. 172, grifo do autor).

O *outro* generalizado é reconhecido como marcador na socialização, devido a interiorização da sociedade e da realidade objetiva nela apresentada que, por sua vez, oportuniza a estabilidade e a continuidade da identidade, até então apenas reconhecida por *outros* significativos⁵. Tal identificação de si, em virtude da generalidade, sugere coerência, mediante a incorporação de diversos papéis e atitudes interiorizadas, conforme associamos a autoidentificação (BERGER; LUCKMANN, op. cit.) como, por exemplo, o que ocorre com o corredor de rua, identidade que é reforçada pela conservação de uma relação significativa com a comunidade de corredores de rua. Um praticante desta atividade pode identificar-se como tal, mesmo praticando-a individualmente, na medida em que apresenta requisitos e rotina semelhantes àquela comunidade, ou seja, dispõe de atributos capazes de conservar sua contínua autoidentificação como corredor de rua, mesmo que haja certas restrições no resgate de lembranças do passado e, em mesma medida, na experiência “viva” de identificação de situação em que tem o *outro* face a face.

No contexto social, a realidade da vida cotidiana é apresentada como um mundo intersubjetivo, que prevê a participação de outros humanos e reconhece a interação como processo fundamental à existência e construção da identidade, haja vista a possibilidade de diferenciação de realidades das quais é possível se ter consciência, pela experimentação em distintos graus de distância e aproximação, no tempo e no espaço (BERGER; LUCKMANN, op. cit.).

Para Tajfel (1982), o processo de diferenciação do *outro* ocorre por intermédio do posicionamento dos grupos e do que é pertinente a cada um deles. A descrição de grupo para este autor, precursor da Teoria da Identidade Social (TIS), implica na inclusão de um a três componentes, quais sejam: um componente cognitivo, no sentido de ciência quanto ao pertencimento a um grupo; um componente avaliativo, em que a noção de grupo e/ou pertença a ele pode apresentar uma valoração positiva ou negativa; e um componente emocional, pois os fatores cognitivo e avaliativo do grupo e da pertença a ele podem ser acompanhados por emoções ao próprio grupo e a outros. Os componentes cognitivos, avaliativos e emocionais são considerados não apenas no pertencimento a um grupo, mas também na formulação de estereótipos, compreendidos como simplificações que possibilitam a definição e a caracterização de um grupo a partir da descrição deste, em plano cognitivo, de forma rápida e econômica (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

⁵ “*Outro* generalizado” e “*outros* significativos” são conceitos de George Mead, filósofo americano pertencente à Escola de Chicago, que muito contribuiu ao desenvolvimento da Psicologia Social (FARR, 2010).

Os estereótipos permitem uma leitura integrada dos sujeitos sobre os *outros* com os quais não compartilham o sentimento de pertença a determinado grupo, e abrangem três funções: a primeira, de causalidade social, busca a compreensão dos acontecimentos sociais complexos; a segunda, de justificação, tende a procurar justificativas às ações contra os *grupos-dos-outros*; e a terceira, de diferenciação que se refere à caracterização positiva do próprio grupo em detrimento aos *outros* (TAJFEL, 1982), pois “[...] os traços estereotípicos que os membros de um grupo atribuem aos de um outro, predispõem os primeiros a fazer julgamentos negativos sobre os segundos” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 35), inclusive, prevendo a possibilidade de mudança na situação avaliativa, quando a autoimagem do grupo não é positiva.

A seleção dos requisitos para divisão dos grupos (próprios e dos outros), bem como as características atribuídas a cada um deles são condicionadas, a partir de tradições culturais, interesses dos grupos, bem como por perturbações e diferenciações sociais que sejam sentidas como comuns ao grupo como um todo. O que se aproxima, portanto, dos sentidos compartilhados pelo grupo com o qual o sujeito se identifica é atribuído uma valoração positiva e tem-se um reforço no sentimento de pertencimento do sujeito ao referido grupo. De outra parte, o que se apresenta como diferente daquilo que o sujeito reconhece como próprio de si ou do grupo com o qual se identifica, passa a ser negado, rejeitado, e o sujeito se afasta (TAJFEL, 1982).

No caso dos processos de diferenciação, o grupo se posiciona positivamente numa avaliação comparativa em relação aos demais e, assim, fortalece a autoimagem positiva que sustenta a permanência dos sujeitos a ele, afinal, a construção de uma identidade social negativa construída pelos sujeitos sobre o grupo ao qual pertencem seria suficiente para não mais desejarem o pertencimento. Nessa dinâmica, distinto posicionamento de um grupo em relação aos demais fortalece a autoimagem positiva do primeiro, reforçando os sentidos de pertencimento e empoderamento compartilhados por seus integrantes. Essa positividade do grupo, portanto, mantém a autoimagem e o autoconceito dos sujeitos e dos grupos de uma maneira fortalecida, porque ela é positivada, e da mesma forma que essa positividade empodera esses sujeitos, também tem rebatimentos no contexto, nos tempos e nos processos que são vividos pelos demais membros do grupo.

Conforme mencionado por Jodelet (2002, p. 51), “O trabalho de elaboração da diferença é orientado para o interior do grupo em termos de proteção; para o exterior em termos de tipificação desvalorizante e estereotipada do diferente”. Dito de outra forma, a construção de uma imagem positiva sobre si auxilia, ainda mais, no reforço e valorização do

endogrupo, bem como na desvalorização do *exogrupo* (CRUZ; AGUIAR, 2011), ou seja: as diferenças intergrupos se mostram mais fortes na medida em que há uma elevação nas semelhanças percebidas nas relações intragrupos, até porque as pessoas buscam pertencer a grupos socialmente valorizados pela necessidade de ter uma identidade pessoal e social positivas (DESCHAMPS; MOLINER, 2009; GALINKIN; ZAULI, 2011; TAJFEL, 1982).

A identidade pessoal é caracterizada por um sentimento de permanência, estabilidade e durabilidade que cada indivíduo deveria ter de si mesmo, e que promove a diferenciação entre o si mesmo e o *outro*; já a identidade social é compreendida como uma parcela do autoconceito de um indivíduo relacionada ao conhecimento de sua pertença a um grupo (ou grupos), e associada ao significado emocional e valorativo de tal pertença. Os sentimentos de semelhança e pertencimento a um grupo auxiliam na demarcação do lugar do indivíduo na sociedade (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

Os sujeitos pertencem simultaneamente a vários grupos e experimentam distintos sentimentos sobre pertencer/não pertencer, e é justamente esse sentido de pertencimento/não pertencimento, de inclusão/exclusão, que apresenta a identidade como um marcador de afirmação social e caracteriza as semelhanças e diferenças como atributos complementares fundamentais à construção ou negação das crenças compartilhadas pelos sujeitos e seus pares, ou dos *outros* em relação a esses sujeitos. Ou seja: quando os sujeitos se sentem pertencentes a determinado grupo, compartilham crenças, atitudes e relações mediadas por valores e percepções distintas no próprio grupo, em relação aos demais (TAJFEL, 1982). O sentido de pertencer ou não pertencer a um grupo alavanca, portanto, processos identitários e se relaciona aos sentidos atribuídos pelos sujeitos aos objetos sociais que, por sua vez, repercutem nas RS dos grupos em relação a esses objetos.

Dessa maneira, “A atribuição de diferenças de valor a diferentes classes de estímulos (objetos, ou pessoas) do meio é considerada, aqui, como um dos princípios fundamentais desta organização interna” (TAJFEL, op. cit., p. 87) e influencia na percepção das características dos grupos, com tendências à acentuação das possíveis diferenças entre membros de grupos sociais distintos e diminuição das diferenças entre os membros de um mesmo grupo social, pois, “Nesse aspecto, nenhum grupo vive só, mas em meio a outros, e é nas relações ou nas comparações entre grupos que os aspectos positivos da identidade social e o engajamento na ação social ganham sentido” (GALINKIN; ZAULI, 2011).

Assim, cada indivíduo categoriza-se como pertencente a um grupo e, no caso do objeto dessa investigação o pertencimento é ao grupo de corredores de rua, por exemplo, e essa identidade leva ao não pertencimento a outro, no caso, os grupos compostos por aqueles

não praticantes, ou por *outro* grupo, atletas profissionais e/ou outro constituído de atletas do alto rendimento.

Para Tajfel (1982), os processos de categorização social representam uma tentativa de simplificar a realidade com o objetivo de facilitar a comunicação e a compreensão de fenômenos complexos que, por sua vez, envolvem uma diversidade de sentidos sistematizados por grupos distintos. Tal processo é resultante da interação entre as informações recolhidas no meio externo e da sua organização interna.

A construção da identidade a partir da diferenciação entre o *eu* e o *outro*, possibilitada nas relações intra/intergrupais através do processo de comparação social, tem marcadores de semelhanças e diferenças que anunciam a noção de alteridade e evidenciam a necessidade do *outro* para a existência do sujeito (CRUZ; AGUIAR, 2011). Compreende-se, portanto, que a alteridade não se constitui como um atributo pertencente à essência do objeto, mas como uma qualificação que lhe é atribuída pelo meio externo e construída no seio de uma relação social, em torno de uma diferença (GALINKIN; ZAULLI, 2011; JODELET, 2002; TAJFEL, 1982).

O *outro* é a principal referência do sujeito, responsável, inclusive, pelas semelhanças e diferenças percebidas no processo de comparação social. Ocorre que este não é um processo linear, mas muito tensionado, impregnado por crenças e vínculos sociais tecidos entre os sujeitos e/ou grupos. A comparação grupal se faz presente, portanto, durante todo o tempo em que os sujeitos e seu grupo de referência analisam *outros* sujeitos e *outros* grupos de referência, num processo de identificação e diferenciação. A realização de tais comparações e a identificação de semelhanças e diferenças, aliada ao processo de categorização social são aspectos fundamentais à construção da identidade social (TAJFEL, 1982).

Há, assim, a circunstancialização do processo identitário que gerencia essa interação *eu* e o *outro*: se, por um lado, a relação entre identidade e RS é formulada socialmente e se torna uma realidade própria àquele grupo, ancorada em um processo de identificação que sugere a afiliação grupal e o sentimento de pertença social, por outro lado, o processo de diferenciação de um grupo em relação a *outro* anuncia o que não é filiado e o que não pertence àquele grupo. A (não) afiliação grupal baseia-se em crenças e valores, haja vista os significados emocionais e valorativos relacionados a tal vinculação.

As semelhanças e as diferenças são atributos complementares por estarem na base da construção ou negação das crenças compartilhadas dos sujeitos com seus pares ou dos *outros* com relação a esses sujeitos. Deste modo, nos processos de inclusão/exclusão, aproximação/distanciamento, homogeneidade/diversidade,

[...] A reflexão sobre a identidade levanta o problema mais geral da integração das pessoas num espaço coletivo (o reconhecimento de uma pertença) e, simultaneamente, o problema ligado ao fato de que essas pessoas buscam um lugar específico neste mesmo espaço coletivo (elas buscam diferenciar-se, singularizar-se) (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 17).

Entende-se que essa singularização é plástica e de contornos que ainda não são amplamente compreendidos ou difundidos, o que requer muitos estudos e pesquisas nas áreas da Psicologia e ciências humanas. As teorias psicossociais anunciam, nesse processo, um movimento de trocas e compartilhamentos que trazem repercussões no reconhecimento e na diferenciação dos sujeitos nos grupos aos quais pertencem/não pertencem, pois há um processo contínuo de reelaboração de sentidos dos objetos sociais, que tendem a variar de acordo com os contextos nos quais foram gestados e com as circunstâncias do meio social que marcaram a construção da identidade dos sujeitos na dinâmica das relações intergrupais e intragrupais. Nesse sentido, as interpretações de Bauman (2005) e Hall (2014) acerca da identidade se mostram coerentes com as perspectivas até aqui trabalhadas, por refletirem um caráter dinâmico da identidade, em detrimento das abordagens que atribuem um sentido estático ao construto.

Bauman (2005) concebe a identidade como um conceito-chave à compreensão do processo de transformação da vida social na era da “modernidade líquida”, na qual são observadas modificações radicais e irreversíveis ocasionadas pela globalização⁶. Tais mudanças, responsáveis pelo deslocamento das estruturas e processos centrais das sociedades modernas, propuseram diferenças significativas aos quadros de referência que davam ao indivíduo uma ancoragem estável no meio social (HALL, 2014).

A identidade é construída e reconstruída de modo contínuo, em resposta às formas pelas quais as pessoas são representadas nos sistemas culturais que as circundam. As identificações sofrem impacto das condições históricas e não biológicas, o que significa dizer que, em situações distintas, os sujeitos assumem identidades também distintas. Quanto mais se tem influência, no mundo social, do mercado global de estilos, lugares e imagens, das viagens internacionais, das imagens veiculadas pela mídia, e dos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam dissociadas de tempos, lugares,

⁶ [...] a globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (HALL, 2014, p. 39).

histórias e tradições em particular, ganhando, assim, mais liberdade. Desta feita, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, op. cit., p. 12).

No âmbito público, a condição instável e flexível nos locais de trabalho, a exemplo dos efeitos da globalização, tem provocado o crescimento da sensação de insegurança e ansiedade no comportamento das pessoas, o que repercute na tomada de decisão e nos projetos de vida. As mudanças, no entanto, influenciam também as estruturas e relações institucionais, as condições de trabalho, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o *outro* (BAUMAN, 2005). Assim, na perspectiva policultural e de diversidade, a provisoriedade e a mudança tomam acento:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis, revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, op. cit., p. 17).

A construção da identidade, portanto, não se dá enquanto pertencimento a um “destino” único demarcado, uma condição sem alternativa, ao contrário, se evidencia mediante várias possibilidades, idas e vindas, na recriação da realidade e da própria existência. Mais ainda na sociedade atual que funciona de forma dinâmica, volátil, com influências mútuas, diversas e contraditórias, tal movimento tem um rebatimento sobre a condição subjetiva, que passa a questionar escolhas passadas, bem como a se sentir atraído por ideias e sensações diferentes daquelas que imaginaram para si um dia. Se antes, a estabilidade garantia sentimentos confortáveis com a previsibilidade, agora a condição instável, provisória e, portanto, mutável, pode ser perturbadora.

Neste sentido é comum perceber um movimento de busca por inserção em grupos nos quais as pessoas possam experimentar o pertencimento, pois, diante da perda das âncoras sociais com as quais estavam associadas, tendem a buscar outras com quem possam se afiliar e se sentirem seguras novamente. Todavia, essa segurança também é transitória, embora traga um sentido positivado capaz de facilitar o processo de construção de identidade, na medida em que há um compartilhamento e/ou identificação de ideias, pensamentos, comportamentos e estilos de vida. No entanto, tal identificação não garante aos sujeitos essa plena sensação, pois, “Resumindo: ‘identificar-se com...’ significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar” (BAUMAN, op. cit., p. 36).

Experimenta-se, assim, uma ambivalência de sentimentos, por um lado, a busca por segurança que pode parecer interessante, em uma experiência a curto prazo e, por outro lado,

a ansiedade por seguir sem o apoio de outras pessoas, após certo tempo. Perceber-se, todavia, em uma posição fixa, em meio a uma gama enorme de possibilidades, também não parece satisfatório, pois tal condição nos remete a uma identidade condicionada, sem alternativas.

Na compreensão desse processo, distinguimos dois polos oposicionistas, ambivalentes, aos quais constantemente a identidade impõe à existência social: a libertação e a opressão. Ou seja, há o desejo de libertar-se da rigidez imposta pelos grupos sociais, ao mesmo tempo em que há uma tendência opressora, provocada por um desejo de sentir-se seguro, protegido e pertencente. O questionamento suscitado por essa discussão é justamente “[...] como viver juntos com um mínimo de rivalidade e conflito, enquanto mantém inabalada a liberdade de escolha e a autoafirmação. Em resumo, como alcançar a unidade na (apesar da?) diferença e como preservar a diferença na (apesar da?) unidade” (BAUMAN, op. cit., p. 48).

Um agravante nesse pertencimento identitário é que os lugares em que o sentimento de pertencimento era tradicionalmente investido, como o trabalho, a família e a vizinhança, não condizem mais com a realidade do mundo líquido moderno e suas demandas. A procura por “comunidades guarda-roupas” externas a esses âmbitos mais tradicionais de pertencimento tem aumentado, o que demonstra a necessidade das pessoas se agruparem mesmo que por poucos instantes, como no período de tempo de duração de um espetáculo, no qual as pessoas reúnem-se e, após o seu término, se separam. As vantagens que esta possibilidade traz se refere à precariedade do compromisso para o ingresso em tais “comunidades” e ao seu aproveitamento, embora breve. Cabe, aqui, a ressalva de que a interação existente nesses lugares é diferente da sonhada comunidade calorosa e solidária.

Na visão de Hall (2014), mudanças estruturais ocasionaram transformações nas sociedades modernas no final do século XX e, tais condições, por sua vez, influenciaram a concepção de indivíduo social, anteriormente compreendida a partir de sólidas localizações e, em período posterior, fragmentada em posições de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, ou seja: não haveria apenas uma identidade atrelada a ele, mas várias, por vezes contraditórias ou não resolvidas.

A ideia preponderante de sujeito integrado sofre modificações. Por conseguinte, surgem dúvidas e incertezas, em decorrência de mudanças estruturais e institucionais, além da ruptura na conceitualização de que os indivíduos teriam uma identidade fixa, coerente e estável, pois o sujeito pós-moderno é caracterizado justamente por um processo contínuo de redefinir-se, inventar e reinventar a sua própria história (HALL, op. cit.). Assim, reafirmamos a pertinência da escolha de uma abordagem psicossocial para teorizar esta pesquisa fundamentada na ideia de que o entorno social não se resume a indivíduos e grupos sociais,

pois este também é repleto por saberes, objetos, práticas e fenômenos que estruturam a interação entre as pessoas e a mediatizam com diferenciações entre o “universo de opiniões” dos diversos grupos em uma sociedade. Desta feita, as RS são elaboradas pelos membros dos grupos distintos que constituem esta sociedade e podem apresentar sentidos diferentes sobre um mesmo objeto social, dada a possível diferenciação existente entre os marcadores sociais e culturais (DESCHAMPS; MOLINER, 2009; MOSCOVICI, 2009).

4.1 A IDENTIDADE SOCIAL DE *SER ATLETA*

Segundo Fialho e Pereira (2006), *ser atleta* promove uma condição diferenciada aos sujeitos quando comparados com grupos de não-atletas, pois o senso comum compartilha a ideia de que os atletas são representados como pessoas fortes, fisicamente saudáveis e com capacidade para lutar, com todas as forças, pela conquista de seus objetivos. A mídia, por sua vez, com interesses econômicos, difunde mensagens que reforçam a ideia do atleta como herói e do esporte como “[...] uma fonte de manifestação da superação, pois, frequentemente, exercita habilidades dificilmente reforçadas em tarefas sociais comuns e proporciona uma visão idealizada de viver intensamente, ter mais força e ser persistente” (FIALHO; PEREIRA, op. cit., p. 71).

A identidade social é positiva sobre *ser atleta* (FIALHO; PEREIRA, op. cit.); percebe-se que há um movimento social em que os atletas são vistos como grupo de referência, especialmente, em uma sociedade capitalista e meritocrática que valoriza a alta produtividade e o sucesso, seja no mundo do trabalho, com o objetivo econômico, ou no contexto esportivo, em que se busca também o retorno financeiro, além dos títulos, recordes, reconhecimento social, e outros sentidos subjetivos relacionados à prática esportiva (AMBLARD; CRUZ, 2013a).

Para Valle (2003), os principais valores cultuados no esporte contemporâneo, que utiliza o alto rendimento como referência para as demais dimensões, haja vista a sua visibilidade e os sentidos positivados compartilhados pela sociedade sobre esse contexto e seus atletas, são: o sucesso, a força, o esforço contínuo, a determinação, a superação de limites, a vitória e a superioridade, aspectos que interessam à Psicologia na compreensão do desenvolvimento humano em distintos contextos.

Interpretamos que reconhecer em si características que se assemelham aos atletas do alto rendimento, apontados como exemplos na sociedade, agrega valor ao sujeito. No entanto, se, por um lado, os atributos referentes ao desempenho das práticas esportivas evidenciam um

sentido positivado aos sujeitos, os mesmos aspectos podem ser interpretados como negativados (VALLE, op. cit.), na medida em que são analisados numa perspectiva de diversas perdas ocasionadas pela dedicação extrema ao esporte, quais sejam: perda de tempo livre, de convívio familiar, de tempo voltado aos estudos, dentre outras.

O esporte de alto rendimento não se mostra como uma possibilidade viável a todos os que desejam ser protagonistas do espetáculo, afinal, os requisitos a cumprir no desempenho dessa função não estão relacionados apenas ao desejo de *ser atleta*. Esta dimensão do esporte é excludente, caracterizada pela severa seleção dos melhores atletas em suas respectivas modalidades. Para os demais sujeitos, a tentativa de corresponder ao modelo idealizado socialmente é oportunizada pela prática das atividades físicas de modo geral, em condições distintas àquelas impostas pelo alto rendimento.

Conforme afirmação de Valle (op. cit., p. 87), “[...] A representação do atleta como alguém capaz de suportar as adversidades e superar todos os obstáculos é um dos efeitos que o discurso da cultura esportiva provoca, tornando-a representação naturalizada de atleta do alto rendimento”. Tal cultura esportiva, por sua vez, está disseminada no cotidiano, nos espaços públicos, nas possibilidades de lazer, nos ambientes profissionais, nas práticas sociais, nas mídias, nos discursos médicos referentes à saúde e à qualidade de vida, e em diversos contextos sociais, semeando um estilo de vida dito como ideal para todas as pessoas, independente de suas histórias de vida, bem como de seus gostos e hábitos pessoais.

Questionamos a pressão social para que as pessoas apresentem os requisitos e as condutas condizentes com este estilo de vida que é valorizado na atualidade, sem que haja, para alguns, pertinência no processo de identificação com tal forma de ser e agir. *Ser atleta*, segundo Valle (2003), demarca o pertencimento a um grupo de destaque no contexto sociocultural e a valorização de alguns dispositivos do esporte de alto rendimento, quais sejam: o narcisismo reforçado pela cultura esportiva e evidenciado pelas mídias, por meio da espetacularização dos eventos esportivos e das notícias nesse campo; a relação de trabalho construída através da rotina de treinamentos, a qual deve ser cumprida com rigidez, vigor e máximo de desempenho; a ampliação das relações sociais que a prática esportiva possibilita, seja com outros atletas, profissionais da área, familiares ou público que acompanha; e a produção do corpo esportivo, construído com dedicação e cuidado, em prol do alcance de performances exitosas nas competições.

Embora a diversidade de atividades físicas possíveis de serem realizadas nos permita apontar uma série de motivos que levam os sujeitos a praticá-las, a ideia de rendimento parece permear todas elas, seja na menção ao exercício físico executado por gosto ou satisfação

peçoal, seja na dimensão do esporte educacional, ou ainda pelas possibilidades de lazer, competição ou cuidados com a saúde com a qual está relacionada (AMBLARD; CRUZ, 2013b), pois no planejamento e execução destas há, continuamente, referência quanto às habilidades motoras dos sujeitos em questão, bem como quanto aos níveis de aprendizagem e condicionamento para desempenhar as atividades. Nesse sentido, é evidente o sentido da meritocracia, pois quanto melhor o grau de aptidão física⁷ dos sujeitos, mais estes se aproximam da condição de atleta, modelo de performances eficientes produzidas pelos corpos preparados para esta finalidade, como comentaremos, a seguir, na próxima sessão.

4.2 O CORPO, A ATIVIDADE FÍSICA E OS SENTIMENTOS QUE EMERGEM COMO MARCADORES IDENTITÁRIOS

O corpo evidencia marcadores identitários, aspectos da história de vida dos sujeitos que servem para “diferenciar, classificar, discriminar e ordenar” (VALLE, 2003, p. 80), ou seja, as pessoas se reconhecem e se identificam nos/com os seus corpos, na medida em que eles carregam fatores de pertença social e cultural, o que permite a aproximação de determinados grupos devido às semelhanças compartilhadas por eles como os atributos de pertencimento familiar e, da mesma maneira, carregam também, a distinção de outros pelas diferenças percebidas no cotejo de similaridades e diferenciações. Todavia, o corpo não tem relação com a história pessoal apenas, pois, está situado em um contexto sócio-histórico e é compreendido por um viés de construção social, no qual estão ancorados os princípios e valores arraigados à sociedade, bem como às condições vigentes que continuam a influenciar os sujeitos e objetos sociais (LE BRETON, 2002). Na atualidade,

[...] quais seriam as demandas contemporâneas? Que imagem de corpo é exaltada na cultura vigente? O status do corpo é adquirido através de sua jovialidade (eternização da juventude), de sua beleza (cria-se uma nova categoria de exclusão – a feiura), da aparência de felicidade (estando aí incluída a imagem de sucesso – aqueles que deram certo são os que portam todos os traços até então citados), de seu poder de atração sexual (só à juventude atribui-se esse poder – sendo a mídia o principal agente disseminador desse discurso) e, finalmente, do quão longo parece ser: a tentativa desenfreada em retardar os efeitos do envelhecimento – medicina/tecnologia aliadas no combate à morte (NOVAES, 2010, p. 56-57).

⁷ Aptidão física é um conceito multidimensional que reflete um conjunto de características que as pessoas tem ou desenvolvem, e que estão relacionadas com a capacidade que um indivíduo tem para realizar atividades físicas. Pode ser classificada em aptidão física relacionada à performance e aptidão física relacionada à saúde (NAHAS, 2013, p. 304).

O corpo jovem e belo é, portanto, referencial de felicidade para a sociedade num processo de estetização da existência, o qual estabelece a hegemonia da aparência como critério fundamental do ser (NOVAES, op. cit.). Nesse sentido, o sujeito é valorizado pelo que aparenta ser, de acordo com as imagens transmitidas no meio social e na mídia, que cumpre com o seu papel produzindo cenas esteticamente perfeitas em prol da continuidade dos sonhos narcisistas de sucesso das pessoas comuns, que passam a sentir dificuldades para aceitar a banalidade da existência cotidiana (VALLE; GUARESCHI, 2011). Afinal de contas, esse *outro* que serve de comparativo é difícil de superar e competir com sua imagem, pois se trata de um exemplo de pessoa vitoriosa, de bem com a vida e consigo mesmo, ou seja, externamente aparenta cumprir com todos os requisitos idealizados pela sociedade (RÚBIO, 2001).

A boa aparência do corpo pode estar relacionada às consequências da realização de cirurgias plásticas, dos efeitos provocados pela indústria de cosméticos, do processo de emagrecimento e/ou da prática de atividades físicas (LE BETRON, 2002), haja vista que a saúde, a beleza, a inovação, a jovialidade e a estética se configuram como novos parâmetros de bem-estar valorizados pela sociedade, para quem são apresentadas diversas orientações difundidas por profissionais e estudos científicos sobre dietas alimentares, qualidade de sono, dispositivos de lazer e prática de atividades físicas ideais para o padrão estético cultuado (BENTO, 2009). Desse modo,

Há razões para admitir que já não é a ‘saúde’, na amplitude do seu conceito, a presidir às apostas de aplicação no corpo; ela é o motivo invocado, certamente válido, mas não é a causa genuína, nem tampouco a finalidade principal que determina a onda expansionista em curso. Dir-se-á, com algum e bastante fundamento, que é a estética. Mas... qual estética’: a do gesto *belus* e *bônus*, a da beleza e bondade, da promessa de felicidade? (BENTO, op. cit., p. 211, grifo do autor).

Segundo Valle e Guareschi (2011, p. 252), “A cultura baseada na estetização da existência e na busca pelo bem-estar privilegia o corpo como lugar da identidade do sujeito. O músculo passa a ser um dos modos privilegiados de visibilidade desse bem-estar [...]”, por isso, mais uma vez, a alusão aos atletas como grupo de referência é pertinente, haja vista o corpo construído por eles nas atividades desempenhadas de forma exaustiva. Para Bento (2009), o corpo esportivo torna-se, portanto, um ideal de corpo, saúde e qualidade de vida, ao passo que os bens materiais, os hábitos e as rotinas diárias passam a ser comunicadores, dada a função de comunicação que o estilo de vida adquire e passa a transmitir como imagem social.

Sabe-se que o culto ao corpo não é uma inovação da contemporaneidade, pois as pinturas em ouro, no Egito antigo, serviam como adornos para o embelezamento do corpo, assim como as escarificações representadas por cicatrizes intencionais nos corpos dos homens tinham o objetivo de diferenciar sua classe social. As diferenciações nos dias atuais dizem respeito a distintas formas e tentativas de transformação dos corpos, seja por meio do uso de tatuagens, das vestimentas que seguem as tendências da moda para os mais diversos contextos sociais, dos procedimentos cirúrgicos e da realização de dietas e/ou atividades físicas, com a finalidade de modelagem corporal que se aproxime do padrão idealizado. Assim, como característica atemporal, percebe-se o uso do corpo como expressão de um estilo de vida (MACHADO; ZANETTI; MOIOLI, 2011).

A este respeito, desde 1980, nos Estados Unidos, o movimento do *body-building* ou fisiculturismo⁸, como também é conhecido no Brasil, foi ampliado e marcou presença mediante a espetacularização provocada pelas aparências dos corpos de seus praticantes, interpretadas como “Insólitas massas musculares, puramente decorativas, que não servem para correr, nem para arremessar, e que rompem assim com tudo aquilo que, dentro da lógica esportiva, associa músculo a movimento” (COURTINE, 2005, p. 82). Entendemos haver, portanto, uma cultura corporal disseminada que não se refere apenas aos corpos produtivos, lançados ao movimento e às práticas esportivas, mas um corpo apresentado como obra de arte (NOVAES, 2010), esculpido em espaços preparados para esta finalidade e, posteriormente, apresentado em espetáculos de variadas expressões e que são promotores das imagens tipificadas de perfeição.

Em território brasileiro, tal cultura corporal também começou a se expandir e a ser reforçada pela indústria do *fitness* e do mercado de consumo do corpo (ESTEVÃO; BAGRICHEVSKY, 2004). Atualmente, “O músculo é um rótulo de vigor e de saúde, isto é, de força moral” (COURTINE, 2005, p. 96), pois além da aparência apresentar concretamente um conjunto de atribuições estéticas, o corpo está imbuído por uma série de julgamentos morais e significados sociais (NOVAES, 2010).

Neste registro da condição humana inscrevem-se “[...] afetos, emoções, representações da história do sujeito, do seu tempo e também da sua dor, como no caso das tatuagens [...]”

⁸ [...] modalidade competitiva da musculação, cujo objetivo, grosso modo, é obter o máximo de volume muscular possível com vistas a determinado padrão estético corporal. Nessa prática, os/as fisiculturistas desejam que ocorra a exacerbação da hipertrofia muscular e é aceitável entre eles/elas que se extrapolem os limites fisiológicos humanos para consegui-la. É predominantemente pelo uso corrente de esteroides anabolizantes androgênicos e de muitas horas gastas com intensos exercícios físicos (realizados em academias), que tais objetivos são alcançados (ESTEVÃO; BAGRICHEVSKY, 2004, p. 14).

(NOVAES, op. cit., p. 42) ou das lesões e até mesmo do cansaço sentido pelos atletas em geral, e pelos corredores de rua, em particular, no desenvolvimento de suas atividades físicas que marcam suas trajetórias através das experiências ocasionadas pela interação entre tais práticas e os limites do seu corpo. O confronto com a dor e a superação de limites corporais parece trazer sentido à vida e à existência desses participantes, pois, ao mesmo tempo em que experimentam a dor que aprisiona, superá-la possibilita a libertação, que pode ser interpretada em várias direções.

A dicotomia liberdade/aprisionamento é aqui pensada numa relação mais ampla dos sujeitos envolvidos com a prática de atividades físicas. Ao mesmo tempo em que o corpo os liberta à experimentação de novas sensações, e permite a expansão de horizontes, também os aprisiona na medida em que se tornam reféns da contínua perseguição por padrões de estética corporais valorizados socialmente e na superação de suas conquistas particulares.

Nos dizeres de Novaes (op. cit., p. 45), temos “[...] a sutil diferença entre o direito de usufruir do próprio corpo e a obrigação de fazê-lo, excluindo do horizonte a possibilidade de um corpo livre e libertário”, já que o sujeito que participa de atividades físicas tenta cumprir com as expectativas individuais e sociais projetadas nele, seja nas academias de ginástica ou nas clínicas particulares e hospitais. Desse modo,

Com efeito, não faltam os ‘viciados’ em ‘malhação’ muscular, em ‘actividade física’ ou ‘ginástica aeróbica’, que se entregam de modo obsessivo e devotado à tarefa de ‘reforma’ ininterrupta do seu corpo. Os ‘especialistas’, quais inflamados e mandatados sacerdotes ou delegados de propaganda médica, abençoam, apregoam e comercializam esse produto em nome de fins de purificação, enquanto a gananciosa e nada ingênua sociedade de consumo e consumidores lhes pisca o olho, esfrega as mãos e bate palmas de contentamento (BENTO, 2009, p. 210).

Nesse processo de libertação/opressão, o sentimento de pertencimento a um grupo reforça o sentido das ações dos participantes e, portanto, restringe a liberdade dos sujeitos, ao deixá-los limitados a ideias e territórios específicos, já conhecidos e esperados. Levantamos a ideia de que ao mesmo tempo em que pertencer a um grupo é ter a oportunidade de compartilhar de experiências que são possíveis por estar com o(s) *outro(s)*, também significa não se abrir a diversas outras possibilidades de estar no mundo em outros espaços, contextos e com outras pessoas (BAUMAN; MAY, 2010).

O questionamento sobre a autoria das escolhas dos sujeitos, portanto, enfrenta uma série de indicações sobre como agir, o que fazer, a que grupos pertencer, fatores circunscritos aos seus contextos de desenvolvimento particular. As escolhas, com frequência, são decorrentes de hábitos e de uma ilusória condição de livre arbítrio que não é possível de

forma ampla e deliberada, já que a circunstancialidade do meio e das experiências são relevantes na orientação de condutas. Fatores como classe social e gênero também podem influenciar na variação dos sentidos atribuídos aos objetos sociais, bem como nas identificações com os estilos de vida (BAUMAN; MAY, op. cit.).

5 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMPREENSÃO DE FENÔMENOS COMPLEXOS

O foco de análise do objeto a partir da Teoria das Representações Sociais se justifica no entendimento das atividades físicas de lazer como práticas socialmente construídas que dão sentido à realidade, produzem identidade, organizam as comunicações e orientam condutas, ou seja, implicam em sentidos e significados que não são neutros ou atemporais, por serem revestidos de atributos contextuais, históricos e socioculturais.

A TRS é a fundamentação teórica deste estudo por permitir a compreensão e explicação aprofundada dos fenômenos complexos, sendo, portanto, pertinente na pesquisa de fenômenos como os abordados na atual pesquisa, que busca a compreensão dos sentidos compartilhados de corredores de rua e as implicações da atividade física nos seus processos identitários. Afinal, o que leva um corredor de rua a praticar uma atividade física de lazer com tanta dedicação, comprometimento, afinco, inclusive abdicando de determinadas situações de vida social por conta dos treinamentos e/ou descanso? Para um atleta do alto rendimento, o contexto no qual está envolvido já traz em seu bojo determinadas atribuições culturais que envolvem o trabalho árduo, o cumprimento de normas, deveres, e a disciplina. Interessou-nos tecer relações de aproximação e/ou distanciamento presentes no cotidiano do grupo de corredores de rua e o que circula sobre a realidade vivida por atletas do alto rendimento em sua rotina.

Explica-se a adoção de uma base psicossocial porque, de modo geral, o pensamento social compartilhado pela mídia e pelo público em geral sobre as atividades físicas as relacionam a um patamar de saúde, bem-estar e qualidade de vida, pois, independente da frequência e intensidade da prática, a expectativa social é de que os seus praticantes têm um estilo de vida saudável. Por esta validação social, há certo estranhamento no cotidiano, quando notícias relacionam doenças, mortes, e/ou práticas que provocam danos à saúde cujos protagonistas de tais episódios são praticantes de atividades físicas ou atletas do alto rendimento. Parece-nos, assim, que os riscos que a atividade físico-esportiva pode envolver são desconsiderados ou não problematizados (DE ROSE JR., 1999), haja vista a gama de benefícios associados à sua prática (NAHAS, 2013) e a representação de heróis, deuses míticos e/ou máquinas, atribuída aos atletas enquanto grupo de referência (RÚBIO, 2001).

A base teórica da TRS nos possibilitou analisar, em pesquisa anterior (AMBLARD, 2012), que o pensamento social compartilhado no grupo de atletas do esporte de alto rendimento é um pensamento classificatório, competitivo, que corrobora a ideia disseminada

no senso comum, pelos processos comunicativos, e no caso dos atletas adolescentes, o sucesso significava ser o melhor, vencer. Em contrapartida, nas situações de fracasso emergiu para o mesmo grupo de diversas modalidades individuais e coletivas na cidade do Recife, o sentido de auto-culpabilização e responsabilidade frente aos “erros”, dada a crença compartilhada naquele grupo de que o cumprimento de todos os requisitos no cotidiano de treinamentos garantiria a vitória ao atleta.

No cenário atual, diante da grande repercussão e disseminação maciça dos benefícios advindos da prática de atividades físicas, em geral, interessou-nos, em particular, analisar o caso das corridas de rua e realizar um aprofundamento acerca dos sentidos desta prática, pois, *a priori*, os corredores amadores não buscam performances nos mesmos moldes de atletas profissionais. Mas, então, quais seriam os sentidos dessa prática que a aproximam daquela exigida no alto rendimento? Essa prática e atividade física de lazer implicam a construção da identidade do corredor de rua como atleta?

As RS se constituem em pontos de encontro do psicológico com o social, pois é a partir dos modelos de pensamentos transmitidos, por intermédio da tradição, da educação e da comunicação social que o senso comum se organiza, teorizando o cotidiano. O conhecimento do senso comum elevado à posição similar ao conhecimento científico surgiu com a TRS, em 1961, na obra inaugural de Serge Moscovici, *La Psicanalyse: son image et son public*, se contrapondo à tradição positivista que valorizava o conhecimento científico em exclusividade, como saber hegemônico. A ruptura dessa matriz epistemológica começou na década de 1950, com a apresentação dos resultados da pesquisa de Moscovici, realizada na França, com o objetivo de investigar como ocorria o processo de difusão do conhecimento científico (MOSCOVICI, 2009).

Naquela ocasião, o objeto de investigação do autor da TRS foi a psicanálise por tratar-se de uma teoria científica amplamente discutida nas mídias, por profissionais de saúde e que, aos poucos, também se tornou pauta em comunicações nos encontros cotidianos, nos diversos lugares de convívio social. A intenção do estudo não visava a validação de conhecimentos acerca da teoria psicanalítica, mas o entendimento sobre como esse processo de difusão dos conceitos da psicanálise ocorreu e eram apropriados pela população francesa. Assim, a partir da análise de artigos de jornais, questionários e entrevistas foi possível a Moscovici compreender os sentidos compartilhados sobre a psicanálise, segundo um grupo de sujeitos, e analisar a coexistência de várias “teorias” do senso comum que explicavam a psicanálise de modo distinto do teorizado por Sigmund Freud.

Havia, portanto, várias representações da psicanálise construídas por sujeitos que, de alguma forma, reelaboravam os conteúdos originais, introduziam novos conteúdos e adaptavam informações do universo reificado à sua realidade, para integrar tais informações aos conhecimentos já adquiridos às suas experiências anteriores e com esse repertório agilizar a comunicação e interagir socialmente. Trata-se de um processo ativo e permanente de reconstrução da realidade, divergente, portanto, da ideia de repetição e reprodução, já que o sujeito não é passivo nesse processo (MOSCOVICI, 1961/2012, 2009). Nos dizeres de Jodelet (2015, p. 67), as experiências dos sujeitos passam a ser valorizadas e integradas ao campo da saúde, considerando-se que estas propiciam mudanças relacionadas à percepção do objeto de representação, do sujeito e das práticas sociais, pois,

Até pouco tempo, os saberes dos pacientes eram considerados como auxiliares dos saberes dos profissionais – o doente estava numa relação hierárquica de dependência e de puros facilitadores na educação terapêutica. A partir de agora são considerados pertinentes nas estratégias de sobrevivência e úteis para a sociedade. A doença deixou de ser tratada como um estado, mas como um processo através do qual o paciente realiza aprendizagens, adquire novas competências as quais vão enriquecer, por seu turno, o conhecimento e a prática do profissional, bem como o diálogo com ele. Daqui resulta a noção de “paciente-especialista” cujos conhecimentos nascidos do encontro entre o saber experiencial e o saber científico modificam o seu estatuto de sujeito doente e são susceptíveis de contribuir para a transformação das práticas de intervenção profissional.

Assim, a apropriação de um saber novo, oriundo do conflito de pensamentos de grupos sociais distintos, gera o nascimento de uma nova representação, ou seja, ao intercambiar nos processos comunicacionais, os sujeitos criam uma teoria leiga sobre objetos sociais específicos. Essa teoria do senso comum é um modelo teórico de compreensão e explicação de conhecimentos leigos que valida o sentido de autoria que é revestido no senso comum, seja na produção de identidades e/ou na orientação de condutas (SANTOS, 2005). Essa ruptura epistemológica não ocorreu sem tensionamentos, como se discute adiante.

5.1 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA PSICOLOGIA SOCIAL: APROXIMAÇÕES E TENSIONAMENTOS

Segundo Farr (2010), embora a Psicologia Social tenha se estabelecido como um fenômeno americano, suas raízes foram europeias. Nos Estados Unidos (EUA), grande importância foi dada à forma psicológica de Psicologia Social, ou seja, a psicologia cognitiva, constituída a partir de raízes distintas da ciência cognitiva, desenvolvida na Era Moderna

(período demarcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial), na diferenciação da denominada Psicologia sociológica, também existente para embasar os construtos e bases teóricas que, em suma, se originaram e desenvolveram na Europa, a TRS, de Moscovici.

Moscovici iniciou o desenvolvimento de sua teoria, a partir das ideias de Durkheim, compartilhando da crítica à natureza individual de tradição psicológica da Psicologia Social nos Estados Unidos (EUA), também um desafio à hegemonia da Psicologia Social americana na Europa, durante a Era Moderna. Salienta-se que este é o único diálogo entre as formas psicológica e sociológica de Psicologia Social, muito embora não houvesse nenhum posicionamento norte-americano acerca dessas questões. No Canadá torna-se possível perceber uma atenção dada à importância da linguagem e da cultura como fenômenos sociais, inclusive, com valiosas contribuições à TRS e às relações oriundas de pesquisas que ressaltam os meios de comunicação de massa.

Para Farr (2010) é um equívoco à história da Psicologia tratar a Psicologia Social apenas como uma subdisciplina e, assim, ignorar o seu desenvolvimento no contexto da sociologia e de outras ciências sociais. Na visão de Mead (1932 apud Farr, op. cit., p. 34), “[...] o passado é sempre reconstruído da perspectiva do presente. Não há um fim nesse processo”, isto é, podemos pensar em diversas maneiras de reconstruir a história da Psicologia Social, as quais dependerão sempre dos marcadores históricos apontados e/ou valorizados, assim como dos fundamentos epistemológicos considerados nesse processo. No bojo de disputas de reconhecimento das ciências, destacam-se os tensionamentos entre Allport e Jones e que apresentam, para o primeiro, a Psicologia Social como uma ciência social/humana (*Geisteswissenschaft*), enquanto que, para o segundo, tratava-se de uma ciência experimental/natural (*Naturwissenschaft*).

Tais campos do saber foram claramente apartados e compreendidos em particular, o que acarretou na separação realizada por Wundt, em que separou sua psicologia experimental de sua psicologia social. Pelo fato de a psicologia experimental estar em efervescência nos EUA, esse pesquisador foi aclamado e é, frequentemente, reconhecido como o fundador da Psicologia como ciência experimental, devido a criação do laboratório de Leipzig, na Alemanha, e o lançamento da revista *Fundamentos da Psicologia Física*. Wundt deixou os positivistas desapontados naquela época por ter afirmado que a psicologia era apenas em parte um ramo das ciências naturais, o que significa dizer que não é possível estudar os processos mentais mais profundos a partir da psicologia experimental. Segundo ele, era de suma importância compreender a mente em suas manifestações externas, em termos da cultura.

As contribuições de Wundt à Psicologia Social, no entanto, até os dias atuais, não são muito valorizadas, embora ele tenha influenciado grandes autores no desenvolvimento de suas teorias, “Há pouco, ou nenhum indício da influência de Wundt nas *Geisteswissenschaften* que possa ser encontrado nas histórias oficiais da psicologia” (FARR, 2010, p. 54). Wundt dedicou-se a estudar a relação entre linguagem e pensamento, por exemplo, a partir da *Völkerpsychologie* (Psicologia dos Povos, que faz parte das *Geisteswissenschaften*). O debate proposto por ele

[...] é que a língua e a religião foram em sua origem a criação de uma comunidade de pessoas, embora posteriormente as línguas e religiões tenham ultrapassado os limites de um único povo, ou comunidade de pessoas e tenham se tornado universais (FARR, op. cit., p. 47).

Para Wundt, suas *Naturwissenschaft* e *Völkerpsychologie* eram projetos distintos e, muito embora ele as considerasse campos interligados, não fazia nenhuma explicitação sobre tais relações.

Mead, por sua vez, responde à distinção inicialmente pensada por Wundt entre a *Völkerpsychologie* e *Naturwissenschaft*, pois demonstra como um indivíduo é um produto da interação recíproca de muitos, desconstruindo a visão dualista entre biologia e cultura ou sociedade, na medida em que define cada um desses termos no contexto da teoria evolutiva de Darwin. Ou seja, nessa concepção o homem e sua cultura formam apenas uma, dentre as diversas espécies existentes.

As influências de Wundt como psicólogo social se fazem presentes em outras ciências humanas e sociais, quais sejam: a psicanálise, a linguística, a sociologia, a antropologia cultural, etc. Além disso, observam-se também influências na pesquisa francesa contemporânea sobre “representações sociais” (RS), inspirada em Durkheim.

Para Wundt, assim como para Durkheim e Freud [...], a cultura é algo que está além da consciência dos indivíduos que a mantêm e transmitem. É algo que está com a consciência dos indivíduos, mas externa a ela. Abrange aquilo que Durkheim [...] chamou de representações coletivas (FARR, op. cit., p. 64).

As diferenciações entre as ideias de Durkheim e as defendidas por Moscovici são apresentadas na próxima sessão.

5.2 DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS ÀS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações coletivas (RC), fundamentadas por Durkheim, se apresentam como fenômenos sociais exteriores aos sujeitos, ou seja, sua natureza e dinâmica não dependem de seus ideais e condutas, como é o caso da ciência, do mito e da religião, pretensamente explicados pelas relações com fatos sociais, sem envolver relações de nível individual. Esta é uma proposição antirreducionista que se contrapõe fortemente à psicologia do indivíduo e estabelece uma distinção entre as representações individuais e coletivas, também como forma de diferenciar a psicologia da sociologia.

Tal distinção possibilitou o desenvolvimento de formas de psicologia social dentro de cada uma delas, ao longo da era moderna da psicologia social, na qual há “O contraste entre a pesquisa francesa sobre representações sociais e a pesquisa americana (e britânica) sobre atitudes e opiniões é um exemplo específico da diferença entre as formas sociológica e psicológica de psicologia social” (FARR, op. cit., p. 163).

Segundo Alba (2011), Moscovici propõe, em seu estudo *La Psicanalyse: son image et son public* (marco de inauguração do campo das RS), uma releitura da obra de Durkheim, estabelecendo um novo paradigma para a Psicologia Social, bem como para as ciências humanas e sociais de forma geral. A este respeito,

Além de situar na vertente sociológica da psicologia social, o trabalho de Moscovici marca – juntamente com as contribuições de outros autores, como H. Tajfel e W. Doise – o advento de uma psicologia social europeia, pois, como observa Jesuíno (2000), antes da emergência na Europa de novos campos de estudo – representações sociais, processos intergrupais, influência social minoritária, desenvolvimento sócio-cognitivo, – a psicologia social que lá se fazia desde o pós-guerra pouco se distinguia da “psicologia social psicológica americana”. Familiarizado com a tradição europeia das ciências sociais, Moscovici parece ter preferido então manter em suspenso a produção da vertente psicológica americana e partir para uma apreciação direta dos autores europeus que são comumente tomados como precursores da psicologia social, como E. Durkheim, mas também G. Le Bon, e de autores mais recentes em vários domínios afins (SÁ, 2007, p. 589).

O conceito de RC de Durkheim foi, portanto, revisto por Moscovici, numa tentativa de recuperação e atualização do termo, na medida em que Moscovici propôs o estabelecimento de um caráter essencialmente psicossocial, em que o sujeito pensa e constrói a realidade através da interação entre membros de seus grupos de convivência na vida cotidiana, pois suas produções são realizadas de maneira coletiva, num processo de autoria deles (SÁ, op. cit.), o

que nos faz refletir que “[...] sob outras condições de vida social, a forma de criação coletiva pode também ser diferente” (MOSCOVICI, 2009, p. 16).

A relação direta dos objetos sociais com a interação e a vida social dos sujeitos concebe a TRS como reveladora da dinâmica do real, pois os objetos sociais só podem ser compreendidos na/pelas relações sociais (CRUZ, 2006; TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011). Assim, Moscovici passou a utilizar o termo RS com ênfase na qualidade dinâmica das representações, opondo-se ao caráter fixo ou estático da teoria durkheimiana. Vale salientar, todavia, que os argumentos que justificam tais modos distintos de pensamentos foram alçados na tradição antropológica, com Levy-Brühl (1910/1985), e na tradição psicológica, com Jean Piaget (1929) (MOSCOVICI, 2009; SÁ, 2007).

O uso da denominação RS pareceu, a Moscovici, mais apropriado ao contexto das sociedades modernas, caracterizadas por seu pluralismo e pela velocidade com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem. Deste modo, ele confere dinamismo ao fenômeno das RS, na medida em que tanto os sujeitos ressignificam as influências de contextos diferentes, quanto as RS não são homogêneas para todos os membros da sociedade, nem mesmo dentro de um grupo em particular (MOSCOVICI, 2009). Para Jodelet (2001, p. 22), as RS são “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”, possibilitando aos sujeitos o reconhecimento no *outro* e o sentimento de pertença a um grupo social.

Outro ponto de conflito entre as RC e RS refere-se à concepção globalizada no primeiro construto, pois abarcam quaisquer ideias, instituições ou crenças de determinadas comunidades, enquanto que, para Moscovici, a referência à especificidade é relevante: o reconhecimento de uma RS se dá pela familiaridade construída sobre o novo, o incomum, para um grupo em particular (WALCHEKE, 2005).

Ressalta-se, todavia, que nem todas as informações construídas no senso comum são reconhecidas como RS, por precisarem de reconhecimento enquanto objetos sociais polissêmicos, polimorfos e culturalmente relevantes para o grupo com o qual o sujeito está envolvido (LALHOU, 2011; SANTOS, 2005). As RS referem-se a um conjunto de atributos que configuram o pensamento social, e nos permite circunstanciar dado objeto.

A TRS contribuiu à ruptura com a ausência de demarcação histórica predominante nos estudos em Psicologia Social da época, tendo em vista a proposta de Moscovici de desnaturalização dos objetos sociais, dada a sua ênfase à dimensão de construção humana, histórica e cultural (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

Assim como ocorre com outras formas de pensamento relativamente estáveis, as representações sociais são parte de um ambiente social simbólico no qual vivem as pessoas. Ao mesmo tempo, esse ambiente se reconstrói através das atividades dos indivíduos, sobretudo por meio da linguagem. Esses dois componentes das representações sociais, o social e o individual, são mutuamente interdependentes. Além disso, esses dois elementos são traços fundamentais de todos os fenômenos socioculturais institucionalizados, como, por exemplo, os idiomas, os paradigmas científicos ou as tradições. Se não fosse pelas atividades realizadas pelos indivíduos, o ambiente simbólico não pertenceria a ninguém e, portanto, não existiria como tal (MARKOVÁ, 1996, p. 163 apud GONZÁLEZ REY, 2012, p. 103).

Segundo González Rey (2012), a TRS pode ter um *status* de teoria mais prolífica da Psicologia Social, pois apresenta uma característica que permite explicar as diversas produções simbólicas associadas às mais distintas atividades, contextos e cenários sociais. O desenvolvimento da teoria evidencia a diversificação dos temas de pesquisa elaborados, o que nos parece coerente com a perspectiva da TRS que “[...] se propôs, desde o início, a abarcar tudo o que constituísse questões com que as sociedades contemporâneas estivessem se preocupando e ocupando em sua vida cotidiana” (SÁ, 2007, p. 596).

A diversidade proposta pela TRS justifica-se pelos significativos desdobramentos teórico-metodológicos de pesquisadores à área que, a partir de Moscovici, têm se dedicado às possibilidades e questionamentos oriundos da teoria, no diálogo constante com os fenômenos sociais. Dentre outros nomes relevantes aos avanços dessa perspectiva teórica, destacamos três pesquisadores pelas contribuições de suas correntes teóricas, no auxílio ao desenvolvimento da teoria, com debates distintos acerca da investigação das RS: Denise Jodelet, Willem Doise e Jean-Claude Abric.

Denise Jodelet, precursora da abordagem culturalista, preza a articulação entre as dimensões socioculturais e suas especificidades históricas, regionais, institucionais e organizacionais, na orientação das construções mentais e coletivas. Nas pesquisas de sua autoria segue orientação teórico-metodológica que valoriza: a apreensão dos discursos que sustentam as RS dos objetos em questão; o entendimento dos comportamentos e práticas sociais através das RS; a análise de documentos e registros que institucionalizam os discursos; e a investigação dos discursos difundidos pela mídia, aliado aos rebatimentos na manutenção e transformação das RS (ALMEIDA, 2005).

Willem Doise, acentua uma abordagem societal, em que propõe relações entre explicações de ordem individual e societal, baseado na proposição de que os processos disponíveis para o funcionamento em sociedade são orientados por dinâmicas sociais

relacionadas às dimensões interacionais, posicionais ou de valores e crenças (SANTOS; ALMEIDA, op. cit.).

Jean-Claude Abric, responsável pela criação da abordagem estrutural, inaugura uma interpretação diferenciada sobre a organização interna das RS (ABRIC, 1994, 1998, 2003), a ser aprofundada no próximo item, por tratar-se do aporte teórico-metodológico adotado nesta pesquisa.

5.3 A ABORDAGEM ESTRUTURAL DE ABRIC E A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL

Em 1976, Abric propôs a Teoria do Núcleo Central como uma hipótese explicativa à organização interna das RS, e teorizou que estas são estruturas constituídas por um sistema periférico e organizadas em torno de um núcleo central, “[...] elemento fundamental da representação, porque é ele que determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna” (ABRIC, 1994, p. 73). Tais referências dizem respeito às funções do núcleo central, quais sejam: a função geradora, que dá sentido à representação, e a função organizadora, alusiva à organização interna das RS, responsável pela explicação da natureza das relações estabelecidas entre os elementos constitutivos das RS e a manutenção da centralidade estrutural e qualitativa das RS. Essa dimensão qualitativa é importante para uma representação pela significação atribuída a ela e sua implicação no conjunto das RS, pois dois elementos podem ter equivalência quantitativa e estarem localizados em sistemas distintos, central e periférico, a depender da qualificação que os diferencia (ABRIC, op. cit., 1998).

Uma característica importante do núcleo central se refere à estabilidade, isto é, ele é composto pelos elementos mais estáveis e/ou resistentes a mudanças da representação. Nesse caso, entende-se o caráter rígido da representação, pois a sua transformação requer mudanças no núcleo central (ABRIC, 1994), o que poderíamos relacionar que só ocorre em face a grandes rupturas no sistema de crenças e valores da sociedade.

O sistema periférico está diretamente relacionado ao núcleo central e apresenta papel fundamental no funcionamento e na dinâmica das RS. Comparado ao sistema central se difere por ser menos estável e, portanto, mais permeável às mudanças por permitir apropriação mais individualizada da representação, sem causar impactos ou promover a mudança das RS de modo repentino. Além disso, age na prescrição de comportamentos, orientando condutas, bem como na naturalização do cotidiano, intervindo em processos de defesa ou de transformação das RS através da proteção ao núcleo central, especialmente, quando os sujeitos ou o grupo lidam com conflitos relacionados a situações ou informações que sugiram

divergências dos sentidos que compõem o núcleo central (ABRIC, op. cit., 1998, 2003; FLAMENT, 1989). Nesse caso, a transformação dos elementos periféricos é benéfica, pois

[...] de um lado ela permite à significação central da representação (ou ao núcleo central, se preferirmos) se manter; de, de outro, ela autoriza a integração de novas informações na representação, sem ocasionar transtornos importantes na organização do campo (ABRIC, 1994, p. 2).

A organização diferenciada dos elementos constituintes das zonas periféricas tem relevância nas explicações construídas sobre o funcionamento dos grupos e das situações, pela convergência/divergência de opiniões no sistema periférico (FLAMENT, 1989).

A partir do interesse dos pesquisadores e das preocupações dos grupos populares que trazem um novo repertório de demandas torna-se evidente a quantidade superior de problemas e temáticas da vida cotidiana investigados no campo da educação e da saúde, à luz desse referencial teórico. Além disso, a TRS não privilegia nenhum método de pesquisa em especial, o que tem relação com o fato do campo ter se descomprometido com a exclusividade do modelo experimental. Nota-se, assim, que a relação da teoria com a vida cotidiana produziu uma amplitude de pesquisas que utilizam os mais variados métodos, propondo, inclusive, como uma característica deste campo, o uso de mais de um procedimento para coleta e análise dos dados (ABRIC, 1994), dada a teia de significados no seu processo de construção, a seguir tematizado.

5.4 OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OBJETIVAÇÃO E ANCORAGEM

Os processos de construção das RS, a objetivação e a ancoragem, buscam dar familiaridade a objetos desconhecidos (novos), mantendo-os coerentes ou aproximando-os da realidade social dos sujeitos, na medida em que são utilizados referenciais específicos à demarcação dos contextos socioculturais com os quais interagem, como tradições, crenças, experiências e práticas sociais (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

A objetivação tem por finalidade dar concretude ao que se constitui ainda de modo abstrato, ou seja, enquanto conceito desprovido de sentido no mundo real, com o qual o sujeito interage. Nesse caso, o sujeito se utiliza da memória para transformar esquemas conceituais em imagens, através da naturalização, ou seja, da transformação de conceitos científicos, por exemplo, até então incompreensíveis aos leigos em imagens do mundo físico, um núcleo figurativo, em um significado do senso comum, afinal, a função social da

objetivação é facilitar a comunicação, e palavras desprovidas de sentidos não têm valor nenhum, pois são incompreensíveis (MOSCOVICI, 1961/2012, 2009).

A ancoragem possibilita aos sujeitos a assimilação do objeto e o relaciona a um sistema de categorias familiares e funcionais, hierarquicamente constituído. Este processo “[...] transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). A contradição desse processo refere-se à tentativa de garantir a coerência entre o objeto de investigação e o paradigma de uma categoria instituída socialmente, embora os sujeitos tenham consciência de uma possível discrepância ou da relatividade instaurada na avaliação sobre a classificação do objeto em questão. A ambiguidade, por sua vez, se mostra na condição de autoria dos sujeitos e na aparente aceitação de um enquadramento que favorece a pertença social.

Para Jodelet (2005, p. 48, grifo do autor), a ancoragem é percebida como “[...] *enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalização do saber* [...]”, ou seja, trata-se de um processo de categorização dos objetos em sistemas de referências instituídos socialmente, a partir da integração de novas informações a um sistema de valores e crenças próprio dos sujeitos, o que lhes permite a denominação e classificação de tais objetos sociais em função dos laços semânticos entre sujeito, objeto e grupo social (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

A ancoragem de um novo objeto ocorre, a partir da integração à categorias já existentes, com a finalidade de tornar familiar o que ainda é desconhecido, protegendo-o de conflitos ocasionados pelas mudanças e reforçando o sentimento de pertencimento e de continuidade ao contexto sociocultural no qual o sujeito interage, bem como de suas experiências individuais e coletivas (MOSCOVICI, 2009). Assim, os conteúdos da organização e os processos simbólicos implicados na representação de um objeto social construído por um grupo são fundantes de uma construção identitária, por estarem ancorados no significado social e na reafirmação simbólica das práticas que diferenciam um grupo de outros.

5.5 AS FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As funções das RS desempenham papel relevante na dinâmica das relações e das práticas sociais, subdividindo-se em: função do saber, função de orientação, função identitária e função justificadora (MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2010; SANTOS, 2005).

A função do saber tem por finalidade dar sentido à realidade social, possibilitando aos sujeitos a compreensão e explicação dos fenômenos complexos e de suas ações, o que significa que as RS dos diversos objetos desconhecidos possibilitam aos sujeitos uma aproximação de seus significados, viabilizada pela percepção da situação determinada e pelos processos de construção das RS, objetivação e ancoragem.

A função de orientação prevê as RS como guias de conduta, por precederem o desenvolvimento das ações e apresentarem a possibilidade de orientar práticas sociais, com a determinação de modos desejáveis de comportamento que tendem a variar, a depender de alguns fatores como: o contexto no qual o sujeito está inserido, a definição da finalidade da situação, e a antecipação de comportamentos, que permitem adequar a realidade às representações.

A função justificadora oportuniza aos sujeitos o embasamento em suas RS para avaliar, explicar e justificar suas ações. E a função identitária demonstra a importância das RS na definição das identidades dos sujeitos e dos grupos, protegendo suas características e exercendo papel fundamental nos processos de socialização por eles desenvolvidos, como se tem a seguir.

5.6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

As RS têm implicações diretas nos processos identitários por mostrarem relações com o perfil sóciodemográfico dos sujeitos que a constroem, com o contexto em que são gestadas, bem como com as circunstâncias que podem influenciar os sujeitos e suas práticas sociais, a partir das referências sobre como eles se reconhecem e são reconhecidos pelos grupos. Assim, compreende-se que:

[...] como os indivíduos dispõem de conhecimentos e de crenças sobre si mesmos e sobre os outros, também dispõem de conhecimentos e de crenças sobre o mundo que os cerca, sobre a sociedade na qual vivem e sobre alguns objetos importantes desta sociedade. São, portanto, representações que poderão intervir no sentimento de identidade, imbricando-se estreitamente nos processos identitários e fazendo-os convergir (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 76).

A identidade constituída nas interações sociais tem sentido apenas nos contextos relacionais específicos, operando como um código de categorias que “comunica” os modos de vida, os lugares sociais dos sujeitos nas relações estabelecidas e os valores atribuídos às pessoas e aos grupos envolvidos (GALLINKIN; ZAULI, 2011). A alteridade, por sua vez,

“não aparece como um atributo que pertenceria à essência do objeto visado, e sim, como uma qualificação que lhe é atribuída do exterior. É um substantivo que se elabora no seio de uma relação social e em torno de uma diferença” (JODELET, 2002, p. 50), ou seja, está presente nas interações sociais e seus aspectos próprios, singulares, não necessariamente vivenciados por outrem, apontam à diferenciação entre grupos.

A identificação ocorre entre grupos restritos de pares, com quem podem se reconhecer mediante o compartilhamento de determinadas escolhas de estilos de vida e, assim, se enxergarem através de uma lente pela qual leem o mundo. A partir desse movimento de autoria, de fortalecimento de identidade, a necessidade que o sujeito social tem do *outro* se mostra evidente, seja na identificação em seus grupos de pares ou na diferenciação de *outro*, como discutiremos ao longo da apresentação dos resultados da pesquisa.

5.7 SISTEMAS REPRESENTACIONAIS: A TRAMA DE SENTIDOS COMPARTILHADOS NA VIDA COTIDIANA

As representações sociais não são construídas de forma particular, fragmentada, pois os objetos envolvidos em uma mesma temática formam sistemas de representações que dialogam entre si, se constituem em redes de significados. Tais sistemas tendem a se formar a partir da semelhança entre conteúdos e estruturas das RS relativas a objetos distintos, no entanto, se identificam regularidades nos sentidos compartilhados que justificam o seu agrupamento (WALCHEKE, 2005) ou referências que se enredam, mesmo quando não se questiona diretamente acerca de um objeto em particular.

A similaridade e coerência nos sentidos compartilhados pelos sujeitos sobre objetos sociais específicos podem ter em comum a ancoragem em categorias semelhantes, o que é explicado pelo caráter dinâmico das RS, dadas as mudanças recorrentes nos períodos históricos e contextos socioculturais diversos. Além disso, a difusão das RS tem possibilitado um maior alcance de conhecimentos e informações partilhadas nas mídias, pelo advento das tecnologias digitais e pela comunicação social, nas interações. A noção de sistemas representacionais poderia ser, inclusive, identificada com outras denominações, no caso delas explicitarem melhor o seu significado, como “[...] *representações que regulam outras representações, matrizes representacionais* ou algum nome semelhante” (WALCHEKE, op. cit., p 318, grifo do autor).

Concluimos a fundamentação dessa pesquisa afirmando que compartilhamos a ideia dos pesquisadores da área que validam a vitalidade da TRS como processo que resguarda

alguns aspectos da origem primária da existência humana como marcadores das condutas e práticas de um grupo e, simultaneamente, também apresenta um sentido plástico de inacabamento e atualização, pois “toda representação social é constituída como um processo em que se pode localizar uma origem” (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 218), bem como, apresenta transformações que ocorrem com fatos e discursos que a nutrem e “corrompem”.

A respeito dessa origem tem-se que “as representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’” (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit., p. 216), sendo esse, dependente “de crenças ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo e da existência” (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit., p. 216). Ou seja, na origem das RS existe um princípio organizativo, que é assumido em determinado momento histórico para certo tipo de objeto ou situação e que funciona com estatuto de um axioma que rege as condutas sociais. A este princípio denominado como *Themata*, podemos afirmar que corresponde às ideias centrais contidas nas RS de objetos polêmicos e polissêmicos, e de certa forma, é a noção do novo que emerge nas práticas sociais. Em outras palavras, as thematas correspondem aos *Temas* gerais, a partir dos quais se cria uma RS.

Significa dizer, que as thematas são ideias universais que se perdem no decorrer do tempo das sociedades, disseminadas em variados objetos e, em certa medida, autônomas e dissociadas da estrutura social. Poderíamos questionar de onde vêm essas ideias ao redor das quais as representações são formadas ou mesmo são geradas. O que existe, na sociedade, que irá “ter sentido” e manter a emergência e produção de discurso? Como certas representações - entre todas aquelas produzidas por um discurso qualquer - podem chegar a ser qualificadas como sociais e exatamente sob qual fundamento? (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003).

Nesta explicação, sabe-se que a cognição humana presume processos de aprendizado e de memória que se desenvolvem por meio de processos de permanente adaptabilidade. Essa adaptação, segundo os autores acima, elabora conhecimento que, por sua vez, será “organizado em termos de processos orientados na direção de “Temas” comuns, tomados como a origem daquilo a que nos referimos cada vez, como conhecimento aceito ou mesmo como ideias primárias.” (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit., p. 223, grifo do autor).

Para a Sociologia e a Antropologia os temas ou análises temáticas, expressam uma regularidade de estilo, uma repetição seletiva de conteúdos que foram criados pela sociedade e permanecem preservados pela sociedade. Eles se referem às possibilidades de ação e experiência em comum que podem se tornar conscientes e integradas em ações e experiências passadas. Em síntese, a noção de tema central indica que a possibilidade efetiva de sentido vai

sempre além daquilo que foi concretizado pelos indivíduos ou realizado pelas instituições. (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003). Para linguística, por sua vez, cada fala, por exemplo, tem um ‘núcleo de sentido’, em última instância, uma referência que é atribuída ao sentido da fala. E com a atividade da reiteração ou reescrita no discurso, há também, progressivamente, a construção de chaves para a leitura semântica que é imposta ao leitor ou ouvinte. (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit.).

Assim, podemos dizer que as *themas* são as

‘primeiras concepções profundamente arraigadas, que informam a ciência, como a percepção que nós temos dela’: ‘ideias primitivas’ possuem tanto as características dos estratos originais da cognição, como das imagens arquetípicas do mundo, de sua estrutura e gênese (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit., p. 230, grifo do autor).

Ou seja, todos os discursos, as crenças, e as representações provêm de muitos outros discursos e de muitas outras representações elaboradas antes de sujeitos e grupos e derivadas delas. Essas ideias primárias ou pseudoconceptuais seriam histórias retóricas e crenças sociais que possuem o status de imagens genéricas, por exemplo, as antinomias bem/mal, belo/feio, bom/mau, puro/impuro, maioria/minoria, normalidade/anormalidade, saúde/doença. Estes sentidos inclusivistas/excludentes percorreriam quaisquer objetos sociais e, seriam sentidos compartilhados que relacionam as RS aos mitos, aos preconceitos e aos estereótipos.

Estes contraditórios operaram, na dinâmica representacional, como “primeiros princípios”, “ideias propulsoras” ou “imagens” que contribuem na argumentação cotidiana do senso comum e/ou na produção acadêmica, e ancoram o objeto representado na realidade social do grupo. Se pensarmos na assimetria entre grupos explicamos, por essa construção, o poder das minorias e seus simbolismos para excluir as diferenças, mas com um discurso justificador de suas crenças. Assim, para Moscovici, com a teorização da TRS e sua preocupação em compreender pela cognição a assimetria entre grupos, se ressignifica com a perspectiva psicossocial as noções dos preconceitos e suas crenças, pautadas em fatores psíquicos que se tornam mais relevantes em relação aos fenômenos sociais, mas que passam a ser explicados por questões éticas e históricas que se entrecruzam nas práticas sociais e movimento de exclusão das diferenças.

Na dinâmica do processo podemos dizer que as *themas* são ancorados no perceptível, na cognição partilhada e popular, e da mesma maneira, na experiência ritualizada que se insere na cultura e seus ritos, isto é, nas partes operativas na representação. Elas tomam, geralmente, a forma de noções ancoradas em sistemas de oposição, isto é, termos que

são contrastados a fim de ser relacionados ao corpo, ao ser, à ação na sociedade, e ao mundo de maneira geral (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit.).

Este movimento é dinâmico e atesta o desenvolvimento da cognição social, pois as RS podem se alterar, pois “trata-se de identificar, por um lado, o que se apresenta “literalmente” e, por outro lado, o que surge do debate construtivo e apresenta processos adaptativos, índices de transformações sociais e culturais” (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit., p. 246, grifo do autor). Assim, juntamente com esses invariantes perceptuais ou neuro-sensores que organizam nossos mecanismos cognitivos básicos, há também a cognição ordinária e que no decurso de um longo tempo são gravadas com postulados ancorados em crenças. E é essa síntese de opostos, de ambiguidades e de significados contraditórios que fundamenta a integração de cada tema perceptível em uma ou mais noções (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit.).

Devemos admitir que juntamente com esses “invariantes” perceptuais ou neuro-sensores que organizam nossos mecanismos cognitivos básicos, há também nossas cognições ordinárias e que no decurso de um longo tempo (*longue durée*) são gravadas com postulados ancorados em crenças e é essa “gravação” que vemos emergir em nossos discursos na forma de aberturas ou fechamentos recorrentes – “aberturas” e “fechamentos” que integram “opostos”. E é essa “síntese de opostos” que, como na linguagem, fundamenta a integração de cada tema perceptível em uma ou mais noções (MOSCOVICI; VIGNAUX, op. cit., p. 247).

As *themas* seriam, portanto, pressuposições teóricas que restringem o pensamento científico e entram no discurso, seja criando, seja mantendo e/ou transformando por renovação as RS. Segundo Marková (2006), essas tematizações gestam o sentido de proteção social, sobretudo, diante de uma sociedade, cada vez mais, voltada para a garantia dos direitos sociais que não permite a aversão a grupos e minorias, enfim, processos de discriminação coletiva expressos nas teorias do senso comum que firmam preconceitos e estereótipos no discurso e práticas sociais.

5.8 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICAS SOCIAIS: CONSTRUÇÃO DINÂMICA E INTERCAMBIANTE

O debate sobre RS e práticas sociais fomenta possibilidades distintas à compreensão desses conceitos e relações que, por sua vez, implicam na concepção de sujeito também envolvido nas interações sociais. Há de se considerar, inicialmente, que práticas sociais envolvem a interação entre sujeito, objeto e grupo social sem que esses elementos possam ser apreendidos de maneira isolada, pois é no jogo dos processos interativos que as práticas se

consolidam, adquirem significados e são ressignificadas (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000).

Na perspectiva de Abric, essas relações apontam explicações distintas: (1) a primeira reforça a ideia de que as RS determinam as práticas sociais, mediante compreensão de que não é o fenômeno em si que ocasiona o comportamento dos sujeitos, mas os sentidos compartilhados sobre tal acontecimento; (2) a segunda entende que as práticas sociais determinam as RS, partindo-se do pressuposto de que as práticas condicionam os sujeitos a representarem os objetos sociais de modos específicos, haja vista a premissa de que as RS são determinadas apenas por condições materiais e objetivas de existência, desconsiderando a autoria dos sujeitos nesses contextos; (3) a terceira forma de compreender as relações entre as RS e as práticas sociais diz respeito à interdependência e reciprocidade entre elas, culminando na atuação de um sistema interativo que gera, justifica e legitima o outro (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, op. cit.).

As RS precisam ser compreendidas como condições das práticas e estas, por sua vez, como agentes de transformação das RS, pois, na relação entre práticas e RS, as influências não são equivalentes devido a possibilidade de interferência de fatores culturais, fatores relacionados aos sistemas de normas e valores, e ainda aqueles referentes às atividades dos sujeitos como a decodificação, e os sistemas de expectativas, antecipações e categorizações (ABRIC, 1994 apud ALMEIDA, SANTOS, TRINDADE, op. cit.; ROUQUETTE, 1998).

Na atualidade, a relação de interdependência é a mais aceita, sendo assim, “As RS regulam as práticas sociais dos sujeitos, porém, ao mesmo tempo, elas emergem das diferentes práticas sociais, da diversidade das práticas no cotidiano” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, op. cit., p. 262). Conflitos entre práticas sociais e RS tendem a modificar, inicialmente, os sistemas periféricos, com a possibilidade de haver uma transformação progressiva do núcleo central. Vale salientar que, mediante a ocorrência de mudanças radicais no sistema periférico das RS, o núcleo tende a ficar desprotegido, haja vista o status de proteção dedicado a ele nessa situação em específico, pois, se no cotidiano, com a manutenção dos elementos periféricos e a estabilidade do núcleo central, começar a acontecer um ataque ao núcleo, ele estará desprotegido por não apresentar, naquele momento, a proteção de toda a estrutura das RS.

As relações interpessoais circulam no universo cotidiano e nas práticas sociais com o repertório comunicativo utilizado como referência para a organização dos sujeitos em suas ações e condutas, condizentes com os grupos aos quais pertencem. Nesse sentido, destaque

especial é atribuído ao papel do grupo, bem como à relação de trocas e intercâmbios que permeia os grupos nos quais as RS se constituem como marcadores identitários.

6 MÉTODO

6.1 NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, com vistas à descrição, compreensão e explicação dos objetivos e dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações. Intencionamos, portanto, a interpretação do mundo vivido e explicitado pelos participantes, perspectiva de análise mais ampliada do que a simples descrição de comportamentos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998; MINAYO, 2012; SATO; SOUZA, 2001).

A adoção de uma perspectiva plurimetodológica, nos permitiu escolher distintos recursos de coleta e análise de dados visando abarcar a complexidade da temática estudada e demonstra compatibilidade com as pesquisas no campo das RS por tratar-se de procedimento peculiar reforçado por seu pressuposto teórico metodológico (ABRIC, 1994). Segundo Almeida (2005, p. 135), “[...] não temos, até o momento, uma única técnica que permita elucidar, ao mesmo tempo, todas as informações que envolvem o objeto de uma representação”, desta feita, o uso de variados instrumentos de pesquisa tende a dirimir as dificuldades dos participantes, durante as evocações de suas respostas, conferindo menos racionalizações e maior espontaneidade (CRUZ, 2006).

Na investigação do campo da pesquisa e seus participantes, o contato através do acompanhamento de rotinas relacionadas ao objeto foi fundamental, pois permitiu a aproximação dessa realidade cotidiana dos sujeitos, o que possibilita compreender

[...] como as pessoas constroem e dinamizam os processos sociais, como a subjetividade se expressa, como as pessoas veem e criam situações sociais em espaços que puderem ganhar uma organização formalmente constituída (regras, horários, atividades, papéis, etc...) [...] (SATO; SOUZA, 2001, p. 30).

6.2 OS PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A atividade física de corrida de rua pode ser considerada um fenômeno nos dias atuais, conforme é salientado pela literatura e por diversos veículos midiáticos, dada a efervescência da procura e o reforço a uma cultura esportiva que atribui, dentre outros fatores, a prática de atividade física como essencial a um estilo de vida saudável.

A motivação na escolha dessa atividade física como contexto da pesquisa se deu devido a popularização das corridas de rua em todo o mundo e, mais especificamente no

Brasil na última década. A Associação Internacional de Maratonas e Corridas de Rua (AIMS) aponta que o número de maratonistas tem aumentado consideravelmente, assim como tem se elevado o tempo de conclusão dessas provas para a maioria dos participantes. Tais dados demonstram que esta realidade não é compatível com os resultados dos atletas profissionais, que têm diminuído com frequência, ou seja, parece haver uma maior tolerância de tempo para conclusão da prova, decorrente dos praticantes com a finalidade de lazer (AUGUSTI; AGUIAR, 2011; MATTHIESEN, 2007; SALGADO; CHALCON-MIKAHIL, 2006).

Realizamos na imersão ao campo de estudo, um levantamento sobre o desenvolvimento das corridas de rua em Recife e no país, tanto no que diz respeito a quantidade de eventos competitivos realizados, quanto em relação ao quantitativo de adeptos da atividade, segundo a entidade responsável pela gestão da atividade e instituição promotora de eventos de corrida de rua promovidos (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, 2016; GRUPO SER EDUCACIONAL).

Várias tentativas de contato foram realizadas também junto a Federação Pernambucana de Atletismo (FEPA), com o intuito de investigar o crescimento da corrida de rua especificamente em Recife, mas não houve sucesso por telefone, e-mail ou de modo presencial, em várias ocasiões, o que sugere a desativação ou não funcionamento temporário dessa entidade.

O contato com alguns organizadores de eventos de corrida de rua nos trouxe a compreensão de que não havia muita preocupação com a sistematização de tais dados, pois algumas empresas indicaram perda de informações e pouca atenção a esse quantitativo. No entanto, para alguns empresários do ramo, atualmente, tal prática de acompanhamento parece ser relevante como forma de estudar o mercado e suas tendências.

Foi uma tarefa penosa, com vários contatos e visitas, para obter informações que pudessem gerar comparativos sobre quantidade de eventos ou participantes e, assim, demarcar também a evolução desta atividade física na cidade de Recife.

A composição dos sujeitos participantes da pesquisa atendeu aos seguintes critérios: ter idade igual ou superior a 18 anos; ser praticante de corrida de rua, como atividade física de lazer; ser residente da cidade de Recife/PE; estar ativo no momento da coleta de dados, mediante a participação em treinamentos e/ou eventos de corrida de rua; concordar em responder ao questionário, bem como em dar o seu depoimento e ter a sua fala gravada, caso tivesse interesse em participar da segunda etapa da coleta de dados.

A fase empírica da pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira etapa, a imersão no campo, foram realizados contatos com grupos de corrida, na cidade de Recife/PE. O

contato inicial foi com os profissionais responsáveis pelo treinamento dos grupos de corrida. A pesquisadora solicitou permissão para imergir no campo e, assim, teve a oportunidade de acompanhar o cotidiano de treinamentos e eventos de corridas de rua que ocorreram no período demarcado para a realização desta primeira etapa da pesquisa, com a finalidade de compartilhar desses espaços de convivência com os sujeitos e apreender nuances de suas rotinas e interações. Os treinos ocorriam nas ruas ou em parques públicos, portanto, não foi necessária autorização prévia ou carta de anuência para utilizar esses locais.

Na segunda fase da pesquisa, a identificação das RS de corredor(es) de rua, o recurso de construção dos dados foi um questionário de completamento de frases (Apêndice B), adaptado a partir do Inventário Multifásico de Identidade Social (IMIS), criado por Zavalloni (1984) e traduzido para a língua portuguesa por Mello (2005) de forma já adaptada à sua pesquisa. Nesse caso, no presente estudo, fizemos uma nova adaptação do instrumento colocando novas frases condizentes à temática em estudo, o contexto dos corredores de rua e os objetivos em investigação.

O IMIS auxiliou no processo de compreensão da identidade dos sujeitos da pesquisa, assim como no levantamento de sua percepção sobre o ambiente no qual se encontravam inseridos (MELLO, op. cit.). O questionário construído nesta pesquisa teve como objetivo a identificação das RS de corredores de rua e suas implicações na construção e no reconhecimento da identidade de *ser atleta*.

O questionário de completamento de frases costuma ser utilizado de maneira eficaz no acesso às RS, tendo em vista que à medida que os sujeitos escrevem as suas associações nos momentos em que leem cada frase, o fazem “[...] com a espontaneidade das respostas, sem maiores explicações e/ou censuras [...]” (CRUZ, 2006, p. 145), o que nos possibilita a definição do campo semântico das RS.

Após a entrega dos materiais aos participantes, em aplicação individual, as instruções foram dadas e foi solicitado que eles escrevessem, nos espaços discriminados para as respostas, quatro palavras que lhes viessem à mente ao concluir a leitura de cada frase. Quando os participantes não se davam conta da existência da terceira folha do questionário, a pesquisadora os orientava sobre esta parte a ser cumprida.

Por vezes, alguns corredores não chegaram a preencher os quatro espaços e, nesses casos, a recomendação foi que dessem continuidade à tarefa a partir da classificação das palavras registradas. Em algumas situações, alguns questionários foram entregues apenas com uma resposta para cada frase. Nesses casos, quando não houve disponibilidade para completar as respostas, estes foram excluídos da pesquisa.

Nessa fase da pesquisa tivemos 114 questionários respondidos corretamente e cerca de mais 10 instrumentos excluídos, por não atenderem à instrução no que se refere ao quantitativo de palavras a serem associadas. O total de questionários, somadas a pesquisa piloto e a etapa de coleta de dados, propriamente dita, foi de 128 participantes.

O instrumento constou ainda de uma folha inicial com dados de identificação, sendo resguardados os nomes dos sujeitos. Tais dados diziam respeito a: sexo, faixa etária, escolaridade, tempo de prática na corrida, frequência de treino, participação em grupo de corrida e em eventos de corrida de rua, prática anterior de outra(s) atividade(s) física(s). Tais especificações identificaram os perfis de corredores participantes da pesquisa, conforme apresentado na Tabela 1 e possibilitaram melhor compreensão da demanda investigada.

Tabela 1 – Perfil dos corredores de rua participantes da pesquisa (questionários)

Escolaridade	Ensino Superior Completo	80.5%
Frequência de treinos/semana	2 a 3x/semana	68%
Participação em eventos de corrida de rua	Sim	94.5%
Integrantes de grupos	Sim	68%
Tipos de provas percorridas	Entre 10km e 21km	78.9%
Tempo de prática na corrida de rua	Mais de um ano	80.3%
Prática anterior de atividade física	Sim	66.4%
Faixa Etária	Entre 18 e 40 anos de idade	58.6%
Gênero	Masculino	71.1%

As respostas dos questionários de completamento de frases foram organizadas compondo um dicionário semântico (Apêndice D), com fins de preparação dos dados para uma análise posterior com o auxílio do *software* IRAMUTEQ. O IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) é um software desenvolvido por Pierre Ratinaud, que

“[...] viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude)” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 515).

O processo de preparação dos dados foi justificado pela lógica dos procedimentos utilizados na classificação em categorias temáticas de Bardin (2004), de acordo com a similitude semântica. Optou-se por uma categorização simplificada, com a substituição de termos semelhantes ou que apresentassem o mesmo sentido daqueles atribuídos a outras palavras, mediante o objetivo de evitar que palavras de mesmo sentido se repetissem e, com

isso, não tivessem relevância na análise prototípica que, por sua vez, considera importante a frequência com que as palavras aparecem.

Nesse caso, não foram criadas categorias ou novas palavras para descrever os agrupamentos semânticos porque foram escolhidas aquelas com maior número de evocações, identificadas como palavras-chave. Quando aconteceu de não haver diferenças nesses quantitativos, optamos pelo termo que trazia maior clareza ao conjunto de palavras. Como forma ilustrativa, citamos alguns exemplos usados na primeira expressão “Ser atleta é...”, e que selecionamos a palavra amigos como a palavra síntese para *amizade, colegas, cúmplices, parceiros*; equipe, no lugar de *coletividade, grupo, integrados, time*; solidários, em substituição à *altruístas, colaborativos, cooperativos, generosos, preocupados com o colega que treina junto*, e assim por diante.

Esse tratamento dos dados foi exaustivo dado o quantitativo de frases, o que demandou várias sessões de uso do software, análise e novos arranjos e agrupamentos que antecederam a sessão final do conjunto de palavras evocadas. Salienta-se que tal procedimento é mais amplo do que a tematização, comum no tratamento dos dados em análises desse tipo, a qual propõe o agrupamento de palavras de mesmo radical e classe (WALCHEKE; WALTER, 2011), como por exemplo: *disciplina, disciplinador e disciplinante*. Nesse caso, quando é dada atenção apenas ao enquadramento do léxico, a análise semântica é desprezada, com a possibilidade de incorrer situações em que a frequência das palavras é diminuída por essa questão, e, tal condição, refletir diretamente na organização da estrutura das RS. A quantidade de evocações de palavras de mesmo sentido pode modificar inclusive os elementos constituintes do núcleo central. Entretanto, os mesmos autores aludem às ambiguidades e divergências que a categorização dos conteúdos pode ocasionar, dificultando a replicação de pesquisas.

Na sequência dos procedimentos adotados, utilizamos o *software* IRAMUTEQ e realizamos uma análise prototípica, que “parte do pressuposto que os elementos da representação social com importância em sua estrutura são mais prototípicos, isto é, mais acessíveis à consciência” (VERGÈS; TYZKA; VERGÈS, 1994 apud WALCHEKE; WALTER, 2011, p. 522). Tal análise propõe a definição da relevância de cada palavra ou expressão associada, mediante o cruzamento das palavras mais frequentes com aquelas mais prontamente evocadas. O seu objetivo é compreender a estrutura das RS, através da identificação de seus elementos e sua hierarquia. Ao final da aplicação dos questionários, os mesmos foram identificados com números de 001 a 128.

Destacamos que cada etapa recebeu um tratamento particular na construção dos dados. Os questionários de completamento de frases, compostos pelas expressões “*Ser atleta é...*”; “*Eu como atleta sou...*”; “*Nós, como atletas, somos...*”; “*Eles, como atletas, são...*”; “*Eu gostaria de ser visto como...*”; “*O corredor de rua é...*”; “*Os corredores de rua são...*”, foram analisados com o auxílio do software IRAMUTEQ, o qual apresentou a estrutura e organização interna das RS, em função da frequência (Fx) e ordem de importância ($O.I.$)⁹. Tais dados foram anunciados por uma tabela, seguida de uma discussão sobre os resultados apresentados, que expõe os elementos constituintes das RS, dentre os quais estão: o núcleo central, a primeira periferia, os elementos contrastantes e a segunda periferia.

As palavras associadas aos corredores de rua em suas narrativas revelaram, numa análise inicial, sentidos recorrentes entre si que nos permitiu a construção de nove universos semânticos.

Na terceira fase da pesquisa, de entrevistas narrativas, participaram dezesseis (16) corredores de rua sorteados, aleatoriamente, do conjunto total de participantes, a fim de realizar o aprofundamento dos dados evocados na etapa anterior e na busca do refinamento das informações fornecidas pelos participantes na etapa subsequente, conforme procedimento adotado por Cruz (2006).

A Tabela 2 apresenta o perfil dos corredores de rua participantes das entrevistas, identificados por uma sigla¹⁰ e com a respectiva descrição de suas características.

Tabela 2 – Perfil dos corredores de rua participantes da pesquisa (entrevistas)

CR1.M30-35	Masculino, 30-35 anos, pós-graduado, 3-5 anos de prática, frequência de 2-3x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 21km, prática anterior de atividade física (alto rendimento)
CR2.M40-45	Masculino, 40-45 anos, superior incompleto, 5-10 anos de prática, frequência de 2-3x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 42km, prática anterior de atividade física (lazer)
CR3.M50-55	Masculino, 50-55 anos, superior completo, 5-10 anos de prática, frequência de 2-3x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 42km, sem prática anterior de atividade física
CR4.F40-45	Feminino, 40-45 anos, pós-graduada, 5-10 anos de prática, frequência de 2-3x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até

⁹ As palavras foram abreviadas desta forma para expor nas tabelas os quantitativos referentes aos respectivos dados.

¹⁰ A cada sujeito participante da fase de entrevistas foi atribuída uma sigla para sinalizar algumas informações importantes à identificação dos mesmos, após os trechos de suas falas, no decorrer da análise dos dados e discussão dos resultados. Assim, CR está sempre presente por tratar-se de *corredor(a) de rua*; em seguida, temos o gênero do participante: M para *masculino* e F, *feminino*; e, por fim, a faixa etária correspondente à sua idade: 18-25, 25-30, 30-35, etc. Ou seja, CR1.M30-35 significa *corredor de rua, do gênero masculino, com faixa etária entre 30 e 35 anos*.

	42km, sem prática anterior de atividade física
CR5.F18-25	Feminino, 18-25 anos, superior completo, 6 meses-1ano de prática, frequência de 2-3x/semana, não é integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 5km, prática anterior de atividade física (alto rendimento)
CR6.M18-25	Masculino, 18-25 anos, superior completo, 3-5 anos de prática, sem frequência regular, não é integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 21km, prática anterior de atividade física (alto rendimento)
CR7.M25-30	Masculino, 25-30 anos, superior completo, 1-3 anos de prática, frequência de 4-5x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 21km, sem prática anterior de atividade física (lazer)
CR8.F18-25	Feminino, 18-25 anos, superior completo, menos de 6 meses de prática, sem frequência regular, não é integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 10km, sem prática anterior de atividade física
CR9.M40-45	Masculino, 40-45 anos, pós-graduado, 3-5 anos de prática, frequência de 2-3x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 10km, sem prática anterior de atividade física
CR10.F50-55	Feminino, 50-55 anos, pós-graduada, 3-5 anos de prática, frequência de 2-3x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 10km, sem prática anterior de atividade física
CR11.M25-30	Masculino, 25-30 anos, superior completo, 3-5 anos de prática, frequência de 1x/semana, não é integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 10km, prática de atividade física anterior (lazer)
CR12.M40-45	Masculino, 40-45 anos, superior completo, 3-5 anos de prática, frequência de 2-3x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 21km, sem prática anterior de atividade física
CR13.M30-35	Masculino, 30-35 anos, pós-graduado, 3-5 anos de prática, frequência de 4-5x/semana, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 42km, prática anterior de atividade física (lazer)
CR14.M55-60	Masculino, 55-60 anos, superior completo, mais de 10 anos de prática, sem frequência regular, integrante de grupo de corrida, participação em eventos, percursos até 42km, prática anterior de atividade física (lazer)
CR15.M40-45	Masculino, 40-45 anos, pós-graduado, 3-5 anos de prática, frequência de 3-5x/semana, participação em eventos, percursos até 42km, integrante de grupo de corrida, prática anterior de atividade física (lazer)
CR16.M40-45	Masculino, 40-45 anos, médio completo, mais de 10 anos de prática, sem frequência regular, não é integrante de grupo de corrida, sem participação em eventos, prática anterior de atividade física (alto rendimento)

As entrevistas narrativas, sistematizadas por Schultze (1977) e referendadas por Jovchelovitch e Bauer (2005), foram adotadas como recurso metodológico que se contrapõe ao modelo de pergunta-resposta, frequentemente adotado. Trata-se de uma forma de entrevista não estruturada, em profundidade, que consiste na reconstrução da história de vida dos sujeitos, aliada a compreensão dos contextos em que tais histórias foram construídas, numa tentativa de relacionar os acontecimentos no tempo e no sentido de toda a narrativa. Assim, o entendimento de uma narrativa não se dá apenas pela sequência cronológica dos acontecimentos apresentados pelo sujeito da pesquisa, mas pelo reconhecimento de uma dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo.

O estímulo disparador das entrevistas foi construído com fins de garantir o interesse do participante e a construção de uma história que articulasse acontecimentos do passado e presente, com riqueza de detalhes (JOVCHELOVITCH; BAUER, op. cit.). No caso desse estudo, a pesquisadora introduziu as entrevistas informando: *estamos tentando compreender melhor a corrida de rua como atividade física. Eu gostaria que você, corredor(a) de rua, me contasse com detalhes sobre como começou, o que te faz continuar, como desenvolve essa atividade, os sentimentos experimentados no início e agora. Fique livre para falar do modo que se sentir mais confortável.*

A entrevistadora, no decorrer das interações com os participantes, tomou os devidos cuidados para influenciar o mínimo possível, utilizando-se de linguagem acessível, distante do rigor e formalidade na comunicação, com o objetivo de promover um espaço de interação em que o entrevistado se sentisse à vontade para contar a sua história. Nessa perspectiva, contar uma história significa reconstruir os acontecimentos a partir do olhar dos informantes, sujeitos da pesquisa, e da linguagem espontânea com que constroem as narrativas. Ou seja:

[...] a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido. Se nós considerarmos os acontecimentos isolados, eles se nos apresentam como simples proposições que descrevem acontecimentos independentes. Mas se eles estão estruturados em uma história, as maneiras como eles são contados permitem a operação de produção de sentido do enredo (JOVCHELOVITCH; BAUER, op. cit., p. 92).

Conforme anunciado anteriormente, a realização das entrevistas como último procedimento da pesquisa de campo justificou-se pelo refinamento progressivo das informações (CRUZ, 2006) e, ainda, pela necessidade da entrevista narrativa em compreender o acontecimento principal, tanto para explicitar as lacunas que precisam ser preenchidas quanto para desenvolver o tópico inicial central, desencadeador da fala dos sujeitos (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Nesse sentido, a imersão no campo pela pesquisadora foi fundamental para compreender nuances importantes do contexto em questão.

O desenvolvimento das entrevistas ocorreu baseado em quatro fases: a fase de iniciação, na qual os sujeitos foram informados sobre os procedimentos da entrevista; a fase de narração central, que tem início a partir da introdução do estímulo disparador e deve seguir sem interrupção; a fase de questionamento, constituída por determinadas perguntas que o entrevistador pode fazer ao informante, sem extrapolar os “limites” e sem investigar processos de racionalização produzidos espontaneamente pelo entrevistado; e, por fim, a fase referente à

fala conclusiva, a qual se inicia com o término das entrevistas, quando os gravadores já estão desligados.

Nessa situação, os participantes tendem a falar de forma descontraída, o que possibilita a compreensão com mais clareza naquele momento do que quando comunicada de maneira mais formal durante as entrevistas. O entrevistador, portanto, precisa atentar para esses momentos, que podem auxiliar a interpretação contextual da narrativa e, consequentemente, ao processo de análise e discussão dos resultados (JOVCHELOVITCH; BAUER, op. cit.).

Em paralelo à discussão analisada, a partir dos resultados dos testes, realizamos, ainda, a interpretação sobre os dados das entrevistas narrativas com os corredores de rua com fins de aprofundamento sobre os sentidos relacionados à etapa anterior, tornando possível, assim, uma compreensão mais apurada dos achados, no sentido de conjugar os dados oriundos dos distintos instrumentos de pesquisa. A análise qualitativa das falas dos participantes foi efetuada mediante a perspectiva da análise temática de conteúdo de Bardin (2004), com o intuito de apreensão de conteúdos e significados emergentes.

A análise de conteúdo ocorreu em algumas etapas: organização dos dados, codificação, categorização, descrição, interpretação. A primeira fase, de pré-análise, constituiu o *corpus* da pesquisa, na qual podem ser utilizados diversos tipos de procedimentos, tais como leitura flutuante, criação de hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda fase, de exploração do material, os dados foram codificados a partir das unidades de registro. E, na terceira e última fase, de tratamento dos dados e interpretação, foi realizada a categorização, ou seja, a classificação dos elementos segundo suas semelhanças e diferenciações, com posterior reagrupamento, em função de suas características comuns e na perspectiva qualitativa a busca de significados a partir da trama construída nas distintas fases.

Tais técnicas foram empregadas para a interpretação dos significados e da leitura simples do real, pois se pretendia possibilitar a interpretação de mensagens obscuras e com duplo sentido, tendo em vista que, embutido no discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, há um sentido que convém desvelar (BARDIN, op. cit.).

6.3 A PESQUISA PILOTO

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa piloto constituída pela aplicação do questionário de completamento de frases com fins de testar o instrumento e proceder aos ajustes para melhor atendimento aos objetivos do presente estudo. O questionário apresentava

sete frases/expressões curtas e incompletas: “*Ser atleta é...*”; “*Eu, como atleta, sou...*”; “*Nós, como atletas, somos...*”; “*Eles, como atletas, são...*”; “*Eu gostaria de ser visto como...*”; “*O corredor de rua é...*”; “*Os corredores de rua são...*”. Os procedimentos foram explicitados no enunciado de forma simples e clara: “Por favor, escreva 4 palavras ou expressões que completem as frases a seguir”. Após cumprirem com esse procedimento, o instrumento orientava para a realização da hierarquização das palavras escritas, por ordem de importância, enumerando-as de 1 a 4.

Participaram dessa fase da pesquisa 14 corredores de rua com faixa etária mínima de 18 anos, praticantes da atividade com a finalidade de lazer, exercida em espaços públicos como ruas, parques e estradas, sem ganho financeiro, nem pretensões de tornarem-se atletas profissionais.

O critério de seleção dos sujeitos foi por aproximação e indicação, pois a pesquisadora conhecia alguns corredores de rua residentes em outras cidades do país, sobretudo, na região sudeste, e, em um contato inicial, os convidou para participar da pesquisa, solicitando a indicação de outras pessoas conhecidas que se encaixassem no perfil desejado. Nesse grupo, todos os contatos foram realizados por e-mail, bem como o envio do teste, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice C), e as respostas encaminhadas à pesquisadora. Nas situações em que os participantes não realizaram a hierarquização das palavras, conforme solicitado, a pesquisadora solicitou, por e-mail, que o fizessem.

A realização deste estudo piloto foi de suma importância, pois nos fez verificar a validação das expressões do questionário.

6.4 OS CUIDADOS ÉTICOS

Antes do início da construção dos dados, o projeto de tese foi submetido à aprovação do Comitê de Ética da UFPE, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), número 48205215.7.0000.5208, pelo fato do desenvolvimento desta pesquisa incluir a participação de seres humanos. Posteriormente a aprovação do Comitê de Ética, sob número de parecer 1.317.427,¹¹ a pesquisadora entrou em contato com professores responsáveis por grupos de corrida a fim de se aproximar de seus participantes para dar início à pesquisa

¹¹ Após a banca de qualificação da tese e aprovação do Comitê de Ética, aceitamos a sugestão dos examinadores para restringir o campo e direcionar a pesquisa apenas ao contexto dos atletas amadores, no caso, corredores de rua que desenvolvem a atividade física com a finalidade de lazer. Deste modo, uma justificativa de emenda foi encaminhada ao Comitê de Ética, com parecer de aprovação sob número 1.896.143.

empírica. Após o aceite de tais profissionais, de modo presencial, a pesquisadora teve a oportunidade de conceder explicações, em linguagem clara e acessível, acerca do estudo.

Aos corredores que, voluntariamente, se propuseram a participar do estudo, foi pedido que estes comprovassem tal participação mediante a assinatura do TCLE em uma via. Tal documento,

Tem como objetivo principal obter a anuência do sujeito de pesquisa e/ou de seu representante legal pela sua participação voluntária na pesquisa após ter recebido por parte dos pesquisadores os esclarecimentos sobre os aspectos da pesquisa: objetivos, riscos, procedimentos a serem realizados, respeitando os princípios da confidencialidade e do sigilo (CAMPINAS; BARROS, 2006, p. 471).

Numa etapa seguinte ao acordo entre as partes, as informações foram apresentadas aos corredores de rua, inclusive com os devidos esclarecimentos sobre o TCLE, de modo que as condições para a realização e o desenvolvimento da pesquisa fossem compreendidas. Para tanto, as dúvidas que surgiram foram devidamente respondidas.

Foi esclarecido que as informações obtidas durante toda a pesquisa apresentaram fins estritamente acadêmicos. Além disso, os dados que possibilitariam a identificação dos sujeitos da pesquisa não foram revelados, pois, em todos os momentos, o anonimato e a confidencialidade das informações e dos participantes foram garantidos.

7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1 CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA

Mediante o objetivo de conhecer o campo, a pesquisadora entrou em contato com a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAAt) para ter acesso a informações referentes ao crescimento e desenvolvimento da corrida de rua no país. Por intermédio de um responsável do Departamento Técnico de Corridas de Rua da CBAAt houve o acesso a dados que informam que a corrida de rua tem sido responsável pelo crescimento do atletismo no Brasil. Para a CBAAt, esse interesse tem-se demonstrado tanto pelo crescente número de provas realizadas no Brasil, sejam estas oficiais¹² ou não, quanto pelo aumento constante do número de participantes em todas as provas. Tal crescimento tem sido registrado em todos os estados e municípios com grande velocidade e, devido a isto, a CBAAt tem desenvolvido um novo Plano para as Corridas de Rua, com vistas na maior contribuição ao desenvolvimento dessa prática, bem como no auxílio aos seus praticantes, seja no aspecto competitivo ou não. A expectativa da confederação é trazer novos adeptos, especialmente os jovens, para todos os segmentos do atletismo, através da prática da corrida.

Não existe uma obrigação legal de que eventos esportivos sejam autorizados pelas entidades que administram o esporte, com exceção de uma determinação no Código Nacional de Trânsito, por isso, torna-se difícil à CBAAt avaliar de forma precisa a dimensão das corridas de rua no Brasil. Estima-se algo em torno de 1,5 milhão de praticantes regulares de corridas de rua, embora a probabilidade é de que seja um quantitativo ainda muito maior.

A evolução dessa atividade física pode ser observada através da ampliação de provas oficializadas pela entidade e pelas federações estaduais, conforme explicitado pela Tabela 3. No entanto, acredita-se que o número real de provas no país tende a ser quase o triplo do oficializado. As provas de caráter nacional são de responsabilidade da CBAAt e as demais, das federações estaduais de atletismo, entidades filiadas a referida confederação.

Tabela 3 – Provas oficializadas pela CBAAt e federações estaduais

Ano	Provas Nacionais	Provas Estaduais
2005	17	-
2006	19	-
2007	30	-
2008	35	-

¹² Provas oficiais são aquelas regulamentadas pela CBAAt ou pelas federações estaduais.

2009	36	-
2010	38	-
2011	39	374
2012	45	405
2013	47	450
2014	41	619
2015	40	646
2016*	30	700

Fonte: Confederação Brasileira de Atletismo¹³

Embora seja possível concluir tal aumento de adeptos à prática, a partir da análise dos números de inscritos de duas edições da Maratona Internacional Maurício de Nassau¹⁴, ocorridas nos anos de 2013 e 2015 e apresentadas na Tabela 4, o percentual de aumento é de 21.1% em dois anos, o que nos parece relevante; mais ainda, se considerarmos a adesão das mulheres na participação do evento de 2015, equivalente a 37.6% a mais do que o número de participantes da edição de 2013, quando os homens tiveram a sua participação aumentada em 14.5%.

Tabela 4 – Número de Inscritos: Maratona Internacional Maurício de Nassau

Ano	Corredores Inscritos			Total de Corredores Inscritos
	Feminino	Masculino	Não preenchido	
2013	542	1677	15	2234
2015	869	1961	03	2833

Fonte: Grupo Ser Educacional

Em ambas as edições, o quantitativo de homens participantes da referida corrida de rua foi representativo, quando comparado à presença das mulheres inscritas no evento, visto que, em 2013, 75.1% do total de participantes foram do sexo masculino e, em 2015, tal percentual foi de 69.2%. Vale salientar, ainda, que os números apresentados são referentes ao total de corredores inscritos, e não relativos aos que participaram efetivamente da corrida, pois nesses eventos é comum acontecer de muitas pessoas não fazerem a inscrição e participar.

Tais dados parecem ser compatíveis com um resultado de pesquisa apresentado pelo Ministério do Esporte do Brasil (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015), o qual teve como

¹³ A Tabela 3 foi fornecida pelo responsável do Departamento Técnico de Corridas de Rua da CBAAt, com o qual a pesquisadora entrou em contato em agosto/2014 e julho/2016. Por esse motivo, os dados referentes ao ano de 2016* estão como previstos, pois os eventos só seriam confirmados no início do ano de 2017.

¹⁴ A Maratona Internacional Maurício de Nassau tornou-se tradição no Recife, por acontecer todos os anos, desde 2010, bem como por ser o único evento de corrida de rua na cidade que conta com a prova de 42km, ou seja, a maratona. Além disso, costuma reunir corredores dos diversos estados do Brasil, embora cerca de 80% sejam oriundos de Pernambuco, dentre amadores (em sua grande maioria) e profissionais.

objetivo investigar as atividades físicas mais praticadas em 2013 por homens e mulheres. A corrida, além de ter sido considerada a terceira atividade mais praticada pelos brasileiros (6.5%), apresentou um percentual de 11.9% de praticantes do sexo masculino e 4.2% do sexo feminino, o que nos dá um equivalente de 74% de homens do total de participantes, dado semelhante aos da relação entre homens/mulheres nas participações dos eventos ocorridos em Recife, citados anteriormente.

7.2 O CAMPO DA PESQUISA E OS PARTICIPANTES: PRIMEIRAS IMPRESSÕES E ACHADOS

Para o desenvolvimento do estudo, a pesquisadora ficou imersa no campo por quatro meses com vistas à aproximação maior do contexto de pesquisa, ou seja, passou a ter contato com o cotidiano dos corredores de rua e com os grupos de corrida, nos lugares públicos em que tal prática é constante na cidade de Recife/PE, como: Parque da Jaqueira, Avenida Beira Rio, Avenida Boa Viagem, além das ruas da cidade, de modo geral, onde corredores se cruzam especialmente ao amanhecer. Um percurso bastante utilizado, neste período, para esta prática, inclusive pelos organizadores dos eventos de corrida de rua, envolveu os arredores do Recife Antigo, como o Marco Zero e a Rua da Aurora. Apesar da pesquisadora já ter treinado ou participado de eventos desse certame em tais ambientes, naquele momento o seu interesse era observar, acompanhar, compreender, ver, ouvir, sentir, aberta a novos olhares e experiências.

Vale salientar que os espaços escolhidos para a realização da pesquisa, apesar de públicos, circunscrevem um nível socioeconômico de seus frequentadores, por serem localizados em bairros elitizados, onde os valores pelo m² são os mais caros de Recife/PE. Outras pessoas, não residentes daquela área ou residentes nas comunidades do entorno desses bairros, também costumam ir aos referidos locais, no entanto é possível observar alguns marcadores socioeconômicos e culturais nos vestuários e costumes da maioria das pessoas praticantes de atividade física, tais como: aparatos tecnológicos que auxiliam nos treinamentos, acompanhamento de profissionais especializados e preocupação excessiva com padrões estéticos de roupas e tênis utilizados para a prática de atividade física.

No caso dos participantes desta pesquisa, conforme indicação de Alves, Soares e Xavier (2013), analisamos que um dos marcadores socioeconômicos do perfil dos corredores de rua em Recife diz respeito à escolaridade, pois 80.5% dos participantes apresentavam

ensino superior completo, dos quais 47.7% concluíram também cursos de pós-graduação, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Perfil dos participantes: escolaridade

Escolaridade	Total de Sujeitos
Ensino Fundamental Completo/Incompleto	02
Ensino Médio Completo/Incompleto	04
Ensino Superior Incompleto	19
Ensino Superior Completo	42
Pós-Graduação	61
Total	128

Quanto à localização, o Parque da Jaqueira foi o lugar mais comum à maioria dos corredores de rua que participaram do estudo, embora eles tenham sido acessados também em locais distintos. Trata-se de um ambiente público, arborizado, situado em uma área bastante valorizada da Zona Norte do Recife e, como apresenta uma extensão de 1km de pista, costuma ser utilizado pelos corredores como local de treinos, no entanto, o local não é frequentado apenas por praticantes de corrida. Há também outras pessoas com diversos interesses, quais sejam: treinar profissionalmente ou no nível do esporte de alto rendimento, caminhar, patinar, passear, brincar, encontrar-se com outras pessoas, praticar outras atividades físicas, dentre outros.

Os professores de Educação Física responsáveis pela coordenação dos grupos de corrida contatados orientavam seus alunos para tomarem os cuidados necessários no sentido de evitar acidentes durante os treinamentos nas pistas, por relatarem a circulação de pessoas distraídas. Quando ocorre algum acidente, como quedas ou confrontos físicos entre duas pessoas, a maioria dos professores referiu estarem preparadas com um *kit* de primeiros socorros para atender a uma demanda básica, conforme aconteceu em uma situação presenciada pela pesquisadora.

A este respeito, em um desses grupos de corrida, foi mencionada a utilização de um *chip* quando o treinamento ocorre nas ruas. Segundo o professor responsável, tal *chip* contém informações relevantes para qualquer emergência em hospital, como dados pessoais, tipo sanguíneo, alergias a medicamentos. Nesse caso, a ideia foi pensada na possibilidade de uma pessoa estar correndo sozinha e sofrer algum desmaio ou acidente que a deixe desacordada. Ele relatou ainda que a providência foi necessária considerando que a maioria dos corredores não costumava ir às ruas com documentos de identificação, o que julgou deixá-los ainda mais vulneráveis.

No caso do grupo em questão, temos a maior parte dos sujeitos pertencente a um grupo elitizado, de escolaridade superior, circulante pelos bairros de elite da cidade e que se expõe a uma situação de vulnerabilidade que o contexto da sociedade brasileira não permite pela possibilidade de lidar com determinados riscos, a exemplo de assalto, queda e mal estar, o que parece agregar valoração positiva à corrida de rua como atividade física de lazer, pois os sujeitos optam pela manutenção de sua rotina de treinos, independente da insegurança prevista pela segurança nas ruas.

Outra perspectiva de análise nos parece possível quando consideramos que a indumentária dos sujeitos parece ser suficiente para a sua identificação como corredor de rua. Nesse caso, questionamos se esse reconhecimento de pertencimento ao grupo de corredores de rua seria considerado em qualquer situação, independente da questão étnica, pois segundo a Psicologia Social do Racismo (BENTO, 2003), a desigualdade no tratamento entre brancos e negros, e exclusão racial é uma situação concreta. No tratamento às pessoas negras, no caso brasileiro, parece não importar o seu vestuário, pois não se costuma considerar as suas identidades e, sim, a questão étnica racial, que, nesse caso, seria mais forte do que a identidade compreendida pela indumentária do corredor.

O acompanhamento do(s) professor(es) aos corredores nos treinos de corrida de rua é realizado, na maioria das vezes, com o auxílio de bicicleta(s) e/ou moto. Apenas em alguns casos, os professores corriam ao lado dos alunos, pois segundo eles, com a bicicleta ou moto, a coordenação do grupo é viável, pela necessidade de acompanhar ritmos diferentes, com alguns corredores mais rápidos e outros, mais lentos.

7.3 O CONTATO COM OS CORREDORES DE RUA

Para ter acesso aos corredores de rua em maior número, a pesquisadora buscou contatos com professores responsáveis por grupos de corrida que, aparentemente, apresentavam um quantitativo considerável de participantes. Inicialmente, tal escolha foi feita por proximidade, pelo fato da pesquisadora já conhecer diversas pessoas desse meio. Por ter começado a frequentar, como pesquisadora, os espaços em que a prática da corrida era constante, houve contato com outros grupos e a oportunidade de conhecer mais corredores que compartilhavam de mesmo espaço público. Nestes locais, o acesso aos grupos tornou-se fácil pela disponibilidade dos professores em contribuir com a pesquisa e, ainda mais, quando a pesquisadora tomou conhecimento dos dias e horários em que ocorriam os treinamentos.

O conhecimento de diversos profissionais de Educação Física também facilitou o processo de coleta, com a indicação de corredores de rua para os quais davam treino de musculação, treinamento funcional ou tinham ciência do envolvimento com a atividade. Além disso, a pesquisadora esteve presente em um espaço destinado à entrega dos kits de uma corrida de rua bastante conhecida em Recife, a Corrida das Pontes¹⁵, onde pôde encontrar vários corredores que já haviam feito suas inscrições e estavam ali apenas para ter acesso ao número de identificação na corrida, camiseta e brindes que compunham o referido kit.

Foi interessante observar que, ao compartilhar dos espaços nos quais os grupos de corrida estavam, alguns corredores se aproximaram com convites para participação nos referidos grupos, relatando os benefícios daquela prática à saúde, qualidade de vida, estética corporal e socialização, tornando-se difusores dessa atividade física. Além disso, os momentos antes e depois dos treinos costumavam ser descontraídos, permeados por conversas e brincadeiras entre os presentes, professores e corredores. Nos finais de semana era comum reunirem-se em outros lugares, para tomar café da manhã, após um treino, ou para compartilharem a vida social com festividades e encontros.

A tecnologia também se mostrou no cotidiano da maioria dos corredores de rua, nos relógios com GPS, cronômetro, marcação de quilometragem, velocidade e monitor cardíaco; tênis especializados; meias de compressão; bonés/viseiras e óculos de sol (a depender do horário); bem como vestimenta *fitness*, composta por tecidos especiais que possibilitavam o conforto e eficiência na prática de atividade física. Além disso, o vestuário costumava acompanhar as tendências da moda voltada para essa atividade.

Dentre as dificuldades do campo, na segunda fase da pesquisa, referente à aplicação dos testes, os corredores normalmente se negavam inicialmente a respondê-los por estarem muito cansados e suados. O suor também foi uma justificativa recorrente para os participantes não se sentirem à vontade para fazê-lo, devido ao risco de danificá-los. Outros impedimentos se referiam ao fato de tratar-se de um teste longo, que exigia atenção nas respostas, bem como ao pouco tempo que dispunham para o treino e/ou para estar com aquele grupo, já que, especialmente nos horários da manhã, a maioria dos corredores costumava sair logo após o término do treino, para as obrigações com o trabalho. Nos grupos que treinavam a noite, a

¹⁵ A Corrida das Pontes é um evento internacional promovido, desde 2004, pela Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Esportes, com o apoio oficial do Governo do Estado e supervisão da Federação Pernambucana de Atletismo. É considerada a maior competição de pedestrianismo do Norte e Nordeste, por atrair milhares de corredores amadores e um grupo de corredores profissionais de reconhecimento mundial, que disputam no pelotão de elite. Todos os anos, desde a primeira edição do evento, em 2004, cerca de 20% dos participantes vêm de outros países ou estados do Brasil (PREFEITURA DO RECIFE, 2016).

disponibilidade para responder após o treino foi maior por não terem mais compromissos profissionais ao final do dia.

No caso das entrevistas, com alguns participantes, o agendamento do encontro aconteceu sem maiores problemas, nos lugares de preferência deles, tais como: no Parque da Jaqueira, em um café nos arredores do Parque da Jaqueira, em academias de ginástica, na UFPE e nos locais de trabalho dos participantes. Outros, no entanto, desmarcaram algumas vezes, desistiram de participar ou alegaram falta de tempo para o encontro, o que acabou por dificultar o desenvolvimento dessa terceira etapa da pesquisa.

7.4 OS CORREDORES DE RUA EM SUAS ROTINAS

Antes de iniciar os treinos, os corredores de rua realizavam uma série de exercícios de aquecimento para preparar o corpo à atividade principal e, após a corrida, na maioria das vezes, era feito um trabalho de fortalecimento da musculatura, alongamento e/ou exercícios educativos para auxiliar no movimento biomecânico da prática. Não eram todos que permaneciam nessa parte final, pois alguns já seguiam para sua rotina de trabalho e/ou compromissos, especialmente aqueles que costumavam iniciar os treinos pela manhã.

O horário mais comum nesse turno tinha saída entre 5h e 5h30min, quando o fluxo de carros nas ruas também estava menor e a temperatura, mais amena. Era comum ver corredores pelas ruas, à noite, em grupos ou sozinhos, bem como nos parques ou avenidas que tinham pistas específicas para pedestres, onde o quantitativo de pessoas costumava ser sempre maior. Nesses ambientes era mais comum a permanência dos corredores, durante um tempo, para conversas após os treinos, o que julgamos relevante pelo fato de Moscovici considerar a conversação, possibilitada pela convivência, fundamental à elaboração das RS.

No percurso, os responsáveis pelos grupos costumavam se organizar para oferecer água aos corredores e, no local de chegada, apresentavam novamente a água e, alguns deles, frutas (a melancia era a mais comum), com o intuito de reposição energética imediata.

Nos grupos de corrida, os treinos normalmente ocorriam em 2 ou 3 vezes por semana, e o corredor, por vezes, realizava mais treinos sozinho, a depender dos seus desejos e objetivos. Tal frequência nos treinamentos também se mostrou como a mais comum entre participantes do presente estudo (68% do total), como é apresentado na Tabela 6. Percebemos, ainda, que um número significativo (18.8%) treinava de 4 a 5 vezes por semana, o que nos aponta um percentual relevante de praticantes que mantinha uma prática organizada e regular da referida atividade física.

Tabela 6 – Perfil dos participantes: frequência de treino por semana

Frequência de Treino/semana	Total de Sujeitos
1 vez/semana	4
2 a 3 vezes/semana	87
4 a 5 vezes/semana	24
Acima de 5 vezes/semana	3
Não há uma frequência regular	10
Total	128

Quanto ao desempenho, os treinos costumavam ter distâncias semelhantes àqueles que pertenciam ao grupo, no entanto, as planilhas eram elaboradas individualmente, com variações de acordo com os objetivos de cada um, muitas vezes, relacionados à preparação para distâncias até então não percorridas, para eventos específicos, ou ainda para melhoria do desempenho, dentre outros.

Dos participantes envolvidos nessa pesquisa, 94.5% relataram participação em eventos de corrida de rua, conforme Tabela 7, o que nos mostra homogeneidade no que tange a uma prática aparentemente valorada positivamente entre os corredores. Mais especificamente, do total de sujeitos que nunca participaram de eventos, nenhum era integrante de grupo de corrida, o que reforça a valoração do grupo sobre determinados aspectos e a tendência de seus integrantes em cumprir com tais requisitos para se sentirem reconhecidos e pertencentes.

Tabela 7 – Perfil dos participantes: participação em eventos/integrantes de grupos

Participação em eventos de corrida de rua		Integrantes de grupos	Sem participação em grupos
Sim	121	87	41
Não	07	00	07

No que diz respeito às distâncias das provas percorridas, o perfil dos participantes é heterogêneo e a participação deles em provas mais longas é precedida de experiência anterior nas mais curtas. Ou seja, o tipo de prova que aparece na Tabela 8 diz respeito a maior distância percorrida pelos sujeitos em eventos de corrida de rua e mostra um grupo heterogêneo, embora com condições para realizar provas de distâncias mais elevadas, como podemos considerar a prova de 10km.

Tabela 8 – Perfil dos participantes: tipos de provas percorridas

Tipo de Prova	Total de Sujeitos
5km	20
10km	37
21km	29

42km	35
Sem participação em eventos	07
Total	128

Do grupo investigado, 78.9% já realizou provas de 10km, 21km e 42km. Se considerarmos as provas de 21km e 42km apenas, as quais requerem mais dedicação nos treinamentos, temos 50%. Interpretamos, portanto, que o grupo ora avaliado nessa pesquisa é experiente e desempenha a atividade em um patamar diferenciado para o nível de atividade física de lazer, pois, percorrer percursos longos de 10km a 42km requerem condicionamento físico elevado.

Tal referência sobre as condições dos corredores para realizar provas mais longas parece ser reforçada pelo tempo de prática da atividade, que nos mostra experiência, da maioria do grupo (80.3%), de mais de um ano, conforme alusão feita na Tabela 9. A regularidade na prática de tal atividade física e o consequente estilo de vida construído por esses sujeitos nos chama a atenção da corrida de rua como atividade física que auxilia na manutenção de um estilo de vida saudável, com benefícios reais aos seus praticantes, com diminuição dos índices de sedentarismo, o que pode ser um parâmetro no aumento do engajamento das pessoas no lazer ativo.

Tabela 9 – Perfil dos participantes: tempo de prática na corrida de rua

Tempo de Prática na Corrida	Total de Sujeitos
Menos de 6 meses	06
Entre 6 meses e 1 ano	09
Entre 1 e 3 anos	35
Entre 3 e 5 anos	33
Entre 5 e 10 anos	24
Há mais de 10 anos	21

Os finais de semana também costumavam ser incluídos no cronograma de treinos e, normalmente, a eles são reservados percursos mais longos, em que os corredores necessitam de mais tempo para realizá-los. Quando havia eventos de corrida de rua na cidade, os encontros, normalmente, ocorriam em lugares próximos ao local de largada da prova, onde os grupos de corrida costumavam montar toldos com uma estrutura de alimentação, líquidos e profissionais da fisioterapia ou massoterapeutas para auxiliar no desempenho dos corredores e também com o intuito de promover mais um ambiente de sociabilidade entre os corredores de rua, que costumavam se encontrar nos momentos que antecediam e sucediam a prova.

Consideramos que a integração de condições que possibilitavam os cuidados à saúde, à socialização e à prática de atividade física agregava um sentido muito positivo àquele ambiente, por demonstrar claramente preocupação com o bem-estar dos sujeitos envolvidos. Vale salientar que o gozo destas condições só era possível mediante o custo de estar vinculado aos grupos de corrida, responsáveis pela construção desses espaços, entretanto, a estrutura oferecida pela organização dos eventos¹⁶ de corrida de rua também promovia a interação social, por reunir grande número de pessoas que se identificavam e reconheciam pelos gostos, hábitos e estilos de vida semelhantes.

Observamos que as mudanças climáticas da cidade de Recife influenciavam a frequência dos corredores nos treinos. Em dias de chuva, por exemplo, costumava haver uma diminuição nesse quantitativo, muito embora, na maioria dos grupos acompanhados, as atividades se mantinham. Alguns corredores relataram ir treinar independente das condições do tempo, inclusive, ressaltaram o fato de nem abrirem a janela para verificar o tempo, pois, caso estivesse chovendo, certamente sentiriam vontade de ficar e, ao não observar de imediato, quando se davam conta, já estavam vestidos e prontos para sair. Na observação de campo, houve treinos em que os professores necessitaram mudar o percurso programado para evitar ruas alagadas ou que aumentassem a probabilidade de acidentes, como a descida de ladeiras.

Outro aspecto do grupo de participantes dessa pesquisa se refere ao fato da grande maioria (66.4%) dos participantes ter apresentado experiência anterior com a prática de outra atividade física, conforme apresentado pela Tabela 10, seja com a finalidade de lazer ou de alto rendimento. Tal dado nos faz refletir não apenas na identificação com a corrida de rua, mas com a atividade física de modo geral, e por um tempo mais duradouro, com experiências em diversas modalidades esportivas, em academias de ginástica ou com outras atividades ao ar livre, o que é sugestivo de identificação com um estilo de vida que inclui a prática de atividades físicas.

Tabela 10 – Perfil dos participantes: prática anterior de atividade física

Prática anterior de atividade física	Lazer	Alto Rendimento	Total de Sujeitos
Sim	64	21	85

¹⁶ Tais eventos se assemelhavam a grandes festas gratuitas, no entanto, nos eventos de corrida, para ter acesso a toda estrutura proporcionada pela empresa organizadora dos eventos (como lanche pós-corrida, camiseta e medalha) era necessário o pagamento antecipado de uma taxa de inscrição, variável entre R\$ 60,00 e R\$ 90,00. Durante o percurso, águas eram distribuídas também pela organização, sem custo, mesmo para aqueles não inscritos.

Não	43
-----	----

Nos grupos de corrida, a presença maior é de adultos com faixa etária diversa. Na participação em eventos ou no cotidiano da cidade, essa população também pareceu ser a maior parcela de envolvidos com a corrida de rua, muito embora adolescentes e idosos também façam parte, em menor proporção, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – Perfil dos participantes: faixa etária e gênero

Faixa Etária	Gênero		Total de Sujeitos
	Feminino	Masculino	
18 a 25 anos	06	12	18
25 a 30 anos	03	17	20
30 a 35 anos	08	10	18
35 a 40 anos	06	13	19
40 a 45 anos	06	18	24
45 a 50 anos	02	11	13
50 a 55 anos	03	05	08
55 a 60 anos	01	03	04
Acima de 60 anos	02	02	04
	37	91	128

Ao considerar os parâmetros de referência geralmente utilizados por abordagens clássicas acerca do desenvolvimento humano, tem-se uma divisão de fases na vida, caracterizadas de acordo com a idade cronológica: infância (nascimento aos 11 anos); adolescência (11 aos 20 anos); jovem adulto (20 aos 40 anos); meia-idade (40 aos 60/65 anos¹⁷); terceira idade (acima de 60/65 anos) (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006; BERGER, 2012). Nesse sentido, tivemos um percentual de 58.6% de sujeitos com faixa etária entre 18 e 40 anos, de 38.6% entre 40 e 60 anos, e 3.1% acima de 60 anos de idade.

Tais resultados nos apontam duas direções de análise: por um lado, pode indicar um declínio na capacidade física das pessoas, associado à condição fisiológica, e, conseqüentemente, na participação destas em atividades físicas. Por outro lado é sugestivo de mudanças no estilo de vida da população, na medida em que há um movimento também de construção de políticas públicas de saúde, de modo a pensar condições diferentes para os adultos em processo de envelhecimento, atentos às perspectivas mais contemporâneas e às mudanças que acompanham os processos de desenvolvimento, de percepção de saúde e de envelhecimento (FONSECA; OZELLA, 2010; OZELLA; AGUIAR, 2008; OZELLA, 2003;

¹⁷ Segundo Nahas (2013), no Brasil e em países menos desenvolvidos, a partir dos 60 anos de idade, as pessoas passam a ser consideradas idosas. Em países desenvolvidos, a referência é acima de 65 anos.

OMS, 2015). Tais fatores precisam ser pensados a partir de uma perspectiva sócio-histórica, que versa sobre as diferenciações de contextos históricos, culturais, sociais, e suas influências na construção de vida das pessoas.

Pesquisas recentes sobre o processo de envelhecimento evidenciam que as percepções sobre a velhice estão associadas a estereótipos construídos ao longo do tempo, o que não é mais validado na atualidade, em que a diversidade das capacidades e necessidades de saúde dos idosos não se relaciona mais a idade cronológica apenas, mas, principalmente, a eventos que ocorrem ao longo de sua vida e que são frequentemente modificáveis, como: nutrição; tabagismo e uso de outras drogas; rede social de apoio (relacionamentos); e o envolvimento diário com atividades físicas e mentais agradáveis e estimulantes, pois, ainda que envelhecer seja irreversível, um estilo de vida ativo diminui o ritmo e os efeitos nocivos desse processo (OMS, 2015; NAHAS, 2013).

Segundo Nahas (2013), as mudanças no estilo de vida têm sido foco de estudos mais recentes, mediante a preocupação com a qualidade de vida da população brasileira que, com o passar dos anos, tem aumentado consideravelmente as taxas de longevidade. Vale salientar que a discussão não é pautada em como viver mais, mas em como viver melhor, em um envelhecimento saudável, ou seja, trata-se de uma perspectiva que amplia a condição de saúde do idoso a outros patamares além da ausência de doenças, utilizando como referência a importância na manutenção da habilidade funcional (OMS, 2015).

Ressalta-se, portanto, os benefícios da atividade física para o envelhecimento saudável, no que diz respeito a aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais. Nesse sentido, a corrida de rua se apresenta como uma possibilidade de lazer ativo viável às pessoas, sem condições limitantes relacionadas à faixa etária.

Ainda na Tabela 11 é possível perceber a maior participação de sujeitos do gênero masculino, com um percentual de 71.1%, em detrimento de 28.9% de participação feminina. Tais dados reforçam aqueles apresentados anteriormente, quanto a menor participação das mulheres em eventos de corrida de rua e em atividades físicas de modo geral (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015).

Cabe a ressalva, ainda sobre a ausência de pessoas com deficiência nos grupos de corrida. Nos parques públicos e em alguns treinamentos em que foi possível o acompanhamento dos corredores de rua, presenciamos, em dois momentos, a prática da atividade física adaptada, constituída pela adequação de meios para viabilizar uma ação, mediante a impossibilidade de utilização no formato convencional (ARAÚJO, 1996). Nesses casos, a corrida de rua foi desempenhada, em dada situação, com uma cadeira de rodas de

modelo tradicional, e, em outro momento, com a *handbike*, isto é, uma bicicleta pedalada com as mãos, adequada ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em eventos de corrida de rua, embora o número de participantes com deficiência(s) ainda seja muito pequeno, a presença de corredores com equipamentos adaptados tem se tornado mais frequente.

7.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender as RS de corredores de rua construídas pelos próprios sujeitos e seus processos identitários, apresentamos, nesta análise, simultaneamente, os achados correspondentes a duas fases da pesquisa, quais sejam: a realização dos questionários de completamento de frases e das entrevistas. Apresentamos na Tabela 12 os universos semânticos do corpus da pesquisa organizados de acordo com as categorias temáticas emergentes, conforme proposta fundamentada por Bardin (2004).

Tabela 12 – Universos semânticos do corpus da pesquisa

Liberdade	Livre
Loucura	Doido, maluco
Vício	Endorfina, necessidade de correr
Projetos de futuro	Metas, desafios, superação
Corpo	Autonomia, apropriação do corpo, eu, estética corporal
Saúde	Bem-estar, prazer, terapêutico
Grupo	Amizades, socialização, família, solidários
Exemplo	Referência, deuses, super-homens
Treinamento	Preparação, rotina

Cada universo semântico foi analisado no conjunto das expressões em geral, e em particular, com aquelas com as quais estava relacionado. Assim, determinamos sentidos que diziam respeito apenas às duas frases que associavam o(s) corredor(es) de rua, e os outros se aproximavam das demais frases utilizadas como estímulos à evocação das palavras, articuladas à condição de *ser atleta*. Para tornar a apresentação dos dados mais clara, optamos pela exposição dos resultados sintetizados em dois blocos temáticos: **(1) o corredor de rua e suas diferenças: sentidos de liberdade, loucura e vício;** e **(2) ser atleta e corredor de rua: aproximações e tensionamentos nos processos identitários.**

A separação por blocos temáticos demarca sentidos que aproximam e distinguem os corredores de rua da condição de *ser atleta*, além de semelhanças compartilhadas, diferenças que sugerem uma condição singular aos corredores de rua.

7.5.1 O corredor de rua e suas ‘diferenças’: sentidos de *liberdade*, *loucura* e *vício*

As palavras evocadas pelos sujeitos da pesquisa no questionário de complemento de frases demonstraram sentidos recorrentes que dialogavam entre si, mesmo diante de diferentes expressões. A condição de *ser atleta* foi o foco evocado e as variações diziam das RS de corredores de rua articuladas em sistemas de representações de outros objetos sociais, e que também revelaram uma perspectiva singular de pertencimento/não pertencimento a um grupo.

Identificamos que as RS de corredores de rua e o seu reconhecimento enquanto grupo apresentam sentidos que se assemelham à condição de *ser atleta*, no entanto, *liberdade*, *loucura* e *vício* são atributos diretamente relacionados à corrida de rua pelos participantes dessa pesquisa, pela frequência e ordem de importância atribuída pelos participantes. Tais achados nos chamaram a atenção nos testes e nas entrevistas, e pudemos compreender que esses sentidos parecem justificar e tornar singular a atividade física da corrida de rua, e identificar os corredores como pessoas distintas das demais, por fugirem, “supostamente”, às regras e convenções dos esportes em geral.

7.5.1.1 O corredor de rua é *livre*

Na análise estrutural das RS de corredor de rua, em função da frequência e ordem de evocação, os resultados, conforme apresentado na [Tabela 13](#), mostram que os corredores de rua compartilham de um sentimento comum entre eles: a *felicidade*, palavra mais evocada para falar dos sentidos de pertencer à categoria social de corredor de rua. O sentido de ser *solidário* também aparece como elemento do núcleo central, sinalizando uma preocupação com o *outro* e condição do gênero humano, valorizada pelo grupo de corredores de rua.

Tabela 13 – Representações Sociais de corredor de rua

O corredor de rua é...					
Núcleo Central	Fx	O.I.	Primeira Periferia	Fx	O.I.
Feliz	37	2	Saúde	31	2,5
Vencedor	13	2,2	Determinação	23	2,5
Guerreiro	13	2	Persistente	15	2,9
Disciplinado	11	2,1	Amigo	14	2,5
Livre	10	1,9	Viciado	14	2,9
Desafiador	9	2,2	Focado	13	2,7
Resistente	8	2	Atleta	12	2,7
Solidário	8	2,4	Competitivo	10	2,9
			Apreciador da vida urbana	9	2,7
Elementos contrastantes	Fx	O.I.	Segunda Periferia	Fx	O.I.

Corajoso	7	2	Motivado	5	2,8
Apaixonado	6	1,2	Exemplo	5	2,8
Forte	6	2,3	Rápido	5	2,8
Superação	6	2,2	Incentivador	4	3,2
Louco	6	2,2	Solitário	4	2,5
Amador	5	2,4	Obcecado	2	3,5
Companheiro	4	2,2	Realizado	2	4
Dedicado	4	2,2	Qualidade de vida	2	2,5
Inspiração	3	2	De bem com a vida	2	3
Divertido	3	2	Correr com segurança	2	3
Disposto	3	1,7	Intenso	2	3
Chato	3	2,3	Agradável	2	4
Esforçado	3	2,3	Destemido	2	3,5
Sem limites	2	2	Cuidadoso	2	3
Atleta amador	2	1,5	Relaxado	2	2,5
Animado	2	2	Ousado	2	3,5
Aventureiro	2	2	Lindo	2	4
			Esperto	2	3,5

Ser *vencedor*, *guerreiro*, *disciplinado* e *resistente* possibilita uma aproximação à identidade social de atleta, na qual está arraigada uma série de características valorizadas socialmente no contexto esportivo de alto rendimento (FIALHO; PEREIRA, 2006; VALLE, 2003), conforme o modelo idealizado de atleta, e em outros espaços sociais em que os referenciais de sucesso orientam modos de ser e agir. Ser *livre*, também se apresenta como elemento constituinte do núcleo central, no entanto, tal condição demonstra ser um diferencial do corredor de rua, por só aparecer nas expressões relacionadas a essa atividade, assim como os sentidos de *vício*, presente na primeira periferia, e *loucura*, como elemento contrastante. Para tais aspectos, compreendidos como condições particulares do corredor de rua, foram desenvolvidas relações mais aprofundadas no decorrer da análise ora proposta.

A primeira periferia reforça os sentidos do núcleo central, com as características básicas da corrida de rua evidenciadas, na condição do corredor de rua, cujos atributos também são relacionados à identidade de *ser atleta: determinado, persistente, focado e competitivo* (AMBLARD; CRUZ, 2015). O sentido de saúde também foi enunciado com frequência alta, embora em termos de ordem de importância, não tenha sido tão valorizado a ponto de pertencer ao núcleo central, o que pode ser indicativo de que para os corredores de rua, o sentido de saúde é válido e importante, no entanto não está entre os fatores essenciais com os quais eles se reconhecem. Ser *amigo* e *solidário* (presente no núcleo central) demonstra o reconhecimento de dimensões pessoais também valorizadas no cotidiano desses sujeitos, ou seja, além de reconhecer-se como atleta, o corredor de rua também denota uma preocupação com a condição humana, valorizando o lugar do *outro* em sua vida.

Na segunda periferia, outros sentidos compartilhados pelo grupo de corredores de rua se aproximam do que, no senso comum, espera-se da condição de atleta: ser *motivado* e *exemplo* para os outros. As RS do corredor de rua como *intenso*, *obcecado*, *destemido* e *ousado* parecem anunciar o sentido de *loucura* apresentado no quadrante referente aos elementos contrastantes, composto por palavras menos recorrentes, porém hierarquizadas como muito importantes. Ainda na segunda periferia, a palavra *solitário* referencia a experiência de ser corredor de rua, uma atividade que, embora possa ser realizada em grupo, depende da autonomia do sujeito e de seu corpo para sua continuidade.

No que diz respeito ao corredor de rua representado como *livre*, o sentido de liberdade ganhou relevância na fala dos sujeitos entrevistados, o que possibilita compreender as nuances da *liberdade*, mencionadas pelos participantes da pesquisa. Interpretamos que os entrevistados consideraram a *liberdade* com variadas conotações: no treinamento, com a ausência de normas e de materiais e/ou equipamentos esportivos; nas relações; na interação com a natureza, bem como na imprevisibilidade que o contexto da rua propõe. Uma explicação é o contato com o desconhecido, que nos apresenta situações inesperadas, *desafiadoras* e, por vezes, desagradáveis, mas que podem ser minimizadas pelos ganhos decorrentes das sensações experimentadas na corrida de rua, conforme a fala de um dos corredores:

A corrida me faz bem, me faz pensar, me faz sentir livre até, sabe? Você correr e ir longe... dar uma doida dessa e correr 100km sem saber o que espera, sem saber se eu vou me quebrar, se eu vou ter alguma lesão... corrida de rua é uma liberdade que assim... é risco né? O trânsito, as calçadas... já fui assaltado... já levaram meu celular, outros atletas já me falaram a mesma coisa, mas mesmo assim vale a pena você correr (CR15.M40-45).

A sensação de liberdade e o convívio com o inusitado levam o corredor de rua a dizer que ela favorece o pensamento, bem como o próprio desligamento desse pensamento, ou seja, a corrida de rua oxigena o pensamento e leva o sujeito a não querer pensar. Uma entrevistada, ao falar de sua experiência na corrida de rua, refere:

[...] eu corro, eu penso em nada... então é aquele momento em que a minha mente consegue descansar, sabe? Às vezes eu corro muito tarde, 11h da noite, 11h e pouca, mas mesmo assim isso me ajuda muito, sabe? Sei lá... é como um momento meu. A corrida, pra mim, é um momento meu! (CR5.F18-25).

Relacionamos, assim, algumas contradições nesse contexto: pensar/não pensar, segurança/risco, certezas/dúvidas. Os corredores se apropriam da cidade e assumem os riscos desse espaço urbano, nos trazendo a compreensão da liberdade em seu sentido amplo: ônus e bônus, nas diversas situações da vida e do cotidiano. No caso da corrida de rua, ônus são os

riscos do espaço urbano nas grandes cidades, em seus contextos de violência e insegurança em relatos de situações de assalto, conforme mencionado em trecho de entrevista ou mesmo a (des)qualificação das vias e calçadas, pela falta de acessibilidade a todas as pessoas que desejam transitar pela cidade no exercício de suas atividades diárias e/ou na prática de atividades físicas de lazer.

Nesse quesito sentem especial dificuldade em realizar esse trânsito, as pessoas com deficiências e com qualquer dificuldade de mobilidade, como os idosos. Além disso, os maus tratos das vias e calçadas podem resultar em possíveis torções e fraturas, nas tentativas de os corredores lidarem com os desníveis das calçadas, ou em acidentes, pois, para evitar as condições inapropriadas das calçadas, costumam dividir o espaço das ruas com os carros. Um corredor sintetiza, em parte da sua narrativa, alguns dos riscos impostos pelas ruas:

[...] infelizmente não é completamente plano... é perigoso para o joelho, mas eu admiro quem corre na rua, acho que tem uma preparação melhor, são pessoas mais dispostas. Às vezes eu fico preocupado também por causa dos carros né? Porque uma vez já falaram para mim que pela manhã tem alguns aí que não dirigem bem... dirigir bem não, eles bebem né? Mas assim... a corrida eu acho que está em primeiro lugar para mim (CR16.M40-45).

O desgaste provocado no corpo, todavia, não diz respeito apenas às condições estruturais do ambiente, mas às influências que a prática extenuante de atividades físicas em nome dessa liberdade pode acarretar. Referimo-nos às lesões ocasionadas pelo excesso de treinamento capaz de esgarçar o músculo e trazer problemas à saúde. Ocorre que a preocupação principal dos praticantes de atividades físicas nesse nível, com exceção dos atletas do alto rendimento, na busca de melhorias em performances, muitas vezes tem sido a questão estética, em detrimento dos referenciais de saúde (BENTO, 2009) e a experiência dessa sensação de ser livre a despeito dos limites que o corpo impõe. A este respeito, a máxima constantemente evocada pelos atletas e praticantes de atividades físicas é “*no pain, no gain*”, que significa “*sem dor, sem ganho*”, o que atribui valoração importante à dor e a associa explicitamente como o bônus obtido. A dor parece compreendida como um processo natural do ser humano, sem o qual não obteria êxito na conquista de seus objetivos, sejam estes voltados à saúde, estética ou ao alto rendimento.

Os ideais de corpo perfeito difundidos pela mídia definem normas e padrões de beleza para todos, e as pessoas tentam se encaixar nesses modelos independentemente de suas condições biológicas, histórias e estilos de vida (NOVAES, 2010). Desta feita, o corpo aprisiona o sujeito, na medida em que ele fica limitado a uma condição imposta a si e da qual é difícil se desvencilhar. À Psicologia interessa saber o que está por trás da superação a

qualquer custo para conquistar o corpo ideal, por exemplo. Tomando Tavares (2008) como referência, compreende-se que a relação ambivalente prazer/dor pode ajudar nessa resposta, na medida em que o sentido positivado pelo prazer compensa a dor experimentada nas mais diversas situações, pois apenas com a experiência da dor e do antagonismo das experiências que lhe sucedem, os sujeitos podem valorizar os ganhos e sentimentos positivados que experimenta e que na superação estaria o cerne desse sentido de liberdade anunciado.

A dicotomia liberdade/aprisionamento através do corpo se torna evidente, pois se, por um lado, o sujeito lida com o aprisionamento e limitação do seu corpo, por outro lado, os movimentos corporais dos corredores de rua os possibilitam divagar, explorar territórios até então desconhecidos e experimentar o prazer provocado por tais experiências.

Como bônus, a liberdade remete à sensação do imprevisível, do imponderável e do prazer que essa ação de entregar-se a uma situação inusitada, em que tudo pode acontecer, proporciona. Nesse caso, a associação à imprevisibilidade que a realização de uma atividade ao ar livre propicia. O corredor de rua, em meio a um treino, num dia quente, pode ser surpreendido com um banho de chuva, refrescante e prazeroso; um treino realizado de forma solitária pode passar a ter a companhia de alguém que conhece e encontra por acaso ou de um desconhecido que lhe acompanha na atividade daquele dia. Trata-se da experiência em situações nas quais os sujeitos não têm controle e não conseguem prever, e que são vividas com muito prazer. Além disso, ser livre para eles e elas significa a sensação de plenitude não experimentada cotidianamente devido à falta de tempo para dedicar-se a si próprio, ao cuidado consigo, em face às condições da vida atribulada, na qual as pessoas são “obrigadas” a interagir com os espaços públicos ao ar livre, porém sem se darem conta das belezas naturais desse contexto.

A interação com a natureza torna-se escassa em um projeto de sociedade que vislumbra o desenvolvimento urbano e a construção de edificações em detrimento da preservação do meio ambiente e melhoria na qualidade de vida das pessoas. Se, anteriormente, o lazer das famílias e, especialmente, das crianças e adolescentes, costumava acontecer, mais frequentemente, nas ruas, na atualidade, ocorre em espaços privados, tais como: nos *shoppings*, nos prédios ou no ambiente doméstico, com os *games* disponibilizados por computadores, *tablets*, *smartphones* e todas as demais tecnologias digitais, para os que têm acesso.

Em movimento semelhante, o fomento à prática de atividades físicas tem se desenvolvido em academias de ginástica, espaços fechados e sustentados pela iniciativa privada, nos quais os sujeitos tendem a ficar confinados, com maquinários específicos à

realização dos treinos de musculação ou especialidades afins. Para Amaral (2014), o quantitativo de academias de ginástica aumentou consideravelmente, no entanto, nas falas dos entrevistados emergiu a busca por atividades ao ar livre, contrapondo-se ao confinamento dos espaços fechados em academias de ginástica e similares.

Este é um dos atrativos da corrida de rua, conforme mencionado por um corredor que compara a atividade praticada na esteira e na rua, na fala a seguir:

[...] na esteira você vai ficar parado, olhando para uma televisão ou olhando para um espaço físico específico como a frente da academia, e na rua você vai passando por diversos lugares, muda o ambiente, então é um negócio que motiva você a fazer mais tempo a corrida. Você em 1km, 2km, 3km, é sempre uma coisa diferente que você está vendo nesse percurso... você vai fazendo metas: “Ah, eu tenho que chegar naquele outro sinal, naquela outra esquina, em 2km”, enfim, você vai traçando e a gente vai... eu me sinto mais motivado a fazer uma corrida assim, como se passando por diversas paisagens, ambientes diferentes, e não ficar só na esteira que você vai correndo, correndo, e olha o tempo, a televisão, o tempo, a televisão (CR11.M25-30).

O relato do entrevistado põe em pauta o que é próprio da natureza humana e dos projetos de vida: a observação, a contemplação e o cumprimento de metas de curto e médio prazo que a realização de atividades físicas ao ar livre possibilita. Assim, envolvido com a corrida de rua e em meio à apreciação da vida urbana oportunizada por sua prática, os sujeitos tendem a atribuir um sentido mais positivado a tal experiência, pois, além de propiciar a interação com o espaço público, ainda facilita o planejamento e realização de metas relacionadas ao desenvolvimento da atividade e dos seus projetos de vida, também oxigenados.

Por uma parte, a corrida de rua parece libertar os seus praticantes das amarras impostas pelas convenções sociais nos espaços formais, o que inclui as relações interpessoais cotidianas e rotinas de trabalho também formalizadas. Por outra parte, para os profissionais atuantes na área da saúde, em especial aos graduados em Educação Física, o movimento de apropriação do espaço público pelos praticantes de atividade física se dá, aliado à sua ocupação profissional. Esses profissionais atentam para lugares com possibilidades de desenvolvimento de uma atividade diferenciada, no sentido de oportunizar experiências de interação com a natureza que parecem, inclusive, promover maior liberdade nas relações sociais.

Por essa argumentação acerca da liberdade entende-se que o ambiente fechado da academia de ginástica parece aprisionar e influenciar a qualidade das interações ali construídas. Relata o corredor:

[...] eu não gosto de fazer musculação, não gosto de fazer tal exercício porque você está num ambiente fechado, porque você não interage muito. É sempre aquela mesma coisa, e na corrida não, está sempre... você vai correr na rua, vai correr na Jaqueira, mas é sempre uma experiência diferente, nunca é a mesma coisa. Você está correndo com uma pessoa, daqui a pouco passa outra correndo, aí você está correndo com ela e no intervalo está trocando uma ideia com alguém, aí sai para correr junto. Eu acho que esse é o grande diferencial da corrida, por isso que a gente vê cada vez mais grupos de corrida crescendo (CR7.M25-30).

A diferença dos espaços físicos é mobilizadora (ou não) das interações sociais, seja pela mobilidade de fluxo de pessoas circulantes, pela possibilidade de novos agrupamentos e reagrupamentos, ou ainda, conforme mencionado por Polonia e Dessen (2005), pela estrutura (in)formal dos espaços, que tende a influenciar na liberdade da compreensão dos afetos, da expressão de sentimentos e das trocas emocionais.

No contexto das atividades físicas, em especial àquelas praticadas ao ar livre, como é o caso da corrida de rua, as pessoas podem se unir a outras e facilitar a interação entre elas. A presença do *outro* nos treinamentos pareceu um marcador expresso na fala dos sujeitos, pois dizem que a companhia alavanca o desempenho quando têm a oportunidade de correr juntos. Em ambientes fechados, a exemplo da sala de musculação citada pelo entrevistado, cada sujeito segue o seu treino individualmente, em um espaço permeado por máquinas por toda a parte, que sinalizam impedimentos à circulação e interação entre as pessoas. A atenção dada aos espaços físicos nos parece ser um aspecto de fundamental importância à Psicologia, por abarcar a diversidade de espaços sociais e a influência destes contextos nas relações e jeitos de ser dos sujeitos.

Em outro extrato de fala de um participante da pesquisa, a corrida de rua remete à liberdade porque parece concretizar a livre comunicação entre os seus praticantes, independente de haver uma relação já estabelecida anteriormente; permite o estabelecimento de vínculos, inicialmente superficiais e possibilita o agrupamento a outras pessoas. Conforme dito pelo entrevistado,

[...] na corrida você conhece gente quase que diariamente porque é um esporte que você sai pelo meio da rua correndo, de repente já conhece gente que se junta a você também e daqui a pouco você está num grupo grande conhecendo literalmente ali dois ou três. Todo mundo ali é amigo, digamos assim, dali da prática de esporte né? (CR1.M30-35).

Nesse relato, a velocidade e o dinamismo das relações sociais construídas tendem a ser permeadas por sentidos de fluidez e provisoriedade no pertencimento a determinados grupos (BAUMAN, 2005, BAUMAN; MAY, 2010) que, embora aparentem superficialidade nas

relações, podem ser aprofundados mediante o fortalecimento dos vínculos ou mesmo pela satisfação com o provisório, em situações e interações momentâneas que são valorizadas e “suficientes” aos sujeitos, a exemplo das possibilidades viabilizadas pelas tecnologias digitais e, em especial, pelas redes sociais, em que as pessoas têm milhares de “amigos”, espetacularizam a vida privada, em busca de aprofundamento nas interações virtuais, clamando por cuidados, na exposição de momentos de tristeza e melancolia, de desespero, anteriormente, vivenciados apenas no âmbito privado.

A busca pela interação rápida, fluida, fugidia, parece satisfatória, pois, se, por um lado, algumas relações podem ser aprofundadas com o início de um contato mais íntimo e público ao mesmo tempo, por outro lado, o sentido de pertencimento já existe e cumpre papel importante na vida dos sujeitos, marcados por um “[...] espaço-tempo emergente, global e instantâneo, o espaço-tempo eletrônico, o ciberespaço” (SANTOS, 2005, p. 88), que cria ritmos diferenciados. Protestamos as circunstâncias, no campo das tecnologias digitais, dessa fluidez e provisoriedade das relações, que parecem ser suficientes ao pertencimento dos sujeitos nos grupos constituídos não apenas por laços de amizade, mas por conotações diversas. Assim, os integrantes dos variados grupos não precisam tecer vínculos afetivos construídos em relações pessoais duradouras, pois as aproximações podem se constituir de modo instantâneo, por meio de processos de identificação plurais, transitórios e fugazes (SANTOS, 1999; BAUMAN, 2005).

Consideramos, portanto, que a corrida de rua oportuniza aos seus praticantes o conhecimento de muitas pessoas, por transitarem nos espaços públicos e, de certo modo, identificarem-se pela categoria social de corredor de rua, tornando-os mais livres para o desenvolvimento de interações. Essa atividade física oportuniza a convivência em grupo, inclusive o uso de duas expressões semelhantes, com diferenças marcadas apenas por estarem no singular e no plural, justificou-se pela necessidade de compreender os seus sentidos a partir da identificação dos sujeitos numa perspectiva pessoal (*eu*) e social (*nós*), na qual eles se reconhecem nos grupos aos quais se sentem pertencentes, de acordo com a perspectiva de Tajfel (1982).

O reconhecimento da pertença social ocorre pela disciplina nos treinos, gosto pela atividade e estilo de vida saudável; possibilitando, ainda, a valorização dos sujeitos, na medida em que os atributos apreciados na prática constante da atividade física são referenciados no contexto atual de sociedade, como requisitos exigidos para serem consideradas pessoas produtivas e de sucesso, no âmbito profissional: elas precisam ser *fortes, determinadas, focadas e disciplinadas*. Nesse sentido, os modos de ser e conviver do grupo de

corredores de rua têm repercussões na vida e identidade dos sujeitos. Essas palavras foram respondidas pelos participantes da pesquisa e integram a primeira periferia das RS de corredores de rua (Tabela 14), juntamente com outros atributos positivados no contexto social partilhado atualmente, em que as pessoas precisam ser *competitivas*, *vencedoras* e reconhecidas como *exemplo* às demais para serem mais valorizadas.

Tabela 14 – Representações Sociais de corredores de rua

Os corredores de rua são...					
Núcleo Central	Fx	O.I.	Primeira Periferia	Fx	O.I.
Felizes	38	2,3	Determinados	21	2,6
Amigos	28	2,2	Viciados	14	2,8
Saúde	23	2,2	Disciplinados	13	2,7
Unidos	18	2,2	Vencedores	13	2,7
Companheiros	14	2,1	Solidários	12	2,4
Grupo	14	2,2	Fortes	12	2,4
Loucos	11	2	Competitivos	10	2,9
Atletas	10	2	Incentivadores	9	2,4
Guerreiros	9	2,2	Exemplo	8	2,4
Família	9	2,2	Focados	8	2,8
Elementos contrastantes	Fx	O.I.	Segunda Periferia	Fx	O.I.
Superação	7	2	Persistentes	6	2,5
Resistentes	5	2,2	Adversários	6	3,2
Livres	5	2	Treinados	5	2,8
Desafiadores	5	1,8	Apreciadores da vida urbana	4	2,8
Dedicados	4	2,2	Objetivos	3	3,7
Fenomenais	4	2	De bem com a vida	3	2,7
Apaixonados	4	1	Parceiros	3	3,3
Motivados	4	2,2	Saudáveis	2	3
Ativos	3	2,3	Incansáveis	2	2,5
Corajosos	3	1,7	Dispostos	2	3
Chatos	2	2,2	Obcecados	2	3
Esforçados	2	1,5	Ousados	2	3,5
Gente boa	2	1,5	Comunicativos	2	3,5
Bem-estar	2	1,5	Realizados	3	3
Objetivo	2	1	Educados	2	3
			Animados	2	3,5
			Autônomos	2	3

Parece ambíguo que, além dos corredores de rua anunciarem todas essas características que reforçam referenciais meritocráticos, até mesmo em situações destinadas ao lazer, ao mesmo tempo também atribuem à categoria social que pertencem a qualificação de *solidários*. Na fala do CR12, o apoio de outros corredores e amigos é fundamental ao exercício da atividade física, conforme trecho de entrevista:

É muito bom correr em grupo, dá uma sensação de que você está sempre... e correr com os amigos é melhor ainda porque você está sempre com pessoas que estão ali lhe apoiando, com pessoas que dividem o mesmo prazer pela

corrida... gostar de dividir com você as conquistas que você faz... isso é muito gratificante.

Compartilhar com os *outros* o prazer pela corrida também se mostra como um valor aparente na fala do entrevistado, o que interpretamos como um fator facilitador ao exercício da *solidariedade*, reforçada pelo reconhecimento dos corredores de rua como *amigos, família, grupo, unidos, companheiros*, conforme apontamento do núcleo central das RS. Assim, na organização dos elementos constituintes deste núcleo, a palavra mais presente nesse quadrante aponta os corredores de rua como *felizes* e, como sistema representacional, emergiu sem que houvesse estímulo, o sentido de *família* que prevalece como mais significativo pela recorrência quando somados os termos que poderiam ser agrupados em uma categoria temática. Este sentido se assemelha às RS de família, tecidas por adultos, que a concebem como sinônimo de amor, solidariedade, união e amizade (RIBEIRO; CRUZ, 2013; VASCONCELOS, 2013).

A associação dos corredores de rua à *saúde* também é bastante conhecida no senso comum, já que as atividades físicas são constantemente relacionadas a essa concepção. Esse dado apenas comprova o pensamento social compartilhado de que ser saudável inclui a prática de atividades físicas (NAHAS, 2013) e é compreendido como uma qualificação dos corredores de rua. Há, portanto, um sentido de reforço à autoestima, com repercussões na construção da subjetividade e da própria sociedade, pois as pessoas passam a ser reconhecidas pela valoração positiva impetrada às condutas que são cultuadas nos grupos (TAJFEL, 1982), assim como, passam a influenciar a população, lançando a construção de novas referências e valores sociais, como é o caso, também, dos benefícios associados à prática de atividades físicas em grupo (NAHAS, 2013).

Tal possibilidade nos parece interessante pelo viés da sociabilidade, conforme abordado pela literatura (WEINBERG; GOULD, 2008), mas também pelas possibilidades de desenvolvimento pessoal que o pertencimento ao grupo promove à identidade dos sujeitos, seus modos de ser e viver. Pertencer a um grupo de corrida de rua específico ou a categoria social de corredores de rua garante aos sujeitos um *status* de reconhecimento e identificação com os pares, permitindo-lhes o desenvolvimento de contatos com pessoas conhecidas ou não, a qualquer momento, em parques públicos, ruas ou outros ambientes informais que oportunizem a prática de tal atividade.

A partir da aparente semelhança de gostos e hábitos, no momento em que estão todos correndo, o sentimento aproxima e une pessoas que nem se conhecem, mas se reconhecem na

prática da corrida de rua, cuja valoração positiva é atribuída ao “ser corredor” e ao desejo de fazer parte desse grupo. A sociabilidade possibilita, portanto, a ampliação das interações, da expressão de afetos, das identificações e novas referências aos sujeitos, entretanto, também restringe, pois pertencer a um grupo circunscreve certas condutas e normas internas de funcionamento que limitam os seus integrantes a um jeito de ser que seja compatível ao seu pertencimento.

A análise dos dados nos permitiu a compreensão de que, na Tabela 13, o sentido de liberdade aparece presente no núcleo central, enquanto que, na Tabela 14, surgiu como elemento contrastante, ou seja: se, numa perspectiva individual, esse sentido aparece com uma ocorrência maior, quando associado ao grupo, mostra-se menos frequente. Tais aspectos sinalizam duas questões relevantes: a primeira diz respeito à análise de um objeto social que, a partir da mudança de perspectiva, da condição individual à grupal, reorganiza a estrutura das RS; a segunda demonstra que a *liberdade* pensada a partir do pertencimento a um grupo parece levar os sujeitos a uma limitação construída por pertencer a uma categoria social que, por sua vez, compartilha comportamentos e sentimentos. De certo modo, a prescrição de condutas nos grupos tenciona a aproximação das experiências subjetivas. Assim, compreendemos que o sentido de *liberdade* continua a existir, e com elevada importância, muito embora ele seja tensionado pela presença do *outro* que, em certa medida, convencionou padrões de conduta para continuar pertencente àquele grupo.

As alusões à liberdade e à disciplina no núcleo central das RS de corredor de rua também revelam ambiguidade: ser *disciplinado* remete a uma dimensão técnica relativa ao desenvolvimento da rotina de treinamentos dos corredores, semelhante aos sentidos compartilhados sobre *ser atleta*; e, simultaneamente, a liberdade que leva à transgressão de alguns parâmetros desenhados na prática dessa atividade. Um corredor discursa sobre sua experiência com a corrida de rua, e discorre acerca da *disciplina* requerida e ao mesmo tempo de modo contraditório revela que essa atividade permite a transgressão às normas, o que reforça o sentido de ser livre nesta atividade:

[...] eu nunca segui planilha... eu vejo o pessoal falar muito em planilha, mas realmente eu não quero pra mim, eu não quero obrigação, eu quero o prazer de correr, a hora que eu puder, que eu programar pra ir correr. Eu não quero nada com planilha, eu acho que planilha é uma obrigação, e eu quero correr não é por obrigação não, é por prazer mesmo. Eu tenho 52 anos, não tenho esse negócio de bater meta, bater tempo... eu já acho que corro bem demais, então é correr por prazer (CR3.M50-55).

O contraditório aparece por meio da dialética *disciplina/liberdade*, ou seja, apesar dos corredores de rua terem ciência de que a prática desta atividade inclui uma série de requisitos que são valorizados por eles, a autonomia se mostra na escolha e no poder decisório sobre o que lhes é conveniente. Apesar de considerarem a disciplina dos treinamentos necessária, não se sentem reféns desse processo, mas autores. Os corredores experimentam buscar o prazer e, por isso, se sentem satisfeitos e livres, na autoria de suas vidas.

O entrevistado em questão é um dos exemplos do conjunto de entrevistas que nos faz refletir sobre a liberdade como sinônimo de prazer e sobre a corrida de rua como prática sugestiva de um processo de autonomia na construção da atividade física, pois, o sujeito assume um posicionamento sobre suas escolhas, independente das orientações e objetivos que os profissionais têm para ele, como se soubesse o que precisa ser feito exercesse autoria e responsabilidade sobre suas decisões. Tal condição parece garantir a continuidade da corrida de rua como uma atividade de lazer, dando a impressão que uma mudança nesse sentido a transformaria em uma obrigação e perderia, portanto, o caráter de atividade livre, atraente e divertida, conforme indicações de Dumazedier (2012) e Caillois (1958/1990).

A fala do corredor denuncia como a busca incessante pelo alcance de objetivos predeterminados pode aprisionar o sujeito e transformar uma atividade lúdica em obrigatória. Nesse caso, em uma mesma atividade representada pela mudança de sentido atribuída à sua prática, o *homo ludens* daria lugar ao *homo faber*, o que, para Huizinga (1938/2000) não seria possível haja vista a sua compreensão do jogo como anterior a cultura e que, por isso, não seria influenciado por condições externas. Segundo Huizinga (op. cit.), todos os jogos respondem às mesmas necessidades e atitudes psicológicas dos sujeitos, o que diverge da concepção de Caillois (1958/1990), que prevê condições diferenciadas a depender dos desejos relacionados à participação dos jogadores.

Na fala de uma corredora, sentir-se *livre* significa não depender de regras, materiais e/ou equipamentos esportivos ou de alguém, além de si próprio; ter autonomia em suas escolhas, respeitar o seu limite, independente das condições externas, conforme podemos verificar nos trechos a seguir:

Uma coisa que, desde o início, eu fiz questão é de não depender de nada sabe? Não depender de fone de ouvido... e ser eu e eu, mesmo. Aí eu tenho problema de respiração e me falaram “Bota aquele negocinho”, eu disse “Eu não quero isso não porque no dia que eu não tiver, eu não vou correr né?” E é isso, eu depender de mim, só. Eu tenho relógio, corro de relógio, mas às vezes eu tiro, eu prefiro até sem... eu prefiro correr sem nada, sem pochete, sem relógio... livre, livre mesmo... tiro o óculos, fico sem enxergar muito bem e vou-me embora... tem um sentido de liberdade... muito bom, muito bom (CR10.F50-55).

Na perspectiva da entrevistada, ela não quer se prender a nenhum bem material, pois o seu desejo é de liberdade que se aproxima da ideia de corpo primitivo, por se tratar de um corpo completamente livre, sem amarras, sem adereços, sejam estas amarras representadas pelos materiais esportivos que tendem a “facilitar” o desenvolvimento da atividade, por seus utensílios usuais ou, o sentido mais ampliado, por tudo o que simbolicamente é representado por tais objetos, dada a dependência desenvolvida por eles e dos quais os sujeitos não conseguem mais se desvencilhar.

A fala de outra entrevistada nos remete à questão dos cuidados com o corpo, que não envolvem preocupações quanto à estética corporal, nem tampouco à saúde, mas uma prática de cuidado voltada para si, para que possa se sentir viva: cuidar de si, no sentido de integralidade humana e do bem-estar físico, social e emocional envolvido nesse processo que ajuda a relaxar de toda a tensão provocada pelas atividades cotidianas e profissionais, especialmente. Nesse caso, correr na rua tem o sentido mais profundo, terapêutico, e envolve a independência e a liberdade de viver e cuidar de si, conforme mencionado pela corredora de rua:

Com a corrida eu me sinto bem, me sinto viva. [...] o se sentir viva que eu falo é na questão de fazer algo por mim. Que eu estou fazendo algo por mim, entendeu? Pelo meu corpo, porque eu sinto que ele tem essa necessidade, de ter uma atividade livre disso daqui [referindo-se a academia de ginástica], livre de maquinário, livre de regras... eu faço as minhas regras lá, eu vou no meu limite, então eu me sinto viva (CR8.F18-25).

Nesse extrato de entrevista, a corrida de rua teve o sentido de suprir necessidades pessoais relacionadas aos processos de autonomia, apropriação de si e do próprio corpo. Ser autônomo e autor da própria história, com liberdade, sem amarras sociais e na transgressão aos padrões de referência no conjunto da sociedade, ou seja, ser singular, o que leva a uma aproximação do sentido de loucura que foi compartilhado entre os participantes e é discutido a seguir.

7.5.1.2 Os corredores de rua são *loucos*

Iniciamos a discussão sobre o sentido de *loucura* associado aos corredores de rua, partindo da reflexão de sua organização na estrutura das RS. Quando relacionamos à perspectiva individual provocada pela frase “O corredor de rua é...”, a resposta *louco* foi pouco evocada, embora destacada na hierarquização dos sujeitos que a mencionaram, compondo um dos elementos contrastantes juntamente com *sem limites*, *aventureiro*, dentre

outros. Tais palavras nos ajudam a refletir sobre o sentido de *loucura* como uma condição divergente daquela comumente normatizada pela maioria das pessoas, como doença/transtorno mental/sofrimento psíquico, o que acaba por reforçar o núcleo central com o sentido de *liberdade, desafio*, conforme discutido e apresentado anteriormente na Tabela 13.

Na expressão “Os corredores de rua são...”, a palavra *loucos* aparece no quadrante referente ao núcleo central das RS, com o sentido semelhante ao de Porter (1991, p.13), que prevê o uso da denominação “[...] loucos como nome genérico para toda a gama de pessoas consideradas, de uma maneira ou de outra, anormais nas ideias ou no comportamento”, conforme explicitado anteriormente na Tabela 14. Anormal, aqui, não está ancorado na perspectiva de normalidade x anormalidade, no sentido patológico, mas da diferença, variação daquilo que não é convencional ou esperado pela maioria das pessoas que compartilha de uma cultura regida pela ordem e disciplinamento nas ideias, normas de comportamento e de convivência predominantes.

Os outros termos que constituem o núcleo central apresentam coerência de sentidos, por referenciar os corredores de rua como *felizes, amigos, unidos, companheiros* e *grupo*. Quando a frase a ser completada não previa a condição do grupo, a *loucura* não apareceu como elemento central, ou seja: o louco não existe isoladamente, pois, assim como as demais pessoas, ele também influencia e é influenciado pelo contexto sociocultural com o qual está envolvido, na medida em que “[...] incorpora e transforma os valores e aspirações de sua família, sua tribo e sua sociedade” (PORTER, op. cit., p. 11), sem viver à margem da sociedade, conforme crença antiga compartilhada pelos psiquiatras, psicanalistas, e difundida na sociedade.

A concepção de loucura ora discutida diverge da perspectiva médica e normativa, da psiquiatria clássica, que prevê um padrão de normalidade. É o não olhar para a diferença que entoa o estigma de irracionalidade a ser combatido pelas convenções e pela lógica racional, ambas difundidas nos padrões valorados positivamente pela sociedade. Todavia, esse sentido

“[...] Seria equivocado, e de um sentimentalismo vulgar, apressar-se a concluir que a voz do louco é a voz autêntica do excluído, de que de algum modo a loucura lidera o coro dos protestos contra a consciência dominante da elite e, de fato, canta a canção do reprimido.” (PORTER, op. cit., p. 09).

A loucura traz, portanto, o sentido de liberdade em que não disciplinar-se ao que costuma ser convencionalmente aceito, haja vista a expectativa de linearidade nos modos de ser e agir reforçados cotidianamente pela sociedade.

Desta feita, os corredores de rua se reconhecem como diferentes da maioria das pessoas, e tal distinção se apresenta cotidianamente com questionamentos oriundos daqueles com quem convivem sobre suas rotinas diárias organizadas em prol da corrida de rua, que incluem, dentre outros aspectos, hábitos de treinamento, descanso e alimentação saudável. Assim, os participantes da pesquisa em suas falas justificam a rotina cansativa de treinos e, inclusive, a abdicação de rituais ditos “normais” nos finais de semana, como o agito noturno da sexta-feira à noite, o consumo de álcool, por exemplo, já que no sábado pela manhã costuma haver treino. Na fala de uma das entrevistadas, a importância da corrida de rua no seu cotidiano fica clara, na explicitação da rotina de treinos que se segue:

Hoje eu corro três vezes por semana, e duas vezes por semana eu vou para academia. Agora mesmo, dia 12 de junho, eu vou para a maratona de Porto Alegre, aí hoje, por causa da maratona, eu tenho começado o treino mais cedo ainda, então o horário do grupo normal é 5h30 e o professor pediu para eu começar às 5h, então tem eu e outras pessoas que estão treinando também... tem um grupo que já começa mais cedo, aí depois a gente acompanha o grupo todo no treinamento normal, para cumprir a quilometragem. E aos sábados geralmente tem aqueles treinos de sábado e a gente começa mais cedo ainda para poder fazer uma rodagem maior (CR4.F40-45).

O tempo livre dos corredores de rua é construído de forma distinta dos padrões sociais hegemônicos, dadas as escolhas que estes fazem para si: nos finais de semana, pois as possibilidades de lazer são pensadas de acordo com a agenda de treinos e participações em eventos de corrida de rua. Para outro participante da pesquisa, a corrida de rua está entre as prioridades da sua vida, compondo sua rotina diária, como verificado no trecho da entrevista:

[...] correr é tudo na minha vida, eu que não tenho esse negócio de sair para a farra, essas coisas... minha vida é trabalho, correr, ir à Igreja e estar com a minha família. É o meu dia a dia, e eu agradeço muito a Deus por isso. São coisas importantes demais para mim, para minha família... coisa rara de ouvir isso, não é não? Não é não? [risos] (CR3.M50-55).

Nesse caso, o corredor de rua mostrou-se ciente das diferenças de seu estilo de vida em relação às outras pessoas. Percebemos, em sua fala, o reconhecimento em torno da diferença do lazer compartilhado pela maioria das pessoas, referente às saídas para a “farra”, bem como à avaliação positiva que faz de sua rotina, evidenciando, novamente, satisfação com suas escolhas. Há, ainda, aqueles corredores que tentam unir o lazer da família à corrida de rua pelo fato de terem ciência que o tempo dedicado a essa atividade faz falta na vida social da família e, por isso, buscam formas de agregar o lazer de todos e/ou realizar programas diferentes dos habituais. Relata um corredor: “[...] hoje eu sou um cara, e conheço

diversos também, que procura corridas de rua em outras cidades para servir até como um lazer para a família, para levar a família para conhecer outros lugares tendo uma ‘desculpa’ para ir né, um bom motivo para ir” (CR1.M30-35). O reconhecimento de um atributo em outros corredores de rua sinaliza a preocupação e identificação do grupo como se fosse a sua família.

O sentido de *louco* reconhecido pelos corredores de rua se refere à conscientização de que eles se relacionam com a atividade física de modo diferente do convencional, por assumirem hábitos que destoam do padrão da sociedade, inclusive, se colocando em situações de riscos iminentes, conforme podemos verificar na fala de um deles:

[...] diz quem em sua consciência lembra de 4h30 numa terça-feira, numa quinta-feira, para ir correr e fazer tantos quilômetros? Chuva? Não tem chuva, não tem sol! Agora mesmo, antes da gente começar, eu tava ali vendo as redes sociais, aí tinha a chamada: “XXX [referência ao nome do grupo] não é de açúcar, a chuva não vai atrapalhar.”, e tu viu que passou todo mundo aí né? [se referindo ao grupo que passou correndo, na chuva, naquele momento da entrevista], Então, para a gente não tem isso! Eu já peguei treino de escapar de um desabamento ali na BR, que é o que a gente vai fazer sábado agora: TIP em direção a São Lourenço e retorna, e aí foi no ano passado que teve uma chuva que alagou a cidade toda e a gente correu nela. E aí num trecho que a gente tava passando, deu uma... ohh, não foi aquele desabamento, mas caiu de lá de cima, eu tive que ir na BR com risco dos carros né? Coisa de doido... é ou não é? (CR15.M40-45)

A loucura costuma ser percebida por um patamar de não compreensão, conforme afirmado por Porter (1991) e, por isso, o distanciamento e exclusão dos loucos da sociedade no passado. Afinal, em um contexto social que preza a ordem, a transgressão provoca o desequilíbrio e vislumbra mudanças nos padrões de hegemonia tão preservados. Esta representação de loucura pode ser interpretada também pelo rigor no cumprimento às regras porque, independente do horário, das condições climáticas e do sentimento de insegurança que uma prática de atividade física ao ar livre pode proporcionar, o hábito de correr nos dias programados para isso se mantém. Aqui, mais uma vez, o sentido de *liberdade* e de *loucura* convergem, pois, nem mesmo a condição de imprevisibilidade da natureza limita os corredores em suas possibilidades, qualificando-os e, portanto, diferenciando-os dos demais ditos “normais”.

O sentido positivado de tal diferenciação eleva os corredores de rua a um patamar de excentricidade e superioridade, por mostrarem-se em um movimento oposto ao praticado cotidianamente, nas experiências de lazer e busca de prazer. Tal interpretação se mostra compatível àquela adotada na pesquisa de Cruz e Maia (2011) sobre os sentidos de genialidade e loucura dos professores de matemática. Naquele estudo, os professores eram vistos como pessoas com níveis de inteligência muito superiores, anormais, devido ao fato de

ninguém conseguir compreender suas aulas. Aos alunos, restava a aceitação de sua mediocridade e, aos professores, a consagração de gênio, por isso, incompreendido.

A superioridade, aqui, não é no sentido comumente tratado pela prática esportiva e competitiva, ou seja, não se refere ao desempenho superior que um sujeito tem quando numa disputa, mas a valoração de suas condutas, hábitos e um modo de ser que lhes é peculiar. Nesse sentido não se trata de performances sobre-humanas, nem tampouco de medalhas, recordes, referências comuns no esporte de alto rendimento. Os parâmetros valorizados pelos corredores de rua dizem respeito aos aspectos subjetivos de superação pessoal, na rotina e cotidiano dos treinos, nas conquistas pessoais, nas formas de lidar com as dores provenientes da prática de atividade física e elevação dos limites do corpo, ao extremo.

Na análise da fala de um dos entrevistados, a prática da corrida de rua pode ser justificada e compreendida de maneira plena, apenas com a experiência de ser corredor, sem o alcance de algo concreto, conforme mencionado em trecho da entrevista que se segue:

Eu escuto muito por aí: “Pô, eu acho um negócio de doido, a pessoa sair para correr na rua...” ou então: “o cara sai correndo na rua atrás de nada...”, feito o meu pai mesmo dizia. O meu pai dizia: “Se colocarem uma bola na frente eu saio correndo atrás dela, mas correr atrás do nada?” Até o dia que ele começou a praticar também, então hoje o meu pai tem 65 anos e corre 5km por dia (CR1.M30-35).

O que os corredores de rua dizem em sua singularidade é embora não tenham objetivos palpáveis, estão em busca de algo, correm em busca de prazer, de *liberdade*, de *saúde* e de tantos outros fatores que julgam importantes para si e para o seu bem-estar. Estes sentidos se ancoram em referenciais essenciais à condição humana e trazem sentido às experiências cotidianas valorizadas pelos sujeitos.

Entre os corredores, o padrão de sanidade/loucura parece ser interpretado também pelos quilômetros percorridos, bem como sobre as referências compartilhadas sobre superação de limites. No trecho a seguir, fica clara tal análise:

Achava até meio sem noção a quantidade de quilômetros que eles corriam, achava meio que loucura, um pouco assim. [...] hoje eu ainda acho isso loucura: ele deu 60 voltas aqui na Jaqueira para comemorar 60 anos... foi... aí eu disse: “Eu vou dar 10 voltas com esse velho doido!”... aí a partir dessas 10 voltas eu disse: poxa, dá para eu correr com a turma dx XXX [referência ao nome do grupo de corrida]” (CR7.M25-30).

O extrato da entrevista desse corredor nos faz refletir sobre as condições saudáveis da prática de atividade física, seus benefícios reconhecidos até certo nível de prática, pois, a depender de variáveis como intensidade, frequência e duração, os limites salutares podem ser

excedidos (NAHAS, 2013) e causar danos aos sujeitos. De modo recorrente, tais limites são ultrapassados por corredores de longas distâncias, seja em treinos ou eventos esportivos como é o caso da realização de maratonas e ultramaratonas, com alta probabilidade da ocorrência de lesões musculares e ósseas.

O sentido de liberdade se mostra tão forte na prática da corrida de rua que amplia ainda mais a dimensão de libertar-se dos pensamentos, das amarras sociais, que se aproxima da loucura e tende a restringir o ser humano em suas possibilidades. Nesse sentido, compreendemos que

[...] a consciência dos loucos confronta a dos sãos, constituindo uma espécie de corredor de espelhos. Quando justapomos a mente do insano contra a da razão, da sociedade e da cultura, vemos duas facetas, duas expressões, dois rostos, cada um questionando o outro. Se a normalidade condena a loucura como sendo irracional, subumana, perversa, a loucura tipicamente responde na mesma moeda, tem o seu próprio *tu quoque*. Como criança brincando de adulto, o louco ressalta as hipocrisias, os comportamentos dúbios e a desatenção absolutamente insensível da sociedade sã (PORTER, 1991, p. 09).

No conjunto das falas podemos afirmar que há nesses participantes a busca incessante pela superação de limites, até mesmo do próprio corpo, sem nenhum tipo de preocupação com a incidência de lesões, o que denota a tentativa do sujeito em libertar-se também do corpo que os aprisiona. Nesse sentido, a lesão, por vezes, ocorre devido ao esgarçamento provocado pela liberdade, ou pela não consideração desse corpo que restringe, limita. Outra possibilidade de interpretação dessa questão é viabilizada pela compreensão de vício, a qual refere à prática da corrida de rua uma condição de dependência, bem-estar e satisfação pessoal que a atividade física proporciona.

7.5.1.3 Os corredores de rua são *viciados*

A análise estrutural das RS de corredor(es) de rua demonstrou o sentido de *vício* que apareceu na primeira periferia, tanto na referência realizada ao corredor de rua numa perspectiva pessoal, singular, no uso da expressão “O corredor de rua é...” (Tabela 13), quanto no sentido de grupo, associado a expressão “Os corredores de rua são...” (Tabela 14).

O *vício*, segundo os participantes da pesquisa, não se refere à prática das atividades físicas de modo geral, mas à corrida de rua em particular, haja vista que essa palavra não se fez presente como elemento constituinte do núcleo central e primeira periferia das demais expressões. Na frase “*Nós, como atletas, somos...*” apareceu, na segunda periferia, a palavra

viciados, o que não nos parece emanar tanta representatividade, quando comparamos os achados, por ser um quadrante em que as palavras existentes apresentam baixa frequência e ordem de importância. O sentido de *vício* está associado também a outro fator, não justificado fisiologicamente, que é a *superação* envolvida nesse processo.

A *superação* é compreendida no sentido mais amplo do termo, tendo em vista que a preocupação dos corredores de rua não é com a superação do *outro* com quem compartilham os espaços públicos, seja em momentos de treino ou de competição, mas com a *superação* de seus próprios objetivos e limites. Diz um corredor:

A corrida é viciante, a partir do momento em que você começa a correr, a se superar, a ver que está lhe trazendo prazer, você começa a querer correr novas distâncias. [...] Depois de correr 21km, eu nunca pensei em correr os 42km, mas como eu disse a você: é viciante, a corrida é viciante! [...] E eu vou correr 42km aos 42 anos de idade, esse é o meu próximo objetivo (CR12.M40-45).

As referências utilizadas para prescrever características, práticas e condutas dos sujeitos envolvidos com as atividades físicas dizem respeito aos valores do esporte de alto rendimento, como: força, esforço contínuo, determinação e superação de limites (VALLE, 2003). Assim, os corredores de rua, na busca pela identificação como grupo social avaliado positivamente pelo conjunto da sociedade, se submetem a determinadas condições que se aproximam dos atletas do alto rendimento, com a experiência de dores intensas em momentos da prática de corrida, bem como na convivência com lesões. Questionamos sobre como tais experiências aparentemente negativas sinalizam sentidos positivados relacionados a prática de corrida de rua, pois, mesmo em situações em que a prática de tal atividade parece ser lesiva à saúde, os corredores costumam não aceitar tal condição, seguindo com a rotina normalmente, conforme mencionado por um dos entrevistados: “[...] mesmo que você se machuque, você continua no processo de correr. O que me mantém correndo é... a corrida é viciante. Ela é apaixonante” (CR13.M30-35).

Há uma relação de dependência aparente compreendida pelos corredores, como um *vício*. Um corredor refere-se a este processo:

A atividade física vem num momento de direcionar meu impulso, na linguagem psicanalítica, então eu corro por necessidade. [...] uma necessidade de controlar meu impulso... minha pulsão é muito forte, então eu tento canalizar para o esporte. Eu preciso do esporte. E, dentro do esporte, aquele que é mais... que tem maior gasto calórico, me mantém mais calmo, mais controlado, vem daí fazer (CR9.M40-45).

O entrevistado (CR10.F50-55) fala, portanto, de uma necessidade pessoal como uma situação de vício, dependência, e se refere à corrida de rua como canalizadora, mobilizadora do controle de impulsos, de agressividade ou de qualquer que seja a natureza do seu descontrole. Na voz de outro corredor, a associação da corrida de rua ao uso de medicação também qualifica tal atividade como terapêutica, contribuindo ao seu bem-estar e com repercussões ao seu estado emocional positivo, conforme analisado em parte de sua narrativa:

[...] [a corrida] faz parte da minha vida e tenho... ainda convivo... eu sei que eu tenho o problema da depressão e que, a qualquer momento, ele pode... mas... com a corrida... ela vem sendo um remédio, entendeu? Se eu deixar de vir correr, eu passo o dia mal. Um dia que tem treino mesmo, na terça-feira, eu não vim e perdi de começar o dia bem, entendeu? (CR7.M25-30).

Diferentemente do uso de drogas lícitas e ilícitas, *ser viciado* em atividade física, na visão dos praticantes de corrida de rua, parece proporcionar benefícios à saúde e estética corporal, apresentando um sentido positivado, terapêutico, prazeroso e que, portanto, é reforçado para o sujeito alcançar a sensação de bem-estar desejada. Na fala de uma corredora, explicitada a seguir, o sentido positivado se mostra bem aparente: “Eu não gosto de me viciar em nada não, sabe? Só em corrida mesmo está bom” (CR10.F50-55).

A justificativa do *vício* anunciada pelos corredores significa a liberação de endorfina, hormônio responsável pela sensação de prazer e bem-estar (NAHAS, 2013), o que resgata, nesse caso, a história com a corrida de rua, que vai da dor ao prazer:

Lógico que no início foi difícil, dolorido, mas, acima de qualquer coisa, foi prazeroso... você sentir a endorfina dentro de você funcionando, você sentir aquele prazer de estar fazendo uma atividade que está lhe fazendo bem, apesar de muitos médicos, muitos segmentos, muitas literaturas dizerem que o ser humano não nasceu para correr né? Mas é uma prática que me fez bem, eu me sinto bem praticando a corrida, coisa que eu já faço há muito tempo (CR14.M55-60).

Esse corredor apresenta controvérsias da literatura na área das atividades físicas, sobre a corrida de rua, e sugere que tal prática provoca malefícios à saúde, baseado na justificativa de que a corrida não seria uma atividade própria da natureza humana. A análise ora proposta defende que a prática de atividade física contraria explicações clássicas da Psicologia, como é o caso da Psicanálise e a teorização em que o sujeito humano busca o prazer e foge da dor. Há, portanto, duas polarizações: prazer e dor, que passam a ser naturalizadas no campo da atividade física e vivenciadas de forma recorrente pelos seus praticantes, sem que haja o monismo do prazer *versus* dor/desprazer, pois as sensações são experimentadas ao mesmo

tempo, rompendo com a lógica unilateral de explicação da espécie humana, dada a sua complexidade.

A ambiguidade provocada pela relação dor/prazer é fundamental à compreensão dessas experiências, pois a intensidade dessas sensações só é possível pelas emoções antagônicas que as mesmas provocam nos sujeitos. Após a experiência da dor, o sentido de liberdade e o prazer experimentado são tão intensos que parecem recompensar os momentos significados como negativos, no auge da dor (TAVARES, 2008). Relacionamos, portanto, que o desejo contínuo do treino e da corrida, aqui compreendido também como vício, oportuniza vivenciar novamente todo esse processo e dá continuidade à prática da corrida de rua, bem como à participação em outras atividades físicas que podem ser justificados pelo sentido positivado de superação da dor, ou seja, pelas experiências de libertação e prazer experimentados pelo corpo e pela mente.

7.5.2 Ser atleta e corredor de rua: aproximações e tensionamentos nos processos identitários

O questionário de completamento de frases apresentava algumas expressões com a finalidade de investigar os sentidos de *ser atleta* e suas relações com as identidades construídas pelos corredores de rua. A partir da expressão “*Ser atleta é...*”, foi possível compreender as RS de *ser atleta*, e, assim, relacioná-las à identidade pessoal e social construídas pelos participantes. Com vistas ao entendimento da identidade pessoal, analisamos as respostas apresentadas na frase “*Eu, como atleta, sou...*”, e, para o reconhecimento e diferenciação dos corredores de rua enquanto sujeitos pertencentes ou não a determinados grupos, focamos nas expressões: “*Nós, como atletas, somos...*” e “*Eles, como atletas, são...*”. Já na expressão “*Eu gostaria de ser visto como...*”, buscamos realizar análises das referências idealizadas sobre si, numa perspectiva ampliada de sujeito em que não previmos a condição do corredor de rua apenas, mas a possibilidade de inclusão dos contextos de vida diversos com os quais os sujeitos interagem.

7.5.2.1 Os sentidos de *ser atleta*

Na análise estrutural das RS de *ser atleta*, conforme explicitado na Tabela 15, segundo os corredores de rua *ser atleta* é sinônimo de *saúde* e *bem-estar*.

Tabela 15 – Representações Sociais de *ser atleta*

Ser atleta é...					
Núcleo Central	Fx	O.I.	Primeira Periferia	Fx	O.I.
Saúde	56	1,6	Determinação	21	2,4
Superação	46	2,3	Desafiador	15	2,8
Disciplina	22	1,7	Foco	14	2,4
Dedicação	15	2,3	Ser feliz	12	2,5
Bem-estar	14	2,1	Alcançar objetivos	11	2,9
Prazeroso	11	2,3	Compromisso	10	2,9
			Persistência	10	2,6
Elementos contrastantes	Fx	O.I.	Segunda Periferia	Fx	O.I.
Qualidade de vida	7	1,7	Disposição	7	2,7
Estilo de vida	6	2,2	Treinar	7	2,6
Amor	5	1,6	Fazer amigos	6	2,7
Vida	4	1,8	Competitivo	5	2,6
Terapêutico	3	2,3	Motivante	4	3,2
Ser dedicado	2	2	Abdicar	4	2,5
Treino	2	1,5	Ativo	4	2,5
Sacrifício	2	2	Emocionante	3	3,7
Coragem	2	1,5	Diminui estresse	3	3
			Excelente	3	3
			Guerreiro	3	3
			Cansativo	2	3
			Endorfina	2	2,5
			Perseverar	2	3
			Gratificante	2	2,5
			Autoconfiança	2	4
			Bom	2	3
			Divertido	2	2,5
			Viver bem	2	4
			Lazer	2	4
			Desgastante	2	2,5

Tais sentidos reforçam aqueles apresentados às RS de corredor(es) de rua, tanto na perspectiva pessoal quanto de grupo, consolidando ainda mais a associação direta entre saúde e prática esportiva ou de atividades físicas que, inclusive, foi pauta de discussão em pesquisas anteriores (AMBLARD; CRUZ, 2015; MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015; NAHAS, 2013).

No núcleo central, a presença de outros elementos como *superação*, *disciplina* e *dedicação* nos apresenta a prevalência da *superação* nas RS de *ser atleta*, pois, quando comparada ao sentido de *saúde*, apontado com maior recorrência e importância pelos participantes da pesquisa, verificamos que tanto a organização do núcleo central quanto da primeira periferia reforçam o sentido de *superação*, junto aos requisitos que um atleta precisa apresentar para lidar com a rotina exaustiva compartilhada por eles, quais sejam: *determinação*, *foco*, *compromisso* e *persistência*.

Na compreensão das RS de *ser atleta*, a identificação apenas do núcleo central não é suficiente, analisamos a organização dos demais elementos também considerados

estruturantes. Ou seja, embora a organização do núcleo central não tenha apresentado *superação* como elemento mais recorrente e relevante para os sujeitos, outros conteúdos do próprio núcleo central, bem como da primeira periferia corroboraram o que essa palavra representa para os corredores de rua.

É interessante perceber que, no estudo apresentado por Amblard (2012), no qual se investigou os sentidos de vitória e derrota para atletas do alto rendimento, a capacidade de *superação* se mostrou como um marcador essencial àquele grupo de adolescentes, na medida em que o seu significado se estendia para além de momentos de competição, possibilitando aos atletas lembranças de circunstâncias difíceis da trajetória esportiva, quais sejam: ter de superar treinamentos exaustivos, dores, dificuldades e situações inesperadas.

Na mesma perspectiva, *ser atleta*, segundo os corredores de rua, envolve também *superação* que diz respeito ao nível pessoal. Na análise dos demais elementos que compõem o núcleo central e sua periferia mais próxima, todas as palavras remetem a uma condição própria dos sujeitos, em que o *outro* não é visto como ameaça, no sentido competitivo. No trecho de entrevista que se segue, a *superação* pessoal é o principal marcador relativo à atividade da corrida:

[...] qual é a sensação de correr? É uma sensação de você estar competindo com você mesma. Outra dia eu tava até conversando, eu não sei se é bom ou se é ruim, mas eu não sou de competir com ninguém, não me interessa quem é melhor ou quem é pior do que eu, acho que nem... porque também quando a gente tem maturidade, a gente tem que ser a gente mesma. E aí eu fico competindo comigo mesma... até que ponto eu chego? Eu não faço a competição de tempo, eu faço a competição de chegar, para mim, eu tenho que chegar... tenho que chegar e não andar, independente de quanto tempo... (CR10.F50-55).

Nesse caso, a competição existe, mas uma competição em que o *outro* social não ocupa o lugar de adversário. Trata-se de uma disputa pessoal, com o objetivo de cumprir metas estabelecidas previamente e que dizem respeito ao sujeito, como chegar ao fim do percurso e/ou não andar. Para os corredores de rua, *ser atleta é prazeroso, desafiador, ser feliz e alcançar objetivos*. Deste modo, tanto os corredores de rua se veem como atletas, haja vista as semelhanças no cotejo das RS de *ser atleta* e de corredor(es) de rua, quanto os sentidos que eles compartilham sobre *ser atleta* refletem o contexto vivenciado por eles na prática da corrida de rua.

Na segunda periferia, a relevância da convivência, da sociabilidade e da afetividade se mostraram evidentes na associação de que *ser atleta é fazer amigos, emocionante, excelente, bom, gratificante, diminui estresse, divertido*. Tais palavras denunciaram compatibilidade com o núcleo central e também com os elementos contrastantes, haja vista a positividade dos

sentidos apresentados em todos os quadrantes. Nos elementos de contraste, as RS sociais de *ser atleta* se referem a um *estilo de vida*, seu efeito *terapêutico*, a melhoria na *qualidade de vida*, conforme o seguinte trecho de entrevista:

[...] eu acho que o mais bacana da corrida é a qualidade de vida que ela traz para você, que diz respeito a saúde, que diz respeito a parte social, que diz respeito ao seu psicológico também, então ela termina funcionando como um remédio para muita coisa... um remédio do ponto de vista da saúde porque você termina melhorando as questões de alimentação, de descanso (CR13.M30-35).

Ser atleta envolve ainda o *amor à vida* que, aliado ao conjunto de palavras, interpretamos como um cuidado de si: cuidado este que pode ser representado por um sentido *terapêutico*, com a finalidade de libertar-se dos níveis de estresse e demais preocupações cotidianas. É também um cuidar do corpo ancorado nos padrões difundidos pelo estereótipo de atleta, segundo Tubino (2007), condizente com o lema do ideal olímpico, “Citius, Altius, Fortius”, traduzido como “o mais rápido, o mais alto, o mais forte” e que resume modos de ser e agir desde então valorizados no contexto esportivo. Tais referências são difundidas nas modalidades esportivas e nas práticas de atividade física, realizadas por atletas e/ou praticantes com qualquer finalidade, e dizem respeito a um julgamento baseado em expectativas sociais sobre a condição de *ser atleta* que traz consigo uma série de normativas a serem cumpridas. Na avaliação de uma corredora sobre esse olhar do *outro*, temos:

[...] Eu acho que qualquer pessoa... nem precisa ser o atleta declarado, de uma modalidade, mas assim... por exemplo, se você treinar na academia, com regularidade, se você tiver esse cuidado... pronto, acho que o pessoal já tem esse olhar. É atleta, se cuida, e se você sair dessa rotina, o pessoal já classifica como desleixado... ah, está largado na vida, desistindo... (CR5.F18-25).

Interpretamos que o sentido de cuidado protege o núcleo central de mudanças nas RS, pois justifica a prática de esportes ou da atividade física. *Ser atleta*, portanto, significa cuidar de si, mesmo que para os *outros* essa forma de cuidado pareça *vício* ou *loucura*.

7.5.2.2. Reconhecimento e alteridade na construção das identidades: *eu, nós, eles*

A análise estrutural das respostas evocadas à frase “Eu, como atleta, sou...”, referente à Tabela 16, sugere semelhanças às RS de *ser atleta*, ou seja: os requisitos considerados relevantes aos atletas são também considerados na identidade pessoal dos corredores de rua,

quais sejam: a *disciplina*, a *determinação* e a *dedicação* exigida no cotidiano de treinos e exigências que a prática de atividade física regular prescreve.

Tabela 16 – Identificação dos corredores de rua como atletas

Eu, como atleta, sou...					
Núcleo Central	<i>Fx</i>	<i>O.I.</i>	Primeira Periferia	<i>Fx</i>	<i>O.I.</i>
Feliz	42	2,3	Focado	29	2,6
Disciplinado	37	2	Persistente	22	3
Determinado	30	2,1	Competitivo	15	2,6
Saudável	25	1,8	Motivado	14	2,5
Dedicado	19	1,9	Esforçado	14	2,6
Guerreiro	9	1,9	Ativo	11	3,1
			Disposto	9	3,2
Elementos contrastantes	<i>Fx</i>	<i>O.I.</i>	Segunda Periferia	<i>Fx</i>	<i>O.I.</i>
Realizado	8	2	Vencedor	7	3
Forte	6	1,7	Exigente	5	2,6
Amigo	5	2	Companheiro	5	2,6
Comprometido	5	2,2	Sociável	5	3,2
Alcançar objetivos	4	2,2	Paciente	5	2,6
Equilibrado	3	2,3	Solidário	5	2,6
Superação	3	1,7	Incentivador	3	3
Desafiador	3	2,3	Preguiçoso	3	3,7
Leal	2	2	Apaixonado	3	2,7
Desafiado	2	1,5	Alegre	3	3
Ansioso	2	1	Sonhador	3	4
Fiel	2	2	Cuidadoso	2	3
			Integrado	2	3
			Malhado	2	3
			Amador	2	3
			Satisfeito	2	3
			Destemido	2	3
			Resistente	2	3,5
			Relaxado	2	4

Acreditamos que a palavra *guerreiro* complementa a ideia de atleta que luta por seus objetivos e ideais, bem como sugere ancoragem na expectativa social sobre a ação dos atletas: que eles se comportem como verdadeiros *guerreiros* em grandes batalhas, heróis, deuses, conforme preconizado por Rúbio (2001).

As identificações como atleta *saudável* e *feliz* também apareceram como elementos constituintes do núcleo central. Vale salientar que as referências à saúde e felicidade também foram relacionadas às RS de *ser atleta*, no entanto, naquela ocasião, estas compuseram a primeira periferia na organização da estrutura das RS, o que, na compreensão que apresentamos acerca do tema mostram-se com sentidos e interpretações compatíveis e coerentes. Para os corredores de rua, a identificação como atleta os permite a prática da corrida de rua como uma escolha de lazer ativo, com a qual podem experimentar situações

que promovem melhorias substanciais à sua vida, tanto no que diz respeito aos ganhos relacionados à saúde quanto a sua qualidade de vida, na qual um sentimento positivado como a felicidade tende influenciar, dado o caráter subjetivo desse construto, conforme ressaltado por Nahas (2013).

Ao analisarmos a primeira periferia, constituída por palavras como *ativo*, *disposto*, compreendemos que elas justificam as referências feitas à saúde dos sujeitos (no núcleo central) que, conforme a OMS (1946/2016) e Nahas (2013), concebemos a partir da perspectiva de integralidade, na qual não prevemos a cisão corpo/mente, uma unidade que interage entre si e sofre mútuas influências. Nos trechos seguintes de entrevista, integralidade corpo/mente é evidenciada através dos efeitos positivos da prática da corrida de rua:

[...] eu acho que essa coisa de você estar sempre em movimento, e a corrida tem isso... ajuda na vida, porque se você parar... você parado, sem fazer exercício físico ou parado em casa ou o que for, a mente não roda tanto quanto quando você está em atividade (CR2.M40-45).

Essas mesmas palavras *ativo* e *disposto* sugerem a dinâmica na atividade física que pode ser compreendida com outro sentido que diz respeito aos requisitos interpretados como fundamentais à condição de *ser atleta*, quais sejam: *ser focado*, *persistente*, *motivado* e *esforçado*. Interpretamos que os corredores de rua se reconhecem nesses requisitos, assumindo a categoria social de atleta a partir de um modelo de sucesso, idealizado e disseminado no/pelo senso comum, todavia, também convivem com o sentido de *competividade*, tipificado ao esporte de alto rendimento.

Os corredores de rua, portanto, ao se identificarem como atletas, parecem assumir esse estereótipo, inclusive, distanciando-se dos sentidos que compartilham sobre *ser atleta*. Ou seja: se, nas RS de *ser atleta*, o sentido de superação mostrou-se como fundamental à sua constituição, na identificação como atletas, os corredores de rua se veem como *competitivos*, assumindo as expectativas sociais gestadas no entorno do esporte de alto rendimento, bem como em outros contextos nos quais excessiva valorização é dada aos resultados, às performances exitosas e ao sucesso nas práticas realizadas.

Na análise estrutural da expressão “Eu, como atleta, sou...”, o núcleo central e a primeira periferia apresentaram elementos que se aproximam de uma perspectiva estereotipada de atleta, enquanto que, na segunda periferia e nos elementos contrastantes, os sentidos de singularidade em coautoria com os pares foram mais explicitados. No caso dos elementos de contraste, o sentido de *superação* aparece sinalizado não só pela palavra em si, mas por outros termos que se aproximam da ideia de *superação* pessoal, como: *alcançar*

objetivos, desafiador, desafiado e ser forte. A análise da fala de um dos corredores explicita a condição de inacabamento humano e a busca constante por novas metas, realizações, portanto, o contexto da corrida de rua se apresenta como mais um dentre tantos outros que possibilita aos sujeitos se desenvolverem e traçarem metas e projetos de vida para o futuro:

[...] assim como na corrida, em tudo na vida, você estabelece metas, e é aquela vontade de alcançar aquela meta é que faz você continuar. Então, na verdade, não está atrelado àquela situação em si, está atrelado a uma meta... pode ser para qualquer coisa, então eu imagino que é muito mais do ser humano de querer sempre... de nunca estar satisfeito com o que ele tem e ele sempre quer buscar alguma coisa a mais, em qualquer esfera, quando ele direciona isso para a corrida, consequentemente, a permanência no esporte mantém... a vontade de você conseguir novos desafios é o que mantém você continuando com os treinos de corrida (CR13.M30-35).

Ainda no quadrante dos elementos contrastantes, a identificação dos corredores de rua como *amigos* e *leais* traz um sentido novo e divergente daqueles apresentados no núcleo central e na primeira periferia, tanto na análise dessa frase quanto na daquela destinada à compreensão das RS de *ser atleta*. Naquele momento, uma dimensão da afetividade e da sociabilidade foi explicitada devido ao sentido positivado da segunda periferia que, por sua vez, contava com a resposta *fazer amigos*. No caso da expressão “Eu, como atleta, sou...”, o sentido de socialização na atividade física emergiu na amizade evidenciada, também, na segunda periferia, simbolizada pelas palavras: *companheiro, sociável, solidário e integrado*, como se apresenta em parte da narrativa de um participante:

[...] quando você faz algum esporte, o pessoal conversa... a terapia não é só o esporte em si... é a conversa também, e os amigos que você faz. [...] eu fico satisfeito, converso com meus amigos... aqui eu acho que as pessoas estão mais interessadas no outro, de escutar. [...] não é só correr... você vai escutando uma conversa que tem atrás de você ou na frente, você conhece alguém do que começa a bater um papo do nada e a contar sua história de vida, então para mim foi muito bom... uma emoção e sentimento bem positivo mesmo [referindo-se ao seu início na corrida de rua] (CR2.M40-45).

Os resultados apresentados à expressão “Nós, como atletas, somos...” foram organizados na Tabela 17, de acordo com o reconhecimento de pertença dos corredores de rua no *endogrupo*.

Tabela 17 – Reconhecimento de pertença no *endogrupo*

Nós, como atletas, somos...					
Núcleo Central	Fx	O.I.	Primeira Periferia	Fx	O.I.
Amigos	46	2	Felizes	31	2,4
Unidos	30	2,2	Companheiros	26	2,6
Equipe	30	1,8	Solidários	19	2,4

Saudáveis	24	1,9	Competitivos	14	2,9
Família	13	1,9	Determinados	13	2,7
			Incentivadores	13	2,5
			Fortes	12	2,4
Elementos contrastantes	Fx	O.I.	Segunda Periferia	Fx	O.I.
Disciplinados	8	1,8	Focados	8	2,8
Dedicados	7	2	Treinados	8	2,6
Exemplo	5	1,8	Motivados	8	2,8
Amadores	4	1,2	Guerreiros	7	2,7
Adversários	4	2,2	Persistentes	7	2,7
Superação	3	2,3	Esforçados	6	2,5
Confiantes	2	2	Ativos	4	3,2
Entusiasmados	2	2	Vencedores	4	2,5
Ótimos	2	2	De bem com a vida	3	2,7
			Loucos	3	3
			Alcançar objetivos	3	3
			Divertidos	3	2,7
			Apoio	2	2,5
			Viciados	2	3,5
			Resistentes	2	4
			Respeitosos	2	4
			Menos estressados	2	3
			Autoconfiantes	2	3
			Sonhadores	2	3,5
			Insuportáveis	2	2,5
			Capazes	2	2,5
			Dispostos	2	2,5
			Comprometidos	2	2,5
			Alegres	2	3
			Participativos	2	4
			Parceiros	2	3
			Cansados	2	3

O reconhecimento dos corredores de rua como atletas provoca mudanças significativas na organização do núcleo central e demais estruturas que auxiliam a compreensão do sentimento de pertença anunciado pelos sujeitos. Se, nas RS de *ser atleta* (Tabela 15), interpretamos que os corredores de rua atribuíram maior importância à *superação* pessoal, com a presença das palavras *superação*, *disciplina* e *dedicação* no núcleo central, quando eles se reconhecem como atletas há uma reelaboração cognitiva e afetiva sobre a experiência de *ser atleta*, pois, nesse caso, o sentido de *família* construído a partir da constituição de vínculos nas relações sociais (CARVALHO et al., 2006; VASCONCELOS, 2013) apareceu como mais significativo pela frequência e ordem de importância do que as palavras *família*, *amigos*, *unidos* e *equipe*. Embora a sua prática não esteja condicionada à presença de outra pessoa, pertencer a um grupo, estar/correr com o *outro* agrega valor à atividade física e ao sujeito:

[...] a corrida é um esporte individual, mas não é um esporte solitário. Eu acho que é individual assim... que é um esporte que só depende de você... você não depende de mais ninguém, mas quanto mais pessoas têm ao seu

redor, quanto mais gente contigo, você se motiva mais. [...] aí tem o momento de descontrair e tal, depois do treino, de ficar conversando... eu sinto muito isso: é um esporte que cada um tem o seu ritmo, seu treino, sua individualidade biológica, mas as pessoas se motivam mais correndo juntas, então é individual mas não é solitário... você está sempre com alguém (CR6.M18-25).

Os elementos que compõem a primeira periferia evidenciam compatibilidade com o sentido positivado de *família* recorrente no núcleo central, através das palavras *companheiros*, *solidários*, *incentivadores* e apresentam expressões com sentidos novos, distintos daqueles relacionados ao núcleo central. Os corredores de rua reconhecem que *ser atleta* envolve uma série de requisitos a serem cumpridos e, quando se sentem pertencentes a essa categoria social, seus modos de ser evidenciam diferenças na dimensão motivacional e técnica, dada a ênfase nas características que precisam assumir para conseguirem se *superar*. A dimensão afetiva e social se reconhecendo como atletas e ao mesmo tempo, como pares, assegura valoração positiva no reconhecimento, pelos vínculos afetivos tecidos entre eles no cotidiano dos treinos e eventos de corrida de rua. Para Carvalho, o vínculo é conceituado como “[...] um padrão diferencial de interações entre parceiros em uma situação social, expressando seletividade em relação a certos parceiros ao longo de um período de tempo” (CARVALHO et al., 2006, p. 595).

O reconhecimento entre eles existe, tanto entre os que já treinam juntos em grupos de corrida, quanto entre os que se conhecem por acaso, pelas ruas ou parques da cidade e aproximam-se pelo reconhecimento e identificação como corredor de rua e atleta, conforme diz um corredor:

[...] correr em grupo é outra *vibe*. É uma sensação muito massa porque você está sempre estimulado, você sempre encontra alguém num ritmo ou que lhe estimule a correr um pouco mais forte ou que você não está tão bem e aí tem uma pessoa que tem um ritmo um pouco mais leve e você vai com uma pessoa... sempre você se encaixa com alguém, tem sempre uma companhia, então é massa (CR7.M25-30).

Os marcadores de pertença social a esses grupos (TAJFEL, 1982) que constroem uma denominada cultura esportiva são: a prática da corrida de rua como atividade física de lazer; a identificação com um estilo de vida que é configurado por hábitos no exercício contínuo de atividade física e, em certa medida, na busca por uma alimentação saudável; mudanças nas atividades sociais, devido às necessidades relativas a descanso; indumentária comum entre eles/elas, em que prevalece um padrão estético de roupas e calçados. Assim, o sentimento de pertencimento promove nos sujeitos a avaliação positiva do *endogrupo* e, num contraponto

dessa questão, ao *outro* grupo, reconhecido como *exogrupo*, os sujeitos costumam atribuir características menos valorizadas no contexto com o qual interage, afinal, o olhar para si com positividade promove maior satisfação quanto ao sentido de pertencer/não pertencer aos grupos.

Outro elemento do núcleo central, o reconhecimento dos corredores como atletas saudáveis, reforça o achado anterior referente aos sentidos compartilhados sobre *ser atleta*, que aproxima o significado de esporte e atividade física ao patamar de *saúde*, bem-estar (NAHAS, 2013). Na perspectiva de Berger e Luckmann (2012), interpretamos que a identificação como atletas possibilita aos corredores de rua a construção e o pertencimento a uma comunidade de vida guiada pelo compartilhamento de sentidos de um estilo de vida ativo, *saudável*, o qual é valorizado positivamente pelos seus integrantes, inclusive, no fomento à criação de ações que auxiliem no prolongamento dessas relações sociais, nas quais aspectos como durabilidade e estabilidade são referenciados.

Os encontros que acontecem entre os corredores, após os treinos ou em datas comemorativas, podem ser compreendidos pelo viés de construção de vínculos que creditam confiança às relações sociais pela identificação nas práticas cotidianas, o que propõe o reconhecimento entre os sujeitos. Para a formação das comunidades de vida há um mínimo de compartilhamento de sentido, entretanto, o movimento social de pluralidade de sentidos, impulsionado pelas mudanças socioculturais constantemente apresentadas e pelo posicionamento dos sujeitos nas interações sociais, ressignifica essa construção de vínculos e, nesse caso, a superficialidade das relações com os encontros casuais ou fortuitos já são suficientes para haver identificação. Um corredor de rua pode, ainda, identificar-se com uma comunidade pela apresentação de requisitos e rotinas semelhantes entre eles, dispondo de condições para conservar sua contínua autoidentificação como corredor de rua.

Os atributos relacionados à categorização social de atleta demonstram ao mesmo tempo além da dimensão socioafetiva, a tônica da competitividade compatível com as palavras constitutivas da primeira periferia: *força, determinação, competitividade*. A segunda periferia complementa o repertório de características explicitadas na primeira periferia e valorizadas no esporte de alto rendimento, o que reforça o estereótipo de atleta como *focado, treinado, motivado, guerreiro, persistente, esforçado, ativo, resistente, capaz, comprometido, disposto*.

Os elementos contrastantes também se encaminham na mesma direção de reforço desses atributos valorados socialmente como referenciais importantes à conquista do sucesso, ou seja, o reconhecimento dos corredores de rua como atletas os caracterizam como

disciplinados, dedicados, confiantes, superação, exemplo e ótimos. A palavra, *adversários*, na zona de contraste, se contrapõe aos sentidos das palavras consideradas como mais relevantes ao reconhecimento da pertença social de atletas, pelos corredores de rua.

A organização dos quadrantes pode ser interpretada como um ataque ao núcleo central ou, ainda, como um processo de resistência e proteção deste núcleo, justificado pela tentativa de que os corredores de rua se reconheçam como atletas, de acordo com as características hegemonicamente valorizadas no conjunto da sociedade, reproduzidas pelo contexto do esporte de alto rendimento e também valorizadas no certame da atividade física de lazer. Essa referência de alta performance pode ser interpretada como construída no funcionamento do cotidiano de seus praticantes que se ancoram nos padrões da lógica de consumo da sociedade em geral.

Na análise dessa mudança de sentidos no núcleo central, afasta-se a perspectiva da performatividade e rendimento para a ênfase se voltar para as relações sociais e afetivas o que significa uma possível ruptura com as normativas e/ou convenções sociais. Os corredores de rua se reconhecem como atletas e, ao mesmo tempo, os sentidos de *liberdade e loucura* se mostraram recorrentes e singulares da condição do corredor, ou seja, o realce a aspectos da subjetivação humana. Tal achado nos aponta que há sistemas representacionais envolvidos no objeto RS de corredor de rua, por se articular em redes de significados de *ser atleta, ser solidário, ser diferente*.

Interpretamos que há resistência dos corredores de rua à lógica reprodutora do modelo de treinamento e rotina dos esportes de alto rendimento na esfera do lazer, pois, embora haja o reconhecimento e inserção como atleta, há transgressão aos padrões ditados pela lógica industrial, capitalista e meritocrática, o que nos leva a creditar um peso qualitativo aos processos de subjetivação envolvidos nessa prática social.

Quando os corredores de rua responderam à frase “Eles, como atletas, são...”, referente ao *exogrupo*, o reconhecimento da diferença provocou uma reestruturação cognitiva sobre os sentidos atribuídos ao *outro* social, conforme apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 – Alteridade dos corredores de rua na relação com o *exogrupo*

Eles, como atletas, são...					
Núcleo Central	Fx	O.I.	Primeira Periferia	Fx	O.I.
Amigos	29	2,1	Exemplo	28	2,4
Determinados	23	2	Fortes	13	2,5
Competitivos	21	2,2	Focados	11	2,7
Felizes	20	2	Guerreiros	11	3,1
Saúde	15	1,6	Companheiros	11	2,6
Disciplinados	14	1,9	Vencedores	11	3,3

Dedicados	11	2,1	Incentivadores	10	2,7
Treinados	10	1,6			
Unidos	9	2,1			
Adversários	8	2,1			
Elementos contrastantes	Fx	O.I.	Segunda Periferia	Fx	O.I.
Inspiração	7	2,3	Solidários	6	3,2
Objetivo	7	1,9	Resistentes	5	2,8
Persistentes	7	1,7	Esforçados	5	2,6
Equipe	5	2,2	Desafiadores	4	3
Superação	4	1,8	Loucos	4	3
Família	3	2,3	Competentes	3	4
Ídolos	2	2	Rápidos	3	3,3
Saudáveis	2	1	Grandes	3	3,3
Qualidade de vida	2	2	Motivados	3	2,7
Sonhadores	2	1,5	Amadores	2	2,5
Regulares	2	1,5	Chatos	2	3,5
Pessoas	2	1	Sem limites	2	3
Profissionais	2	2	Ativos	2	3,5
Lindos	2	2	Importantes	2	2,5
			Apaixonados	2	3
			Comunicativos	2	2,5
			Recordistas	2	3
			Dispostos	2	3,5

O embasamento na TIS sugere que, a partir da pertença a um grupo, o sujeito se reconhece pelo lugar particular que o referido grupo ocupa na sociedade. A pertença ao grupo, por si só, não garante uma identidade social positiva, pois, para isso, se compara com *outro* grupo, o que favorece a avaliação do grupo de pertença. Desta feita, no caso do sujeito avaliar positivamente o grupo do qual faz parte, em detrimento daquele ao qual não pertence, aumenta a identificação de cada sujeito com o *endogrupo*. Em contraposição, uma avaliação positiva do *exogrupo* enfraquece a imagem positiva do grupo de pertença (TAJFEL, 1982).

Nos achados, os atletas do *exogrupo* são reconhecidos como *determinados*, *competitivos*, *disciplinados*, *dedicados*, *treinados* e *adversários*. Tais palavras compõem o núcleo central e se referem aos requisitos valorizados no esporte de alto rendimento e na identidade social de atleta. Ressaltamos a ausência desses elementos no núcleo central das RS de corredor de rua em relação ao *endogrupo* e que, ao mesmo tempo em que os atletas são vistos como adversários, também são *amigos*, *unidos*, *felizes*, o que demarca o esporte de alto rendimento como um contexto no qual a competitividade impera de modo distinto da corrida de rua em que aspectos como a sociabilidade e a afetividade são valorados positivamente.

Interpretamos, portanto, que há um núcleo central positivado na associação ao *exogrupo*, entretanto, nas análises das frases anteriores, compreendemos que a atribuição de palavras com sentidos de sociabilidade e afetividade denotam maior positividade do grupo de

pertença, na comparação *endogrupo/exogrupo*. Além disso, o sistema de representações associado aos sentidos dos corredores de rua se entrecruza a outros objetos sociais: a identificação dos corredores de rua com os atletas e, da mesma forma, se distinguem das atribuições referentes à identidade de *ser atleta* nos sentidos de *liberdade*, *loucura* e *vício* que os singulariza na autonomia e nos processos interativos com autoria.

A primeira periferia reforça a identidade social positiva do *exogrupo*, a partir do reconhecimento do *outro* como *exemplo*, *guerreiros*, *vencedores*, consolidando o lugar de grupo de referência, atribuído no cotidiano aos atletas do alto rendimento. Dentre os marcadores que evidenciam as diferenças entre o grupo de pertença/não pertença está a performance que um atleta é capaz de desempenhar, um patamar a atingir em uma meta longínqua, como explicita o entrevistado em parte de sua narrativa:

[...] quando eu cheguei na linha de chegada, eu olhei para cima... tava em quase 50 minutos, eu disse: “Meu Deus do céu...”, meu pulmão tava a mil, querendo... procurando fôlego para poder respirar, e eu disse: “Meu Deus do céu, como é que uma pessoa, um ser humano normal, consegue correr 5, 10, 21, 42km, participar de ultramaratona e consegue concluir tão rápido? E eu nos 5km com certa dificuldade... (CR12.M40-45)

Esse ideal a atingir não bloqueia a performance e ao contrário, age de maneira mobilizadora para que o atleta/corredor de rua continue na superação de seus tempos e ritmos próprios. Outro corredor deixa clara essa diferenciação entre os corredores, diretamente relacionada ao preparo para participar dos treinos e provas de corrida de rua. Nesse caso, um atleta amador que, embora compartilhe dessa atividade física por lazer, se distingue pelo nível de rendimento apresentado. Diz ele: “[...] tem os níveis de atleta né? Se você sabe quem é XXX, possivelmente ele seja um atleta que vai fazer os 100km direto. Como vai ser meu primeiro, eu imagino que eu não vou fazer direto, conseguir completar ela sem andar... eu imagino...” (CR15.M40-45). Compreendemos, portanto, o rendimento como um referencial para comparar os sujeitos/grupos e demarcar a sua pertença a um ou *outro* grupo, todavia, o parâmetro é contingenciado à história de vida de cada corredor.

A segunda periferia e os elementos contrastantes apresentam-se compostos por elementos que também preservam sentidos semelhantes àqueles sinalizados no núcleo central com a imputação de qualidades como *resistentes*, *esforçados*, *desafiadores*, *motivados*, *dispostos*, *rápidos*, *grandes*, *recordistas*, *inspiração*, *persistentes*, *ídolos*. Ressaltamos a presença das palavras *inspiração*, *ídolos*, *família*, *equipe*, *persistentes*, *superação*, na zona de contraste, o que consolida e preserva os sentidos atribuídos aos atletas do *exogrupo* nos demais quadrantes.

As diferenças demarcadas entre o *endogrupo/exogrupo* sugerem níveis de comprometimento mais elevados com a prática esportiva/de atividade física, pois, apesar dos corredores de rua se mostrarem muito *disciplinados, determinados*, quando no cotejo com *outro* grupo esses atributos não são os principais marcadores que circunscrevem a participação deles na corrida de rua. De certo modo, a consideração aos *outros* atletas é considerada positiva porque são características valorizadas também por eles, mas parece haver a compreensão do envolvimento do exogrupo numa atividade profissional e do endogrupo, em uma atividade voltada ao lazer. A distinção entre esses grupos é mencionada na fala que se segue:

[...] o atleta vive disso... ele tem 2 períodos de treino por dia, ele tem um acompanhamento mais direto com ele, com um treinador, um nutricionista, com fisioterapeuta, então é uma coisa mais... é um profissional, um atleta de alto rendimento, uma atleta de alto nível que também visa essas corridas. [...] a diferença é essa... eles são de alto rendimento e eu não sou, eu pratico a corrida de rua por prazer, porque a corrida de rua é um esporte que me faz bem, eu me sinto bem correndo.... muito ou pouco, mas eu me sinto bem correndo. A minha disputa principal é comigo, se eu faço a corrida a 4min/km ou a 7min/km, o dia é que vai dizer, mas independente do ritmo que eu tiver fazendo nessa corrida, eu estou fazendo por prazer. Eu não estou sendo obrigado a fazer aquilo, eu estou fazendo por prazer... e se, durante o percurso... “Ah, eu vou andar!”... ando, caminho, não tem problema nenhum... eu não estou ganhando nada com isso, eu estou simplesmente tendo o prazer de estar ali participando (CR14.M55-60).

Fica claro que o prazer e o bem-estar envolvidos na atividade física superam a ênfase na performance e/ou no rendimento exigidos dos atletas profissionais. Relata um corredor:

Eu fiz a primeira corrida de rua com o grupo [...] foi uma sensação assim... quase que inexplicável! Quando você chega, muita gente no final do percurso lhe aplaudindo, lhe motivando para você terminar, então com aquilo você fica mais motivado, empolgado para fazer outras corridas. A galera passando durante o percurso, lhe motivando, lhe chamando para ir “Vamos, vamos até ali! Vamos comigo!”, e aí você vai se motivando durante até a própria corrida, com os outros corredores né? (CR11.M25-30).

Na fala do corredor, embora haja uma referência de rendimento, o que chama atenção é o valor dado às interações sociais, cujos sentidos são positivados e relacionados às experiências da corrida de rua, concretizadas pelo *prazer* e *felicidade* experimentados pelos participantes, bem como pelo reconhecimento e apoio recebidos dos *outros* corredores, expressos por aplausos e incentivos durante o percurso e ao final dele. Esse clima de acolhimento e expressões de afeto parece ser fundamental ao desenvolvimento da atividade, dadas as emoções compartilhadas.

Na análise da frase “Eu gostaria de ser visto como...”, os resultados foram apresentados na Tabela 19.

Tabela 19 – Liberdade e autonomia nos processos identitários

Eu gostaria de ser visto como...					
Núcleo Central	<i>F_x</i>	<i>O.I.</i>	Primeira Periferia	<i>F_x</i>	<i>O.I.</i>
Exemplo	39	2,1	Amigo	28	2,4
Saúde	29	1,7	Atleta	26	2,5
Feliz	21	2,2	Vencedor	20	2,5
Determinado	18	2,3	Disciplinado	17	2,8
Referência	11	2,2	Guerreiro	13	3
Corredor	9	2	Incentivo	13	2,5
			Solidário	12	3
			Focado	10	3,3
			Dedicado	10	2,8
			Companheiro	9	2,6
Elementos contrastantes	<i>F_x</i>	<i>O.I.</i>	Segunda Periferia	<i>F_x</i>	<i>O.I.</i>
Superação	8	1,6	Inspiração	8	2,5
Forte	6	2,2	Esforçado	8	2,4
Qualidade de vida	3	2,3	Persistente	6	2,8
Pessoa com objetivo	3	2,3	Competitivo	5	3
Bem treinado	3	2	Resistente	4	2,8
Desafiador	3	2	Profissionais	3	2,7
Comprometido	3	1,7	Normal	3	3,3
Humilde	2	1,5	Cidadão	3	3
Orgulho	2	2	Parceiro	2	2,5
Pessoa comum	2	1	Com admiração	2	3
Profissionais	2	1	Honesto	2	4
Alto rendimento	2	1,5	Boa performance	2	2,5
			Amador	2	2,5
			Agregador	2	3
			Pessoa respeitada	2	3

Nos achados, o sentido mais representativo do núcleo central foi relacionado às palavras *exemplo* e *referência*, no qual verificamos a busca pelo reconhecimento dos sujeitos e a importância do olhar do *outro* para si. Nesse caso, embora a frase não estivesse relacionada à corrida de rua, pela análise do núcleo central e dos demais achados do presente estudo, interpretamos que ser *corredor* possibilita esse reconhecimento do *outro* e propicia aos sujeitos um lugar de destaque e *referência* no meio social, inclusive, pelos sentidos positivados relacionados à identidade de ser *atleta*.

A palavra *saúde* reforça a associação de que a prática de esportes e atividades físicas traz benefícios à saúde, pois temos essa palavra também nas RS de *ser atleta*. Interpretamos, deste modo, que tanto os corredores de rua realizam atividade física com o objetivo de obter melhorias à saúde quanto por desejarem o reconhecimento como pessoas *saudáveis*, seja através do seu aparente bem-estar físico, mental ou social. *Felicidade* e *determinação*

completam o quantitativo de palavras presente no núcleo central, mantendo-o positivado. Esses achados já estiveram presentes em outras frases, o que reforça serem relevantes à forma como os corredores gostariam de ser vistos e a como se veem, já que quando investigadas as RS de corredor de rua, a palavra *felicidade* também foi evocada de modo significativo, situando-se no núcleo central, e *determinação*, na primeira periferia, um requisito relevante ao corredor de rua e à condição de *ser atleta*.

Apesar de a primeira periferia ser composta por 10 (dez) palavras, 2 (dois) sentidos prevalecem: o primeiro e mais recorrente ressalta os atributos valorizados no contexto esportivo do alto rendimento, como *atleta*, *vencedor*, *disciplinado*, *guerreiro*, *incentivo*, *focado* e *dedicado*; e o outro sentido se refere à dimensão socioafetiva, nas palavras *amigo*, *solidário* e *companheiro*. Na segunda periferia, temos o reforço aos requisitos esperados de um atleta, evocados com uma frequência maior, como *esforçado*, *persistente*, *competitivo*, *resistente* e outras características referentes à dimensão humana, com sentidos subjetivos e pessoais: *cidadão*, *parceiro*, *honesto*, *agregador*, *pessoa respeitada* e *admirada*.

Nos elementos contrastantes, os achados sugerem coerência quando comparados com os demais quadrantes, por apresentarem palavras que reforçam um sentido ampliado da corrida de rua e de seus praticantes, pois, envolve ao mesmo tempo, a dimensão técnica de rendimento: *esforçado*, *persistente*, *competitivo*, *resistente*; a dimensão de saúde: *qualidade de vida*; e a dimensão subjetiva: *humilde*, *orgulho*, *pessoa comum*, perspectivas abrangentes que aproximam a atividade física de lazer do sentido de desenvolvimento da integralidade humana.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, investigamos os processos identitários implicados nas RS de corredores de rua. Cientes da impossibilidade de esgotar os conhecimentos referentes à temática abordada, concluímos esta tese tecendo considerações que reafirmam a pertinência do estudo e propõem novas indagações para futuras pesquisas.

No caso da presente pesquisa, o foco voltou-se ao corredor de rua que desenvolve essa atividade física por lazer e, em suas práticas sociais apresenta uma rotina de treinos árdua, realizada com *dedicação, disciplina, determinação*, características essas compreendidas como requisitos ao desenvolvimento da atividade profissional de atleta ou do âmbito do esporte de alto rendimento. Compreendemos que o esporte de alto rendimento é um contexto no qual essas características são valorizadas, pois são referenciais de sucesso nos valores disseminados na vida escolar, acadêmica e profissional.

O estudo se mostra relevante pelo destaque que é dado à atividade física na atualidade e, mesmo com essa valorização, ainda são escassas pesquisas na área da Psicologia em geral e, em particular, as que abordem a relação corpo/mente como integração do desenvolvimento humano. Podemos afirmar que a temática do esporte e das atividades físicas se tornou recorrente no senso comum, com o fomento à cultura esportiva ao nível local, com políticas públicas de esporte e lazer, conforme iniciativas de governos populares na cidade de Recife/PE e, no âmbito nacional, mais recentemente, ampliada pela realização de megaeventos esportivos como a Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) no Brasil.

Adotamos, na investigação, uma perspectiva psicossocial que compreende o ser humano como sujeito social, a partir da/na relação e interação. O estudo com a TRS como embasamento teórico nos permitiu compreender a singularidade dos corredores de rua, a construção das diversas relações nesse contexto em particular do espaço público. Ou seja: este referencial que analisa o ser humano como biologicamente social possibilitou o reconhecimento desta singularidade, tanto nos seus aspectos de inserção à realidade social, quanto na definição da diferença mesmo que ao lugar social da transgressão sejam atribuídas conotações de *liberdade, loucura e vício*.

Esses sentidos compartilhados nas RS dos corredores de rua expressam ambiguidades às ideias centrais contidas nas RS de objetos polêmicos e polissêmicos, e de certa forma, com esses significantes supracitados, é a noção do novo que emerge nas práticas sociais. Em outras palavras, as *themas* que correspondem aos *Temas* gerais, a partir dos quais se cria uma RS,

de uma parte fortaleceram as antinomias do bom/mau cidadão; de outra parte ficou evidente o movimento e a plasticidade de sentidos que se renovam, ao mesmo tempo, em face do intercâmbio social.

A compreensão de identidade fundamentou-se numa concepção de construção e reconstrução, em resposta às formas pelas quais as pessoas são representadas nos sistemas culturais que as envolvem. As identificações sofrem impacto das condições históricas e sociais e, portanto, dos sentidos compartilhados e atribuídos aos objetos sociais, conforme o entendimento da articulação proposta entre a TRS e a TIS.

Na tentativa de responder aos questionamentos mobilizadores da pesquisa, retomamos aqui alguns pontos aprofundados ao longo do texto. As primeiras questões, que diziam respeito à repercussão das políticas públicas no desenvolvimento humano e nas relações sociais, nos contextos urbanos e na estruturação de espaços públicos voltados às atividades físicas de lazer na contribuição à saúde, bem-estar e qualidade de vida da população, concluímos com os resultados apresentados que essas iniciativas têm impacto, tanto na vida de cada cidadão, quanto na vida da comunidade.

Aos sujeitos em particular, as políticas de lazer promovem o desenvolvimento da sua integralidade no sentido de bem-estar e qualidade de vida, tanto quanto as necessárias políticas de saúde e educação, e fortalecem o *não trabalho* como um direito social; já nos esportes de alto rendimento, compreendidos pela perspectiva de trabalho, a performance e a produtividade contribuem no fortalecimento da identidade nacional e, ao mesmo tempo, correspondem às demandas do mundo produtivo.

No que se refere ao desenvolvimento das relações sociais, as políticas públicas de lazer são estratégias de efetivação de uma cultura de não violência e reforço às trocas afetivas, pilares à construção de uma sociedade solidária, fraterna, com vistas à equidade social e à consolidação da democracia. Do mesmo modo, essa tematização é pertinente ao atual momento na conjuntura nacional, na qual os índices de violência e o clima de intolerância assumem um lugar preocupante na vida cotidiana. Outra faceta do desenvolvimento das relações sociais é a aproximação entre corredores, independente dos marcadores sociais, econômicos e culturais que são habitualmente utilizados como referências na interação e nas práticas sociais. Se, por uma parte, as pessoas se protegem do *outro* que considera em suas diferenças, na corrida de rua, os contatos espontâneos são favorecidos pela identificação da indumentária, um simples marcador identitário que transforma o desconhecido em familiar, minimizando os riscos da insegurança que se dissemina nos contextos urbanos.

Em relação aos contextos urbanos, as políticas de lazer também ressoam como relevantes, se pensamos na apropriação da cidade pelos corredores de rua, por exemplo, cujas práticas refinam um olhar para questões da acessibilidade, inclusão e do cuidado da cidade enquanto espaço público.

Quando nos questionamos sobre o posicionamento da Psicologia, superando a cisão corpo/mente fundamentada pela Psicologia Clássica e os efeitos da prática de atividade física à saúde na perspectiva da integralidade, encontramos nos achados o sentido amplo de interação humana, interpretado como condição de liberdade diante do aprisionamento da vida moderna. Enquanto na velocidade do cotidiano as pessoas não costumam ter tempo para o *outro*, a corrida de rua emergiu como uma possibilidade do sujeito voltar à sua essência e condição humana como ser biologicamente social. Essa afirmativa da importância da interação humana foi objetivada com concretude nas trocas socioafetivas entre os corredores de rua no cotidiano de treinos, a despeito de estarem “suados”, “fadigados”, condições que são usadas como argumentos de distanciamento interpessoal no dia a dia. A atividade física de lazer, no caso dos corredores de rua, restaura a sociabilidade como uma condição humana pelo resgate da espontaneidade e da liberdade, atributos experimentados exclusivamente na infância.

A metodologia adotada na pesquisa empírica permitiu a identificação das RS de corredores de rua e a análise dos processos identitários implicados na condição de *ser atleta*. A abordagem plurimetodológica, com a utilização de recursos distintos de coleta e análise dos dados (ABRIC, 1994) possibilitou a apreensão dos conteúdos das RS localizados nos sistemas central e periférico e a compreensão dos sentidos compartilhados pelos corredores de rua sobre suas experiências e a identificação/diferenciação no *endogrupo/exogrupo*.

Vale destacar as inúmeras dificuldades encontradas no campo, decorrentes da imagem social da pesquisa científica que, para os corredores, parecia ser distanciada do universo esportivo que preza pela informalidade. Trazer essa suposta seriedade ao espaço público de treino causou estranhamento e dificuldade no acesso ao quantitativo de praticantes, mas pouco a pouco esse estereótipo foi rompido e os corredores revelaram gosto pela participação.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados, a utilização de sete frases, mesmo que tenha ocasionado um trabalho exaustivo de análise, atribuímos valor a essa construção, pela oportunidade de uma varredura ampliada de sentidos que foram atribuídos às experiências dos participantes. A escolha das expressões que compuseram os questionários de completamento de frases, primeiramente, relacionou quatro expressões: os sentidos de *ser atleta*, o autorreconhecimento do sujeito nesse lugar de *atleta* e o

reconhecimento/diferenciação no *endogrupo/exogrupo*. Em seguida, buscamos a investigação do reconhecimento pelo *outro*, e os sentidos compartilhados de corredor(es) de rua.

Outra questão que nos interessou compreender foi a mobilização dos praticantes de atividade física se manterem em uma atividade desgastante, de treinamentos e competições, que lhes demanda tempo, similar aos atletas do alto rendimento. Encontramos que há um sentido em construção da atividade física de lazer como uma atividade integradora do ser humano, ou seja, a unidade corpo/mente. Nos achados ficou evidente que as dimensões da técnica, da saúde e da socioafetividade estão associadas e que há, ainda, a uma “nova” cultura esportiva em curso que propicia melhorias à qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que constrói significação para os espaços coletivos expressos em zelo e cuidado com a cidade e com os *outros*, o que retorna para si em prazer e bem-estar.

Encontramos semelhanças e diferenças nas práticas e experiências entre corredores de rua e atletas do alto rendimento: as semelhanças dizem respeito aos atributos qualitativos identitários de *ser atleta* que remetem à themata do bom cidadão, *disciplinado, determinado, comprometido, focado*. Entretanto, esse sentido que demarca claramente um muro divisório entre bom/mau é rompido pela antinomia da marginalização do *louco* e do *viciado* que também integra as RS dos corredores de rua. Tal achado é relevante por revelar que, na construção do senso comum, a ambiguidade está presente mostrando os tensionamentos próprios dos fenômenos complexos.

Mesmo que os corredores de rua se identifiquem como atletas nesse ideário de bom cidadão que cumpre com as normativas sociais, em paralelo se mostram alinhados com a transgressão aos condicionantes predominantes na sociedade, por conseguinte, prezam a *liberdade* como marcador identitário, a despeito das pressões do *endogrupo* para referenciar-se nos patamares dos atletas do alto rendimento. A esse respeito, a ancoragem na *loucura* é legitimada pelos corredores como processo de validação da *liberdade* e, ao mesmo tempo, de escamoteamento dos referenciais de exclusão/inclusão que têm demarcado a histórica divisão social entre grupos.

Chamou-nos a atenção a díade dor/prazer experimentada pelos corredores de rua nas práticas cotidianas em um processo continuado de tentativa de submissão do corpo aos seus projetos e metas. Nesse sentido, a superação de limites aparece como um marcador identitário que liberta o corpo das amarras sociais mesmo que haja, simultaneamente, a experiência de sofrimento e prazer no cotidiano dos treinos. Esse sentido de libertação tem um trajeto singular do processo de subjetivação que sugere, mesmo no enfrentamento às situações de risco, a exemplo das variadas situações inusitadas dos centros urbanos que ali pulsa um

sujeito ativo em busca da atividade física de lazer no exercício de manejar com os limites do seu corpo e com a imprevisibilidade das circunstâncias externas.

Outro aspecto que pode ser abordado diz respeito a imagem positiva do *exogrupo*, num contraponto à TIS que reforça a autoimagem do *endogrupo* em detrimento ao *outro*. Nesse sentido, interpretamos que há uma valorização do grupo de atletas do alto rendimento pelos corredores de rua embora o *endogrupo* se reconheça numa identidade positivada.

Por fim, registramos que, diante da extensão dos dados coletados, ainda tivemos algumas questões que poderiam ter sido aprofundadas e já sugerem novas pesquisas. Uma delas se refere à questão de gênero que pode ser detalhada em relação ao qualitativo das respostas dos participantes. Nesta tese, analisamos o conjunto das respostas sem as especificidades que podem ser pensadas ao se usar essa tematização. É sugestivo também que a articulação entre políticas públicas de saúde, esporte e lazer seja aprofundada, sobretudo, no levantamento de benefícios ao desenvolvimento e compreensão da integralidade do ser humano como foi afirmado nos resultados.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In: _____. (Org.). **Méthodes d'études des représentations sociales**. Éres: Ramonville Saint-Agne. Traduzido por Maria de Fátima de Souza Santos para uso de pesquisa. França: Éres. 2003.

_____. **L'approche structurale des représentations sociales: développements récents**. Traduzido por Maria de Fatima de Souza Santos para uso de pesquisa. In: V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 1998, México.

_____. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In: Ch. Guimelli. **Structures et transformations des représentations sociales**. Lausanne: Delachaux et Niestlé, p. 73-84. 1994. Tradução: Angela Maria de Oliveira Almeida, com colaboração de Adriana Giavoni e Diana Lúcia Moura Pinho.

ALBA, M. Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In: ALMEIDA, A. M.O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 393-430.

ALBORNÓZ, S. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ALMEIDA, A. M. O. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Org.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: EDUFPE/EDUFAL, 2005. p. 117-160.

ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia**. v. 8, n. 3, dez. 2000.

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. **Conexões**, Campinas, v. 2, n. 1, 2004, p. 48-61. Disponível em: <<http://fefnet178.fef.unicamp.br/ojs/index.php/fef/article/view/115>>. Acesso em: 27 set. 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras. **Anais VII Reunião da ABAVE**, Avaliação e currículo: um diálogo necessário, n. 01, 2013, p. 15-32. Disponível em: <http://www.abave.com.br/ojs/index.php/Reunioes_da_Above/article/view/22/20>. Acesso em: 20 dez. 2016.

AMARAL, L. F. M. **Projeto academy intelligent** (academia inteligente). 2014.89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia de Software) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

AMBLARD, I. **A gente anda com o bom e o mau ao lado: representações sociais de vitória/derrota segundo atletas do esporte de alto rendimento**. 2012. 166f. Dissertação

(Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

AMBLARD, I.; CRUZ, F. M. L. Atletas adolescentes de esportes de alto rendimento e a construção de seus projetos de vida. In: COZAC, J. R. L. **Psicologia do Esporte: atleta e ser humano em ação**. São Paulo: ROCA, 2013a. p.19-29.

_____. Sentidos de vitória/derrota para os pais segundo atletas do alto rendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Online, Impresso), v. 35, p. 643-658. 2015.

_____. Da “coroa de louros” ao “mercado de atletas”: trajetória, embates e perspectivas do esporte de alto rendimento. In: SOUZA, E. F.; SIMÕES, J. L. (Org). **Escritos a partir de Norbert Elias**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013b. p. 113-149.

ANGELI, J. M. Esporte e ética: a perfeita eficiência técnica na ordem capitalista. In: PIRES, A. G. M. G.; CALCIOLARI JÚNIOR, A.; HONORATO, T. (Org). **Representações Sociais e imaginário no mundo esportivo**. Londrina: Lazer & Sport, 2008. p. 61-70.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualidade. 1996. 140f. Tese (Doutorado em Estudos da Atividade Física e Adaptação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958-2010.

AUGUSTI, M.; AGUIAR, C. M. A corrida de rua: aspectos históricos e culturais. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, año 16, n. 161, 2011. Disponível em:< <http://www.efdeportes.com/efd161/a-corrida-de-rua-aspectos-historicos-e-culturais.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

AZEVEVO, D. C.; SAMULSKI, D. M. Análise de técnicas psicológicas de controle da dor: um estudo comparativo entre atletas e não-atletas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. Belo Horizonte, v. 9, n. 4, jul./ago. 2003. p. 204-213. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v9n4/p03v9n4.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENTO, J. O. Do corpo e do activismo na conjuntura de mercado e consumo. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. v. 9, n. 2-3. 2009.

BENTO, J. Introdução ao tema desporto, saúde e bem-estar. In: BENTO, J.; MARQUES, A. **Desporto, saúde e bem-estar**. Portugal: Universidade do Porto, 1991.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, K. S. **O desenvolvimento da pessoa**: do nascimento à terceira idade. Tradução: Dalton Conde de Alencar. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. 3. ed. Tradução: Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3. ed. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 2005.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. (Coletânea esporte e lazer: políticas de Estado; caderno 2).

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens**: a máscara e a vertigem. Tradução: José Garcez Palha. Lisboa: Cotovia, 1958-1990.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518. 2013.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAMPINAS, L. L. S. L.; BARROS, V. L. O termo de consentimento livre e esclarecido e suas diferentes formas de expressar o consentimento autorizado pelo sujeito da pesquisa. **O Mundo da Saúde**, v. 30, n. 3, jul./set. 2006.

CARVALHO, A. M. A. et al. Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-598, set./dez. 2006.

CHEMIN, B. F. **Políticas públicas de lazer**: o papel dos municípios na sua implementação. 1. ed. (ano 2007), 3. reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

CONDEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO (CBAt). **Coridas**. Disponível em: <<http://www.cbat.org.br/corridas/default.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

COURTINE, J. J. Os stakhanovistas do Narciso: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do corpo**: elementos de uma história das práticas corporais. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CRUZ, F. M. L. **Expressões e significados da exclusão escolar**: representações sociais de professores e alunos sobre o fracasso em matemática. 2006. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CRUZ, F. M. L.; AGUIAR, M. C. C. Trajetórias na identidade profissional docente: aproximações teóricas. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 33, p. 7-28, 2º sem. 2011.

CRUZ, F. M. L.; MAIA, L. S. L. Genialidade e loucura nas representações sociais do professor de matemática segundo estudantes e professores. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 235-247, jan-jun. 2011. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/2510>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CUNHA E SILVA, P. Corpo, vigilância, controle. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Os valores e as atividades corporais**. São Paulo: Summus, 2008. p. 113-126.

DALLARI, M. M. **Corrida de rua**: um fenômeno sociocultural contemporâneo. 2009. 129f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DE JESUS, G. M. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, vol. 12, n. 23, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2086/1225>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

DESCHAMPS, J. C. A; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

DE ROSE JR, D. **Situações específicas e fatores de stress no basquetebol de alto nível**. São Paulo: EFEUSP, Tese de livre-docência, 1999.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. Tradução: Maria de Lourdes Santos Machado. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ESTEVÃO, A.; BAGRICHEVSKY, M. Cultura da “corpolatria” e body-building: notas para reflexão. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. v. 3, n. 3, 2004. p. 13-25.

FARR, R. **As raízes da psicologia social moderna (1872 – 1954)**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi; Paulo V. Maya. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQL-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 33-38. 2000. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7077.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

FIALHO, K. L. L.; PEREIRA, M. E. A influência de ser atleta na identidade social de portadores de deficiência física. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 46, p. 67-78, jul/set. 2006.

FLAMENT, C. Structure et dynamique des representations sociales. In: JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

FONSECA, D. C.; OZELLA, S. As concepções de adolescência construídas por profissionais da estratégia em saúde da família (ESF). **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 33, p. 411-424, abr/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n33/a14v14n33.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2010.

GALINKIN, A. L.; ZAULLI, A. Identidade social e alteridade. In: TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. (Org.). **Psicologia social: principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GARCIA, R. P. Contributo para uma compreensão do desporto: uma perspectiva cultural. In: BARBANTI, V. J. et al. **Esporte e atividade física: interação entre rendimento e qualidade de vida**. Barueri: Manole, 2002. p. 321-337.

GIOVANNI, G. Mercantilização das práticas corporais: o esporte na sociedade de consumo de massa. **Revista Gestão Industrial**, v. 1, n. 1, p. 164-173. 2005. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/revista/revista2005/PDF/RGIv01n01a12.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

GOMES, C. L. **Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. 2003. 322f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. 4. ed. Porto Alegre: EDIPICURS, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Thomaz da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**. Tradução: João Paulo Monteiro. 4 ed. (reimpressão). São Paulo: Perspectiva, 1938-2000.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Tradução: Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. O encontro dos saberes. In: JESUÍNO, J. C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. (Orgs.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 59-79.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. **Representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 90-113.

LALHOU, S. Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. In: ALMEIDA, A. M.O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 59-97.

LE BRETON, D. **Antropología del corpo y modernidade**. Traducción: Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

MACHADO, A. A.; ZANETTI, M. C.; MOIOLI, A. O corpo, o desenvolvimento humano e as tecnologias. **Motriz**, Rio Claro, c. 17, n. 4, p. 728-737, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n4/a18v17n4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

MANOEL, E. J. Atividade motora e qualidade de vida: uma abordagem desenvolvimentista. In: BARBANTI, V. J. et al. **Esporte e atividade física: interação entre rendimento e qualidade de vida**. Barueri: Manole, 2002. p. 113-127.

MARCELLINO, N. C. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**. v. 1, n. 2, mai. 2007/set. 2007. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac201.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MASCARENHAS, G. Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos. In: PRIORE, M. D.; MELO, V. A. M. (Orgs.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 505-533.

MATTHIESEN, S. Q. **Corridas: atletismo I**. São Paulo: Odysseus Editora, 2007.

McDOUGALL, C. **Nascido para correr: a experiência de descobrir uma nova vida**. São Paulo: Globo, 2010.

MELLO, R. **Identidade social de usuários, familiares e profissionais em um centro de atuação psicossocial no Rio de Janeiro**. 2005. 255f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

MELO, V. A. **Esporte e lazer: conceitos – uma introdução histórica**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. **Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos**. Vitória: PPGP/UFES; GM, 2010.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626. 2012.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **DIESPORTE**: diagnóstico nacional do esporte – caderno 1. jun. 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução: Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 1961-2012

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. O conceito de themata. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MULLER, R. Z.; TAFNER, E. P. Desenvolvendo o ritmo nas aulas de educação física em crianças de 3 a 6 anos. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. v. 3, n. 11, p. 101-106, jul-dez. 2007. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgedfisica/images/documentos/desenvolvimento%20do%20ritmo%20nas%20aulas%20de%20educacao%20fisica%20-%20muller%20e%20tafner.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.

NOVAES, J. V. **Com que corpo eu vou?**: sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares. 2010. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Pallas, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial de Saúde** (OMS/WHO, 1946). Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

_____. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Organização Mundial de Saúde, 2015.

OZELLA, S. (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

OZELLA, S.; AGUIAR, W. M. J. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan/abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a05v38n133.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. O.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Tradução: Daniel Bueno. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, p. 303-312. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200012>. Acesso em: 07 dez. 2016.

PORTER, R. **Uma história social da loucura**. Tradução: Angela Melim. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PREFEITURA DO RECIFE. Academia da Cidade. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/academia-da-cidade>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

_____. Corrida das Pontes chega à 10ª edição e reúne 6 mil competidores no Recife. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/21/03/2013/corrida-das-pontes-chega-10a-edicao-e-reune-6-mil-competidores-no-recife>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

PRONI, M. W. Esporte e identidade na sociedade brasileira contemporânea. In: PIRES, A. G. M. G.; CALCIOLARI JÚNIOR, A.; HONORATO, T. (Org). **Representações sociais e imaginário no mundo esportivo**. Londrina: Lazer & Sport, 2008. p. 89-94.

PULLEO, J.; MILROY, P. **Anatomia da corrida**. Tradução: Paulo Laino Cândido. Barueri: Manole, 2011.

RIBEIRO, F. S.; CRUZ, F. M. L. Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 612-623. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/15.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RODRIGUES, D. Corpo, técnica e identidade. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Os valores e as atividades corporais**. São Paulo: Summus, 2008.

ROUQUETTE, M. L. Representações sociais e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 39-46.

RÚBIO, K. **O atleta e o mito do herói**: o imaginário esportivo contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SÁ, C. P. As representações sociais na história recente e na atualidade da Psicologia Social. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.) **História da Psicologia**: rumos e percursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2007.

SALGADO, J. V. V.; CHACON-MIKAHIL, M. P. T. Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e praticantes. **Conexões**, Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 4, n. 1. p. 90-99. 2006.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Org.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: EDUFPE/EDUFAL, 2005. p. 13-38.

SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura da fronteira. In: _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

_____. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, jan/jun. 2005. p. 82-109.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, p. 29-47. 2001.

SILVA, A. M. et al. **Gestão de políticas públicas de esporte e lazer: princípios e pressupostos teóricos**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, J. V. P.; SAMPAIO, T. A. V. O lazer e suas diversas faces. In: _____. (Org.). **Lazer e cidadania: horizontes de uma construção coletiva**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2011.

SMIT, B. **Invasão de Campo: Adidas, Puma e os bastidores do esporte moderno**. Tradução: Cristiano Botafogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

STOPPA, E. A. et al. **Gestão de esporte e lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo**. São Paulo: Plêiade, 2011.

TAJFEL, H. Os atributos do comportamento intergrupo. In: _____. **Grupos humanos e categorias sociais II: estudos em psicologia social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TAVARES, G. M. Reflexão sobre os conceitos de saúde e doença. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Os valores e as atividades corporais**. São Paulo: Summus, 2008.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M.O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 101-121.

TUBINO, M. J. G. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **O que é olimpismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

VALLE, M. P. **Atletas de alto rendimento: identidades em construção**. 2003. 97f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VALLE, M. P.; GUARESCHI, N. M. F. O esporte de alto rendimento: produção de identidades e subjetividades no contemporâneo. In: RÚBIO, K. (Org.). **Psicologia do esporte: teoria e prática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

VASCONCELOS, K. M. **A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos**. 2013. 377f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Departamento de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

WALCHEKE, J. F. R. O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 313-320. 2005.

WALCHEKE, J.; WALTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 27, n. 4, out-dez. 2011.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento**: ensaio de psicologia comparada. Petrópolis: Vozes, 1942-2008.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. Tradução Cristina Monteiro. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2008.

APÊNDICE A: ESPECIFICIDADES TÉCNICAS DA CORRIDA DE RUA

Especificidades técnicas da corrida de rua

Tecnicamente, a corrida de rua é uma modalidade do atletismo, também denominada pedestrianismo, subdividida em provas com distâncias variadas, quais sejam: corridas em distância padrão, conforme recomendação da Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF), com as provas de 10km, 15km, 20km, meia maratona (21.0975m), 30km, maratona (42.195m), 100km, revezamento de rua; e as corridas com distâncias não oficiais¹⁸, como àquelas de 5km. Todas essas provas são consideradas corridas de fundo, por exceder a distância de 3.000m e cumprir com algumas características, como: o tempo de duração é de alguns minutos e/ou horas; há necessidade de uma preparação, sobretudo aeróbia; a saída precisa ser realizada com o corredor próximo à linha de largada, de pé, ao sinal de “às suas marcas” e após o tiro de partida (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, 2016; MATTHIESEN, 2007).

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) é a responsável pela gestão da modalidade das corridas no país, enquanto no plano mundial a direção fica por conta da IAAF. A CBAt, por sua vez, detém o poder de oficializar eventos de atletismo em todas as suas categorias¹⁹. Assim, para ser considerada uma corrida oficial, a empresa organizadora de um evento de corrida precisa cumprir com as normas específicas à sua realização, no que diz respeito à medição do percurso, saúde, segurança dos participantes e do *staff*, por exemplo. Dentre as provas que ocorrem nesses moldes e têm um *status* reconhecido em todo o Brasil, citamos a Maratona de São Paulo, a Meia Maratona do Rio de Janeiro e a Corrida Internacional de São Silvestre (15km) (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, 2016).

Quando se trata de eventos estaduais, as federações dos respectivos estados ficam responsáveis pela análise dos requisitos importantes à aprovação das corridas (FEDERAÇÃO PAULISTA DE ATLETISMO). Segundo Matthiesen (2007), o envolvimento do poder público e privado na organização de eventos deste porte é comum, por isso, as inscrições, em geral, são realizadas nas Secretarias de Esportes, nas Federações Estaduais de Atletismo, nas lojas de materiais esportivos e/ou por meio de sites da internet, devidamente credenciados a

¹⁸ As distâncias não oficiais são todas que divergem daquelas recomendadas pela Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF), quais sejam: 10km, 15km, 20km, meia maratona (21.0975m), 25km, 30km, maratona (42.195m), 100km e revezamento de rua (<http://www.cbat.org.br/>; MATTHIESEN, 2007).

¹⁹ Dentre as categorias reconhecidas pela CBAt, temos: provas de pista (corrida); provas de campo (saltos e lançamentos); provas combinadas, como decatlo e heptatlo, que reúnem provas de pista e de campo); o pedestrianismo; a marcha atlética; e as corridas de aventura, que incluem, *cross country*, corrida em montanha, ultramaratonas e corridas de obstáculos militares (<http://www.cbat.org.br/>).

este propósito. Participam das provas, tanto atletas profissionais consagrados, por vezes, convidados para elevar o *status* da competição, quanto praticantes de corrida de rua, na maioria das vezes, também comprometidos com os treinamentos, embora tenham objetivos distintos do primeiro grupo, ancorados na perspectiva de lazer. Por isso, em certas situações de participação em eventos, os corredores vestem fantasias, portam adereços diversos e adotam variadas formas de chamar atenção sobre si, para garantir rápidas aparições na televisão.

Para ambos os participantes, tanto para aqueles que o fazem com o objetivo principal de rendimento, quanto àqueles que apresentam o sentido de lazer associado à prática, o evento de corrida de rua pode ser considerado um espetáculo. No primeiro caso, pela midiaticização e consumo envolvidos, que movimentam altos investimentos em atletas e estruturas para a realização dos chamados megaeventos esportivos, e, na perspectiva do praticante de atividade física, pela grande festa que é promovida e eles/elas são os protagonistas.

Quanto aos cuidados dirigidos aos participantes das corridas de rua, a organização deve indicar um diretor médico para a prova e providenciar atendimento com, no mínimo, uma ambulância UTI fixa na chegada e outra para acompanhar o percurso da prova, ambas munidas de equipamentos e materiais de primeiros socorros, incluindo oxigênio e desfibrilador, além de equipe profissional devidamente capacitada. O número de ambulâncias e postos de apoio devem ser proporcionais ao número de inscritos e às condições climáticas previstas para o dia da prova (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, 2016).

Segundo Matthiesen (2007), nas corridas de rua, a assistência médica é necessária, pois, com frequência, corredores desistem das provas em virtude das condições climáticas adversas ou devido a um súbito mal estar. No caso das maratonas,

[...] é comum, próximo ao 30º quilômetro, acentuarem-se as dificuldades que interferem claramente no ritmo e na própria técnica da corrida. Conhecida entre os atletas como “a barreira dos 30km”, esse fenômeno fisiológico, que parece ser fruto do esforço de longa duração em ritmo intenso – muitas vezes sob condições atmosféricas adversas – pode tornar-se uma barreira intransponível para alguns atletas, que acabam abandonando a prova (MATTHIESEN, op. cit., p. 93-94, grifo do autor).

Diante da heterogeneidade nas condições dos participantes, a largada é organizada a partir da formação de pelotões (grupos) constituídos por categorias, como a dos corredores com necessidades especiais; a dos corredores de elite (em sua maioria, profissionais), na qual participam os atletas que obtiveram, nos 12 últimos meses de provas oficiais, o índice pré-definido para competição nesta categoria; e a dos corredores amadores, que não se encaixam

em nenhuma das classificações anteriores, subdivididos em categorias de acordo com a faixa etária, para efeitos de classificação (MATTHIESEN, op. cit.).

A participação de pessoas com deficiências segue as normas previstas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), reconhecido como autoridade máxima para responder a tais demandas. No caso dos atletas de classes competitivas há regras rigorosas no que diz respeito à classificação esportiva (relacionada ao tipo e nível de deficiência) e aos equipamentos de apoio que são permitidos. Aos pertencentes às classes participativas, que não têm suas marcas oficializadas, ou seja, regulamentadas nos rankings nacionais ou internacionais, não há normas para restringir a sua participação. A largada para esse grupo deve ocorrer antes das demais categorias, em um tempo distante o suficiente para que não haja o cruzamento entre eles e, assim, acidentes sejam evitados (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, 2016).

Até pouco tempo, os melhores tempos percorridos pelos atletas mundo afora nas provas oficiais de corrida de rua não eram considerados para efeito de recorde mundial, pois, apesar das distâncias se manterem constantes, os percursos são diferentes, afinal de contas, a ocorrência nas ruas das mais diversas cidades do mundo oportuniza condições de aclives e declives próprias dos percursos planejados e que, portanto, não se pode controlar (MATTHIESEN, 2007). No caso dessa cronometragem são publicadas duas listas com o tempo dos corredores: uma baseada no tempo oficial desde o sinal de partida, e a segunda baseada no tempo líquido, marcado a partir do momento em que o atleta passa pelo pórtico de largada até a sua chegada (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO, 2016).

Dentre as características das provas consideradas pelos maratonistas à participação nos eventos de corrida de rua estão: o percurso e a cidade em que o evento será sediado, a premiação, o valor da inscrição, e até mesmo a retirada do *kit*, normalmente composto por uma camiseta, um *chip*, o mapa do percurso e o número de inscrição/identificação. Pensamos que tais aspectos podem ser generalizados também às provas das demais distâncias, entretanto, para praticantes/corredores amadores e atletas profissionais, a valoração maior é dada a um ou outro aspecto. À efetivação da inscrição, o participante costuma preencher uma ficha com dados pessoais, realizar o pagamento de uma taxa, e assinar um termo de responsabilidade sobre sua participação. Mesmo aqueles que não realizaram o pagamento poderão participar da prova, porém não terão seus nomes relacionados no *ranking* geral dos participantes, disponibilizado no site após a conclusão do evento (MATTHIESEN, 2007).

Em outros momentos sócio-históricos prever tais perspectivas às provas de corrida de rua seria impensável, pois apenas os atletas munidos de apurada técnica, dedicavam-se a esta

modalidade, realizada quase que exclusivamente nas pistas construídas para tal finalidade (AUGUSTI; AGUIAR, 2011; MATTHIESEN, 2007; SALGADO; CHALCON-MIKAHIL, 2006). No passado, os corredores apresentaram desempenhos compatíveis aos que vemos, atualmente, nos atletas do alto rendimento, sendo a maioria reconhecida como praticante por não receber nenhum tipo de benefício pelos seus resultados, condição bem diferente da atual, na qual a profissionalização ocorre em tempo integral mediante horas de preparação exaustiva, viagens recorrentes e o pagamento regular por patrocinadores e organizadores de grandes espetáculos esportivos pelos resultados de seus esforços (PULEO; MILROY, 2011).

O corredor comum das maratonas, até 1980, não demonstrava tanto interesse para correr em alto nível, pois a busca por tal atividade passou a ter uma finalidade de lazer socialmente aceita, que ajudava a neutralizar o maior número de refeições realizadas fora de casa. Esse crescimento pela procura da atividade se deu pela publicidade em massa e a cobertura televisiva das maratonas de Nova York e Londres, no final da década de 1970 (PULEO; MILROY, op. cit.).

A participação feminina nas corridas de rua também é um marco significativo e considerado um fenômeno recente, ocorrendo em provas nos Estados Unidos no ano de 1972, no Brasil em 1975 e nos Jogos Olímpicos apenas em Los Angeles, em 1984, quando a maratona feminina foi disputada pela primeira vez. Tais dados nos ajudam a entender a presença reduzida das mulheres nas corridas, ainda nos dias de hoje, quando comparada com o quantitativo de homens, pois, no caso do Brasil, o ingresso delas se deu apenas cerca de 50 anos depois da presença dos homens na Corrida Internacional de São Silvestre²⁰. A participação feminina é crescente, assim como em diversas atividades da vida social.

Segundo Dallari (2009), o aumento do número de participantes na Corrida Internacional de São Silvestre, a partir de 1980, foi relevante como motivação para expandir a visibilidade dessa atividade física. Vale salientar que, até então, a realização de inscrição para participar do evento só era possível, aos brasileiros, mediante classificação na prova seletiva ou como representante de um dos estados do país. Desde então, quando se permitiu a participação de qualquer pessoa interessada, os registros de corridas de rua realizadas pela CBAAt e pelas federações estaduais indicaram relevante crescimento, embora não estivessem incluídos todos os eventos, haja vista a possibilidade da realização de provas sem a gestão de tais entidades.

²⁰ No dia 31 de dezembro de 1924 foi realizada a primeira Corrida de São Silvestre, em São Paulo, com chegada e saída de todos os corredores participantes realizadas na Avenida Paulista. A participação das mulheres se deu apenas em 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou o Ano Internacional da Mulher. (<http://www.saosilvestre.com.br/historia/a-prova/>)

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DE COMPLETAMENTO DE FRASES

1. Sexo: () Feminino () Masculino

2. Telefone(s)/Whatsapp para contato: () _____

3. Faixa Etária:

- () 18 a 25 anos
- () 25 a 30 anos
- () 30 a 35 anos
- () 35 a 40 anos
- () 40 a 45 anos
- () 45 a 50 anos
- () 50 a 55 anos
- () 55 a 60 anos
- () Acima de 60 anos

4. Escolaridade: Curso/Formação: _____

- () Ensino Fundamental Completo/Incompleto
- () Ensino Médio Completo/Incompleto
- () Ensino Médio Completo/Incompleto
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Pós-Graduação

5. Tempo de Prática na Corrida:

- () Menos de 6 meses
- () Entre 6 meses e 1 ano
- () Entre 1 e 3 anos
- () Entre 3 e 5 anos
- () Entre 5 e 10 anos
- () Há mais de 10 anos

6. Frequência de Treino:

- () 1 vez/semana
- () 2 a 3 vezes/semana
- () 4 a 5 vezes/semana
- () Acima de 5 vezes/semana
- () Não há uma frequência regular.

7. Atualmente, faz parte de algum grupo de corrida?

- () Sim () Não

8. Já participou de eventos de corrida de rua?

- () Sim () Não

8.1. Em caso afirmativo, qual(is) tipo(s) de prova?

- () 5km () 10km () 21km () 42km

9. Já praticou outra(s) modalidade(s)?

- () Sim () Não

9.1. Em caso afirmativo, qual(is) e em que nível?

- _____ () Amador
- _____ () Alto Rendimento e/ou Profissional

Por favor, escreva 4 palavras ou expressões que completem as frases a seguir.

1 – Ser atleta é...

2 – Eu, como atleta, sou...

3 – Nós, como atletas, somos...

4 – Eles, como atletas, são...

5 – Eu gostaria de ser visto como...

6 – O corredor de rua é...

7 – Os corredores de rua são...

Por favor, retorne à página anterior e enumere as palavras de acordo com a ordem de importância que você atribui. Escreva ao lado de cada palavra o número correspondente, por exemplo: 1 ao lado da palavra mais importante, 2 para a segunda mais importante, 3 e 4 para cada uma das palavras restantes.

Muito obrigada!

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS – Resolução 466/12)

Convidamos você para participar como voluntário (a) da pesquisa “Representações sociais do corredor de rua e as implicações na identidade do *ser atleta*”, sob a responsabilidade da pesquisadora Isabela Amblard, que pode ser contatada pelo endereço Av. Prof. Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife, CEP: 50740-600 – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPE; pelo telefone (81) 98801.7379, inclusive através de ligações a cobrar; ou pelo e-mail isabela.amblard@gmail.com. A pesquisadora está sob orientação de Fatima Maria Leite Cruz, telefone: (81) 99139.6996, e-mail: fatimacruz@yahoo.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pesquisadora responsável e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- A pesquisa tem como objetivo a compreensão da identidade e das representações sociais do corredor de rua e as suas implicações na identidade do “ser atleta”. Os procedimentos de coleta de dados incluirão o acompanhamento do cotidiano de treinamentos e eventuais corridas de rua, bem como a aplicação de questionários e entrevistas.
- O período de participação e número de visitas para a pesquisa variará de acordo com o cumprimento dos procedimentos citados acima, no entanto, cada participante poderá responder uma única vez ao questionário e a entrevista.
- Em relação aos possíveis **riscos**, entendemos que confrontar-se com essa temática pode lhe mobilizar emocionalmente. Caso seja necessário, você será orientado a buscar atendimento na Clínica de Psicologia da UFPE, uma vez que a pesquisa é vinculada ao Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta instituição.
- Em relação aos possíveis **benefícios**, os resultados desta pesquisa poderão contribuir ao seu desenvolvimento pessoal e esportivo, trazendo reflexões sobre si mesmo (a) e suas experiências no contexto esportivo. Além disso, poderão subsidiar reflexões por parte de profissionais atuantes no esporte (psicólogos, técnicos, fisioterapeutas, dentre outros), haja vista a possibilidade de tomar conhecimento acerca da identidade dos corredores de rua e os sentidos que atribuem à condição de “ser atleta” e, assim, poder entender e melhor lidar com eles.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (questionários e entrevistas) ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade da pesquisadora e orientadora responsáveis, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelas pesquisadoras (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: ceppcs@ufpe.br).**

(Assinatura da pesquisadora)

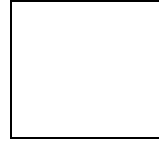
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo “Representações sociais do corredor de rua e as implicações na identidade do *ser atleta*”, como voluntário (a).

Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____



Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE D: DICIONÁRIO SEMÂNTICO

DICIONÁRIO SEMÂNTICO
Ser atleta é...

ABDICAR

Abdicar das coisas

ALCANÇAR OBJETIVOS

Buscar objetivos

Correr atrás dos seus objetivos

Objetivo

Objetivos individuais

Perseguir metas

Ter objetivo

Trabalhar com metas

AMOR

Amar

Apaixonado

Gostar

Paixão

AUTOCONFIANÇA

Ser mais confiante

BEM-ESTAR

Estar de bem com a vida

COMPROMISSO

Ser comprometido

Ter compromisso

DEDICAÇÃO

Ser dedicado

DESAFIADOR

Desafiar seus limites

Desafios

Gostar de desafios

DESGASTANTE

Penoso

DETERMINAÇÃO

Ser determinado

DISCIPLINA

Disciplinador

Disciplinante

Ser disciplinado

Ter disciplina

DIMINUI ESTRESSE

Desestressante

DISPOSIÇÃO

Ter disposição

Disposto

DIVERTIDO

Divertimento

ENDORFINA

Vício com saúde

EMOCIONANTE

Emoção

ESTILO DE VIDA

Escolha de vida

Modo de vida

EXCELENTE

Incrível

Muito bom

FAZER AMIGOS

Amizades

Ter amigos

FOCO

Focar

Ter foco

GUERREIRO

Lutador

MOTIVANTE

Empolgante

Motivação

PERSISTÊNCIA

Ser persistente

Persistir

Insistência

Perseverar

PRAZEROSO

Prazer

Prazer em realizar a corrida

SAÚDE

Comprometido com a minha saúde

Corpo e mente

Cuidar da saúde

Cuidar de si

Melhorar a saúde

Saudável

Saúde física e mental

Se cuidar

SER FELIZ

Alegre

Felicidade

Feliz

Feliz com seu corpo/sua vida

SUPERAÇÃO

Gostar de superar limites

Limites

Quebrar barreiras

Romper limites

Superar limites

Superar seus próprios limites

TREINAR

Treinamento físico e mental

Treinar arduamente

Treinar muito

Se sentir vivo

Treino

TERAPÊUTICO

Terapia

VIDA

Se sentir vivo

DICIONÁRIO SEMÂNTICO
Eu, como atleta, sou...

ALCANÇAR OBJETIVOS

Cumpridor de prova
 Cumprir metas
 Objetivo

COMPETITIVO

Extremamente competitivo

DETERMINADO

Obstinado

DISCIPLINADO

Aplicado
 Disciplina

EQUILIBRADO

Comedido

EXIGENTE

Rigoroso

FELIZ

Alegre
 Animado
 Mais feliz

GUERREIRO

Lutador

INCENTIVADOR

Motivador

MALHADO

Sarado

MOTIVADO

Empolgado
 Entusiasmado

PERSISTENTE

Insistente
 Não desisto
 Perseverante

SAUDÁVEL

Mais saudável
 Responsável pela minha saúde
 Saúde
 Tenho que ter uma vida saudável

SOCIÁVEL

Aberto para fazer novas amizades
 Comunicativo
 Interativo
 Social

SOLIDÁRIO

Solidário na corrida

SUPERAÇÃO

Superar limites

VENCEDOR

Vitorioso

DICIONÁRIO SEMÂNTICO
Nós, como atletas, somos...

ADVERSÁRIOS

Competidores
Oponentes

ALCANÇAR OBJETIVOS

Buscar objetivos
Objetivos

AMIGOS

Amizade
Colegas
Cúmplices
Parceiros

COMPANHEIROS

Companheirismo
Cooperativos
Mais companheiros

EQUIPE

Coletividade
Grupo
Integrados
Time

FAMÍLIA

Grande família

FELIZES

Animados
Mais felizes

FORTES

Mais fortes

GUERREIROS

Lutadores

INCENTIVADORES

Apoiadores
Incentivo
Inspiração
Inspiradores
Motivadores

INSUPERÁVEIS

Imbatíveis

LOUCOS

Loucos por corrida

MARAVILHOSOS

Ótimos

MOTIVADOS

Animados
Empolgados
Entusiasmados
Estimulados

PERSISTENTES

Correr sempre, desistir jamais

SOLIDÁRIOS

Altruístas
Colaborativos
Cooperativos
Generosos
Preocupados com o colega que treina junto

TREINADOS

Conicionados
Preparados

UNIDOS

União

VENCEDORES

Vitoriosos

DICIONÁRIO SEMÂNTICO

Eles, como atletas, são...

ADVERSÁRIOS

Competidores
Rivals

AMIGOS

Colegas

DESAFIADORES

Doidos por desafios

DISCIPLINADOS

Regrados

EQUIPE

Grupo
Integrados
Time

EXEMPLO

Admiráveis
Espelho
Heróis
Ponto de referência
Referência
Super heróis

FAMÍLIA

Irmãos

FELIZES

Alegres
Animados
Mais felizes
Pessoas mais felizes

GUERREIROS

Lutadores

INCENTIVADORES

Agentes motivadores
Apoiadores
Encorajadores
Motivadores

INSPIRAÇÃO

Estímulo
Motivação

LINDOS

Belos

MOTIVADOS

Instigados

OBJETIVO

Alguém que alcança metas
Atingir metas
Cumpridores de metas
Metas
Nosso objetivo
Objetivos

RÁPIDOS

Ágeis

SAÚDE

Saudáveis

SOLIDÁRIOS

Mais solidários
Prestativos

TREINADOS

Bem treinados
Bem condicionados
Preparados
Treinar forte
Treinos mais leves

VENCEDORES

Vitoriosos

DICIONÁRIO SEMÂNTICO
Eu gostaria de ser visto como...

ADVERSÁRIO

Concorrente
 Forte concorrente

ALTO RENDIMENTO

Alguém no meio da elite

ATLETA

Atleta amador
 Atleta profissional
 Atleta regular
 Atleta veterano
 Corredor
 Desportista
 Grande atleta
 Maratonista
 Um atleta

BEM TREINADO

Condicionado
 Preparado

CIDADÃO

Bom cidadão
 Um cidadão

DEDICADO

Aplicado

DISCIPLINADO

Uma pessoa autodisciplinada

EXEMPLO

Herói
 Ícone

FELIZ

Alegre
 Animado

GUERREIRO

Batalhador
 Valentia
 Lutador

INCENTIVO

Encorajador
 Estimulador
 Estímulo
 Incentivador
 Motivador

INSPIRAÇÃO

Inspirador

PERSISTENTE

Perseverante
 Persistente porque mesmo machucado
 continua treinando

PESSOA COM OBJETIVO

Alcançar metas
 Busca objetivos
 Objetivo

PESSOA RESPEITADA

Respeitado

REFERÊNCIA

Modelo

SAÚDE

Busca de saúde
 Promotor de saúde
 Quem cuida da saúde
 Saudável
 Vida saudável

SOLIDÁRIO

Cooperativo
 Do bem
 Gentil
 Sempre pronto para dar força
 Solícito

SUPERAÇÃO

Uma pessoa que busca se superar

VENCEDOR

Campeão
 Vitorioso
 Vitorioso nunca derrotado

DICIONÁRIO SEMÂNTICO
O corredor de rua é...

AMIGO

Agregativo
 Amizade
 Parceiro

APRECIADOR DA VIDA URBANA

Amante da natureza
 Descoberta da cidade
 Interação com o mundo
 Lugares novos
 Mais consciente com o meio ambiente
 Parte da cidade
 Preocupado com a cidade
 Uma pessoa que curte a cidade inteira com suas ruas, praças e parques

ATLETA

Atleta amador

DEDICADO

Dedicação

COMPETITIVO

Competidor

FELIZ

Alegre
 Feliz na simplicidade

FOCADO

Concentrado
 Foco

GUERREIRO

Valente

INCENTIVADOR

Entusiasta
 Motivador
 Vibrador

INSPIRAÇÃO

Inspirador

LINDO

Bonito

LIVRE

Liberdade

LOUCO

Doido
 Maluco
 Um pouco louco

OBCECADO

Bitolado

DETERMINADO

Obstinado

OUSADO

Atrevido

PERSISTENTE

Insistente
 Perseverar

QUALIDADE DE VIDA

Viver melhor

RÁPIDO

Veloz

RELAXADO

Esquecer problemas

SAÚDE

Ativo
 Disposto
 Elétrico
 Geração saúde
 Mais saudáveis
 Manter saúde
 Preocupado com a saúde
 Saudável
 Vida ativa

SOLIDÁRIOS

Cooperativos

VENCEDOR

Vitorioso

VICIADO

Endorfinado

Viciado em corrida

DICIONÁRIO SEMÂNTICO

Os corredores de rua são...

ADVERSÁRIOS

Competidores

AMIGOS

Amigáveis

Competitivos, mas amigos

Pessoas formadoras de amizades

ATLETAS

Atletas amadores

Atletas de coração

Desportistas

APAIXONADOS

Apaixonados pela corrida

COMUNICATIVOS

Mais sociáveis

DE BEM COM A VIDA

Descontraídos

EXEMPLO

Exemplo de superação

Heróis

Idiotas durante percurso, mas heróis

FAMÍLIA

Família crescente

FELIZES

Alegres

Alegres e têm uma energia contagiante

Animados

Festivos

FENOMENAI

Fabulosos

Formidáveis

Tudo de bom

FOCADOS

Concentrados

FORTES

Força maior

GRUPO

Equipe

Grupo de atletas

Tribo

Um aglomerado

Uma interação

GUERREIROS

Batalhadores

Resilientes

INCENTIVADORES

Dar força ao outro

Inspiração

OBCECADOS

Bitolados

LIVRES

Liberdade

PERSISTENTES

Perseverantes

RÁPIDOS

Velozes

SAÚDE

Ativos

Mais saudáveis física e mentalmente

Saudáveis

Saúde física e mental

SOLIDÁRIOS

Ajuda mútua

Dar força ao outro

SUPERAÇÃO

Pessoas que tem em mente se superar

TREINADOS

Conicionados

Pessoas que possuem boa resistência física

Treino

VENCEDORES

Conquistadores

VICIADOS

Endorfina

Endorfinados

Viciados em endorfina